

Avante!

Valorizar o trabalho e combater as desigualdades

O voto útil é na CDU

Continua a apresentação das listas de candidatos da Coligação Democrática Unitária, com a participação de Carlos Carvalhas



Em Setúbal, Jerónimo de Sousa apresentou as grandes causas da CDU para o distrito.

Págs. 5 a 7

Grupo parlamentar comunista presta contas

As raízes da acção



As raízes no povo determinam a acção dos deputados comunistas. Esta pode ser uma conclusão a tirar da actividade parlamentar do PCP que mais uma vez recordamos ao leitor, chamando a atenção para a vasta e qualificada produção legislativa dos comunistas na Assembleia da República.

Centrais



A vingança de Berlusconi

Corrupção no poder

Dez anos após o desencadeamento do processo «Mãos Limpas», na Itália, que implicou centenas de políticos, o primeiro-ministro avança com legislação para evitar ser julgado.

Pág. 14

Globalização

Montevideo e Porto Alegre

A globalização capitalista em debate. De Montevideo, do seminário internacional, publicamos a intervenção de Albano Nunes. De Porto Alegre, o artigo de Miguel Urbano Rodrigues.

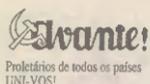
Págs. 22 a 25

A morte de um dirigente

Carlos Aboim Inglez

Faleceu anteontem, em Lisboa, o camarada Carlos Aboim Inglez, membro do CC e da Comissão Central de Controlo, «destacado militante e dirigente comunista».

Pág. 32



Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE

Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO

Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matrícula: 47058.
NIF - 500 090 440

DIREÇÃO E REDACÇÃO

R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director

José Casanova

Chefe de Redacção

Leandro Martins

Chefe Adjunto

Anabela Fino

Redatores

Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Margarida Folque

Grafismo

José Araújo

Fotografia

Jorge Caria

Secretaria da Redacção

Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa

Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL

DELTA PRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS

Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL

(Contínente e Regiões

Autónomas)

50 números: 9 000\$00

44,90 euros

25 números: 4 600\$00

23,00 euros

EUROPA

50 números: 23 000\$00

114,75 euros

EXTRA-EUROPA

50 números: 33 000\$00

164,60 euros

*Enviar para

Editorial «Avante!»

nome, morada

com código Postal

e telefone

a acompanhar cheque

ou vale de correio.

Composição e impressão

Heska Portuguesa, SA

Campo Raso

2710 - 139 Sintra

Depósito legal n.º 205/85



Frente Comum exige aumentos salariais superiores a 2,75 por cento

Resumo

6 Quarta-feira

Cerca de 500 dirigentes e activistas sindicais da Função Pública reúnem-se em plenário e desfilam até à porta da residência oficial do primeiro-ministro exigindo aumentos salariais superiores a 2,75 por cento ● A Assembleia da República aprova por unanimidade votos de pesar pela morte do agente da PSP baleado na Amadora ● O governo colombiano propõe às FARC a declaração de uma trégua bilateral de seis meses, de modo a restabelecer o processo de paz ● Yasser Arafat afirma que «milhões de mártires marcham para Jerusalém» e que «a luta continuará até que a bandeira palestina seja erguida naquela cidade».

7 Quinta-feira

Durante a apresentação dos candidatos da coligação PCP/PEV do círculo de Setúbal às próximas legislativas, Carlos Carvalhas considera que a «atração de votos do PS para a CDU» significa «uma mudança qualitativa de forças e uma viragem à esquerda» ● O exército português reconhece que o cabo Hugo Paulino morreu com uma doença contraída em serviço, durante a sua missão no Kosovo ● Israel lança um ataque aéreo sobre a cidade autónoma palestina de Nablus ● Um novo grupo de 28 prisioneiros, detidos no Afeganistão pelo exército dos Estados Unidos, chega à base naval de Guantánamo, em Cuba.

8 Sexta-feira

A Fenprof pede à Procuradoria-Geral da República para «sanar a injustiça e a ilegalidade» da decisão do Governo Regional dos Açores de afastar do concurso de colocação docentes que não residam no arquipélago ● Miguel Leão, presidente da secção regional Norte da Ordem dos Médicos, acusa Correia de Campos, ministro da Saúde, de enganar os portugueses nas questões dos genéricos e das farmácias sociais ● Chefes de Estado e dos governos africanos reúnem-se em Paris para discutir a nova parceria para o desenvolvimento africano ● Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE participam, em Cáceres (Espanha), numa reunião informal onde é debatida a situação nos Balcãs e no Médio Oriente, o alargamento da UE e o seu financiamento.

9 Sábado

Centenas de ex-militares portugueses, a residirem em França, manifestam-se à porta da Embaixada de Portugal em Paris, exigindo que o tempo de serviço militar conte para efeitos de reforma ● O texto final da Constituição de Timor-Leste é aprovado numa sessão da Assembleia Constituinte, a estrutura eleita para preparar e debater a lei

fundamental do futuro Estado ● Os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia, reunidos em Espanha, apoiam um novo plano detalhado para o Médio Oriente apelando à realização de eleições nos territórios palestinos, seguido do estabelecimento do Estado palestino ● Milhares de sérvios desfilam nas ruas de Belgrado, numa manifestação de apoio ao ex-presidente Slobodan Milosevic.

10 Domingo

O município de Palmela e o Instituto Português das Artes de Espectáculo celebram um protocolo que prevê a atribuição de uma bolsa de acções, de modo a que o concelho possa usufruir de uma oferta cultural diversificada ● Caças da Força Aérea israelita bombardeiam o complexo da Autoridade Palestina na Faixa de Gaza, ferindo dezenas de pessoas ● Milhares de pacifistas israelitas manifestam-se em Telavive, exigindo que o governo de Ariel Sharon ponha fim à violência contra os palestinos e retome as negociações de paz ● O presidente do Irão, Mohammed Khatami, exorta os iranianos a participarem em forças nas manifestações antiamericanas marcadas por todo o país ● Rui Silva conquista o 3.º lugar nos 800 metros masculinos no «meeting» de Gent (Bélgica).

11 Segunda-feira

A Federação Nacional de Professores considera que «não estão reunidas as condições mínimas» para avançar com a reforma curricular do ensino secundário em Setembro, pedindo a sua suspensão ● O presidente russo, Vladimir Putin, adverte os Estados Unidos contra qualquer acção militar unilateral no Iraque ● O governo do Zimbabué organiza eleições municipais na capital, Harare, em cumprimento de uma decisão do Supremo Tribunal tomada em Dezembro na sequência da suspensão do antigo presidente da câmara, acusado de corrupção ● Um atentado atribuído aos separatistas da província indonésia de Aceh provoca 12 feridos, devido à explosão de uma granada num mercado, pouco antes da chegada do embaixador norte-americano a Jacarta.

12 Terça-feira

O PCP anuncia, com «profundo pesar», a morte do «destacado militante e dirigente comunista» Carlos Aboim Inglês ● O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, declara que a «obrigação virtual de residência fixa» imposta a Yasser Arafat por Israel deve terminar ● O presidente paquistanês, Pervez Musharraf, afirma, em Washington, ter indicações de que a Índia se encontra a preparar um novo ensaio nuclear ● José Travassos, um dos «cinco violinos», falece, no Algarve, aos 75 anos.

Aconteceu

Tribunal declara-se incompetente

O Tribunal de Santa Maria da Feira, já que implica a audição de cerca de um milhar de testemunhas. Segundo a acusação formulada pelo Tribunal Central de Instrução de Processos, a fraude iniciou-se em 1997 e reportava ao comércio fraudulento de bebidas, sem pagamento de IVA ou de impostos especiais que taxam bebidas alcoólicas. Sete arguidos, que estão em prisão preventiva, viram prorrogada essa detenção, mantendo-se um mandato de detenção internacional sobre dois outros, que estão a monte e são considerados peças centrais do processo.

A declaração do Tribunal de Ovar poderá levar à transferência do processo para o tribunal de Oeiras, mas também não fica de parte o seu regresso a Aveiro-Norte, disse uma fonte do círculo judicial de Aveiro. Nesse caso, o julgamento teria de ser feito no Europarque, um centro de congressos existente em

Processo «cabo Paulino» concluído

O Exército já concluiu o processo de averiguação à morte do cabo Hugo Paulino. O despacho assinado, na passada semana, pelo general Silva Viegas, reconhece que o soldado morreu por doença contraída ao serviço do Exército, durante a participação numa missão ao Kosovo.

O documento foi directamente comunicado ao pai do cabo Paulino, Luís Paulino, que sempre alegou que o filho morreu devido ao contacto com urânio empobrecido, nos Balcãs. Esta não é a primeira vez que o Exército reconhece que a doença foi contraída em serviço, mas agora esse reconhecimento é registado em despacho oficial.

O cabo Hugo Paulino faleceu algumas semanas após ter regressado do Kosovo, onde fez parte do agrupamento BRAVO que participou na missão da NATO na ex-Jugoslávia, entre 17 de Março de 1999 e 12 de Fevereiro de 2000.

RTP paga milhões a produtoras televisivas

A RTP vai avançar com o pagamento de 50 por cento da dívida que man-



Sindicatos acusam SIC de ilegalidades

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) e o Sindicato dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual (STT) acusaram na passada semana a SIC de estar a cometer «graves ilegalidades» que atingem «os direitos e a dignidade dos trabalhadores».

As acusações prendem-se com a «manutenção de trabalhadores a recibos verdes», a «coacção psicológica para que os trabalhadores rescindam os contratos ou aceitem transferências para outras empresas do grupo», a «imposição de situações de desocupação profissional efectiva já há longo tempo» e a «imposição de horá-

rios de trabalho irregulares e sem atribuição da correspondente retribuição».

Em conferência de imprensa, os dois sindicatos acusaram a SIC de estar a fazer «concorrência desleal ao não cumprir a legislação que outros cumprem». No encontro com os jornalistas, a SIC foi acusada de «estar a esquivar-se a pagar milhões de contos aos seus trabalhadores e, em consequência, lesar o próprio Estado».

Na conferência e imprensa, foram ainda lançadas acusações à administração da SIC de «estar a criar empresas fantasmas para colocar funcionários seus».



INE revela estado da Saúde

O Instituto Nacional de Estatística revelou esta semana que existem para cada centro de saúde em Portugal uma média de 26 635 utentes. Esta média acentua-se mais na região de Lisboa, com 37 857 utentes, estando a zona mais desertificada do País, o Alentejo, com 10 760 utentes por cada centro de saúde.

Ainda segundo o mesmo estudo, em Portugal ainda se morre muito por doenças do coração. Segundo os últimos dados do Eurostat, relativo a 1996, por cada 100 mil habitantes morreram 735 pessoas devido a problemas do sistema

circulatório. O número é mais elevado do que a média da Europa, onde se registam 585 casos por 100 mil habitantes.

Já em relação ao cancro e às doenças respiratórias, a taxa portuguesa é mais baixa do que a média da Europa: há 375 pessoas em cada 100 mil que morrem de cancro e 151 que não resistem às doenças respiratórias.

Entretanto, o Instituto Nacional de Estatística revelou um dado positivo. A taxa de mortalidade perinatal baixou 84 por cento nos últimos 40 anos. De 41 casos em cada mil, em 1960, estamos actualmente com 6,4 casos.

tém com as produtoras televisivas. A garantia foi dada, na passada semana, pelo ministro da Cultura, Augusto Santos Silva, numa reunião com a Associação de Produtores Independentes de Televisão (APIT).

Segundo Manuel Correia, presidente da associação, o ministro anunciou que o pagamento começará a ser efectuado esta semana, reportan-

do-se a um montante de 12,5 milhões de euros (2,5 milhões de contos). Quando ao saldo dos restantes 50 por cento, o Governo adiantou que passará por novos financiamentos.

O pagamento deverá agora efectuar-se por ordem de antiguidade das facturas. Segundo Manuel Correia, esta notícia deixou os produtores «satisfeitos ... até ver». «Não vamos baixar os braços», garante o responsável da associação, acrescentando que, se nesta primeira fase a RTP vai pagar metade da dívida, é agora preciso esclarecer «quando é que chegarão os outros 50 por cento». A APIT diz-se também preocupada com outra questão: daqui para a frente «a RTP vai manter os pagamentos em dia ou vai manter-se a actual situação?».

Crónica Internacional

• Albano Nunes

Claro como a água!

Um Partido forte, coeso, enraizado nas massas, social e politicamente influente, é tão necessário aos trabalhadores e ao povo português quanto incómodo a quantos nele justamente vêem o mais sério obstáculo às políticas de direita e exemplo de coerência e constância de convicções a silenciar e se possível derrotar.

Mil vezes dado como «morto» ou em «declínio irreversível», o PCP é um alvo tão relevante que, visando certamente influenciar e desanimar outros partidos comunistas, também lá fora influentes órgãos de comunicação social se associam á campanha de denegrimto da imagem do PCP. Tal é o caso do *El País* que no espaço de poucos dias publicou várias notícias e entrevistas em que a actividade política do PCP é deliberadamente deturpada, a Direcção do PCP caluniada e onde, tomando desejos por realidades, se escreve mesmo (24.01.02) que «o PCP ainda tem pendente a inevitável evolução que levaram a cabo os seus homólogos europeus depois da queda do muro de Berlim». Claro como a água. A luta em que os comunistas portugueses estão empenhados é realmente muito séria. Conta com adversários poderosos. Não podemos

A voz dos comunistas fez-se ouvir em Porto Alegre

distrair-nos quanto à envergadura e natureza de uma ofensiva que visa características identitárias do Partido e mesmo o seu rebaixamento à condição de muleta ou «grilo cantante» do PS.

Para enfrentar a situação internacional muito complexa e perigosa que aí está é cada vez mais necessária a persistência, a coragem e a audácia de partidos autenticamente revolucionários, profundamente inseridos no tecido social e trabalhando quotidianamente as contradições do capitalismo, mas nunca perdendo de vista, antes afirmando e sublinhando a flagrante actualidade do socialismo. Isto mesmo foi confirmado no **Seminário de Montevideo** de Partidos Comunistas sobre a política de alianças em que, tendo sempre em conta a grande diversidade de situações, se sublinhou a decisiva importância do reforço dos Partidos Comunistas e da sua cooperação internacionalista para encontrar em cada país alternativas de progresso e, no plano internacional, unir o mais amplo leque de forças sociais, de esquerda e revolucionárias numa poderosa frente anti-imperialista em defesa da paz e contra a pilhagem do grande capital e o intervencionismo agressivo contra povos e países soberanos.

Foi nesta perspectiva que se situou a empenhada participação do PCP no **Fórum Social Mundial** de Porto Alegre que, não obstante limitações e aproveitamentos, foi um acontecimento político importantíssimo, um espaço de confluência e de debate de um leque muito amplo de forças sociais e políticas e onde, em numerosos debates e sobretudo nas grandes Marcha pela Paz e Marcha contra o ALCA foi patente o crescimento da corrente anticapitalista e anti-imperialista. «Socialismo ou barbárie» foi uma palavra de ordem que ecoou com força em numerosas iniciativas.

A voz dos comunistas, dos revolucionários, de quantos lutam, não por meros remendos do capitalismo mas por uma sociedade nova, fez-se ouvir em Porto Alegre por todo o lado. Também a dos comunistas portugueses, seja a daqueles que expressamente representavam o Partido e a JCP, seja a dos que representavam instituições e estruturas unitárias do movimento popular. Contudo, a confirmar quão séria e difícil é a batalha pela afirmação do PCP e a difusão da sua mensagem, a comunicação social e politólogos oportunistas não só silenciaram ou tentaram denegrir a intervenção dos comunistas portugueses em Porto Alegre, como se empenharam em dar do FSM uma versão deformada e em projetar a figura de Mário Soares. Claro como a água uma vez mais. «Alternativas» para o desastre provocado pela «globalização» capitalista? – só as que o próprio sistema consinta. Comunistas «respeitáveis»? – só os que se rendem e desistem de sê-lo.

Editorial

SETENTA E UM ANOS

Assinalamos o 71.º aniversário do «Avante!» com o sereno orgulho que a vida e a história do nosso jornal justificam. O facto de um jornal de esquerda, neste caso órgão central do PCP, comemorar setenta e um anos de vida é, por si só, digno de registo. Acresce que, como é sabido, parte considerável (a maior parte) da vida do «Avante!» decorreu sob as duras condições impostas pelo regime fascista, o que confere maior significado e importância à celebração deste aniversário. Sublinha-se esta realidade por razões várias: por um lado, porque há quem não queira ouvir falar nesse tempo ou que a ele se refira armado de enorme esponja branqueadora, transformando-o, primeiro, num anódino «antigo regime» e chegando, depois, à triunfal conclusão de que *o fascismo nunca existiu*; por outro lado, porque, tendo o fascismo existido de facto – brutal, opressor, repressor, prendendo, torturando, assassinando – houve quem lhe fizesse frente e o combatesse. E não é possível falar do fascismo sem falar dos que contra ele lutaram... E não é possível falar dos que contra ele lutaram sem falar, em primeiro lugar, dos comunistas, do PCP, do «Avante!». Não aspirando a louros ou estátuas, não prescindimos, no entanto, da verdade histórica, nem deixaremos que o silêncio e a mentira

baseada nos ideais do socialismo e do comunismo, portanto livre, justa, solidária, fraterna; um espaço de constante e coerente defesa dos interesses nacionais; uma fonte de informação e análise sobre a vida nacional e internacional – e, particularmente, daqueles aspectos criteriosamente ocultados ou deturpados pela generalidade da comunicação social. E podemos garantir que assim continuará a ser no futuro.

O tempo e o mundo em que vivemos estão impressivamente marcados, no plano mediático, pelo quase total desaparecimento da imprensa operária e de esquerda e pela omnipresença sufocante e opressiva de uma nova ordem comunicacional propriedade do poder económico e ao serviço dos seus exclusivos interesses. Totalmente dependente dos donos do mundo, dispo de poderosos meios e recursos, funcionando num único e monocórdico registo e, simultaneamente, transpirando *modernidade* por todos os poros e autoproclamando-se *independente, isenta, imparcial e plural*: eis a comunicação social hoje dominante – poderosa e multiplicada rede de difusão do pensamento único; forte e assumida propagandista da fatalidade da injustiça e das desigualdades; pregadora encartada da inevitabilidade da existência de exploradores e explorados, da inevitabilidade da existência de poucos ricos muito ricos e muitos pobres muito pobres; difusora activa das teorias da passividade e da submissão face à injustiça, assim visando travar o desenvolvimento das lutas dos trabalhadores; enfim, ferramenta indispensável ao domínio do poder económico, que nela investe tantos milhões quantos os necessários ao eficaz cumprimento das suas funções.

“Um caso singular na imprensa operária e de esquerda nacional e internacional”

escondam, apaguem ou deturpem esta realidade: quando lutar pela democracia e pela liberdade tinha como consequências previsíveis a prisão, a tortura, muitas vezes a morte, foram os comunistas que ocuparam a primeira fila dessa luta. Cumprindo o seu dever, obviamente. Mas cumprindo-o...

Como diversas vezes, e muito justamente, tem sido sublinhado, o «Avante!» constituiu um caso singular na imprensa operária e de esquerda nacional e internacional – pelo tempo de vida clandestina (quarenta e três anos), pela regularidade da sua publicação (especialmente no período entre 1941 e 1974), pelo facto de, nessas mais de quatro décadas, ter sido sempre escrito, composto e impresso no interior do País. E se, no tempo do fascismo, o «Avante!» cumpriu de forma exemplar o seu papel de órgão central do PCP, de espaço aberto à voz dos que não tinham voz, assim tem sido, igualmente, desde o 25 de Abril até aos dias de hoje. Podemos assim dizer, dizendo a verdade, que o «Avante!» foi, nos seus setenta e um anos de vida, uma tribuna dos interesses, aspirações e anseios dos trabalhadores e das massas populares e das suas lutas; uma voz sempre presente na luta pela liberdade, pela democracia, pela construção, no nosso país, de uma sociedade

Nestas circunstâncias, a existência de jornais como o «Avante!» assume uma importância decisiva. Sem a pretensão, que seria estulta, de ser a **resposta** à vaga de desinformação organizada reinante, não desistimos, contudo, de a combater e desmascarar, de procurar repor a verdade onde está a mentira, de procurar contrapor o rigor à ausência dele. Ou seja, nesta, como nas múltiplas tarefas que hoje se nos colocam, não cruzamos os braços, não desistimos de lutar.

Travamos, no momento actual, uma batalha importante: as eleições legislativas antecipadas. Nela intervimos, como sempre, falando verdade sobre o que fizemos e o que nos propomos fazer, convocando a inteligência e a sensibilidade dos portugueses, combatendo a desinformação sobre o que está em causa, suscitando a reflexão indispensável ao voto em consciência. E fazemo-lo com a noção das dificuldades que se nos deparam mas sem as temer e com a forte determinação que tais dificuldades exigem. Fazemo-lo a partir da intervenção militante do colectivo partidário e de milhares de homens, mulheres e jovens activistas da CDU. Fazemo-lo, portanto, com grande serenidade e confiança. Com a firme convicção de que faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para obtermos um bom resultado. E com a certeza de que, no dia a seguir às eleições, a luta continua.

Actual Mistério ou talvez não

• Vítor Dias

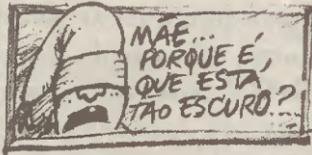
Olhando o andamento mediático da pré-campanha, todo ele centrado e quase todo ele absorvido pela fraude política das «candidaturas a Primeiro-Ministro» (que, como a vergonha é pouca ou nenhuma, passadas as eleições há-de dar lugar à velha milonga do PS e do PSD sobre «a aproximação dos deputados aos eleitores»), qualquer pessoa ainda tocada pela ingenuidade teria boas razões para dizer que algo não bate certo.

Com efeito, estranha situação esta em que, depois de anos com os «media» e boa parte da opinião pública a malhar, a maior parte das vezes na base de injustas generalizações, nos «deputados» e na «Assembleia da República», chegamos a eleições e fala-se muito pouco do que os deputados de cada partido fizeram.

E não faltariam motivos naturais para que isso pudesse ser feito. Por exemplo, em várias publicações, encontramos textos e trabalhos sobre a promissora inovação da criação dos julgados de paz e como podem ser uma útil contribuição para libertar os tribunais clássicos de um con-

junto de questões e querelas que atrapalham o seu funcionamento. Mas, curiosamente, os autores desses textos, talvez convencidos de que essa lei caiu do céu aos trambolhões, esquecem-se quase sempre de referir que se tratou de uma iniciativa legislativa do PCP só possível em resultado de um aturado trabalho de estudo e reflexão.

Falou-se também muito nestes dias, e compreensivelmente, do Alqueva e do carregar no botão do ainda Primeiro-Ministro António Guterres. Mas, salvo raras e honrosas exceções, quase ninguém lembrou nos «media» que o projecto de lei do PCP destinado a assegurar soluções para que, no que respeita à valia agrícola do empreendimento, as centenas de milhões de contos investidos servissem o emprego e desenvolvimento agrícolas da região e não apenas o enriquecimento de alguns, foi implacavelmente chumbado por uma ilustrativa aliança PS-PSD-CDS/PP.



Mas, ainda mais revelador e sintomático, talvez seja que entre dezenas de opiniões, assinadas que, entre eleições, fazem gala de tratar «os deputados» e «a Assembleia da República» à paulada verbal, ninguém parece ter reparado no facto, e nos seus múltiplos significados, de dos quatro principais partidos só o PCP ter prestado uma informação detalhada e exaustiva da sua actividade parlamentar na legislatura 1999-2002, como resulta claríssimo da visita às correspondentes

páginas na Internet.

Os ainda tocados pela ingenuidade podem mortificar-se à vontade na busca da decifração deste mistério. Nós, mais prosaicamente, desconfiamos que as coisas são assim porque há quem esteja interessado em empolar face ao olhos dos eleitores as diferenças que contam pouco e em soterrar e silenciar as diferenças que contam muito.

Um pouco de vergonha

• Jorge Cordeiro

Não vá o poder fugir-lhe, o PS decidiu ir ao baú dos equívocos, sofismas e falsidades presentes no livro de instruções eleitorais próprias da casa. E daí retirar a conhecida e grosseira mentira de atribuir ao PCP a responsabilidade de não ter contribuído para a governabilidade à esquerda como justificação para disfarçar a comprovada opção de direita na condução da política do PS e do seu governo, testemunhada por um infindável elenco de compromettimentos, convergências e entendimentos com o PSD e o PP que atravessam as duas últimas legislaturas.

A falta de vergonha parece não conhecer limites. As afirmações de Ferro Rodrigues apontando a não aprovação dos Orçamentos de Estado como prova dessa indisponibilidade; as acusações de Barros Moura ao PCP de ter impedido a concretização dos aspectos fundamentais de centro-esquerda dos governos de António Guterres (afirmação, ao que consta, feita sem se rir); ou a descoberta recente por outras almas de que teria cabido ao PCP fazer o papel de mortalha ao moribundo governo demissionário de Guterres, são prova de como a imaginação pode ser fértil na hora da mentira. Vale tudo nesta enorme operação de lavar o passado e apagar da memória dos portugueses a responsabilidade política do PS e

dos seus governos: desde a omissão descarada da história da aprovação de cada um dos sete Orçamentos de Estado (construídos e concebidos para serem, como o foram, aprovados pela direita), até à omissão de seis anos de uma continuada opção por acordos, remodelações e entendimentos à direita que se revelariam impossíveis de descrever em tão curto espaço de texto.

Ao contrário do que, sem vergonha, afirma Barros Moura, não é ao PCP que pode ser lançada a acusação de ter formado coligações contranatura com a direita. É ao PS e à sua política passada, presente e já admitida para o futuro, dos pequenos negócios, aos acordos de regime até às coligações formais. Por mau caminho vão os que imaginam poder ver o PCP arrastar-se aos pés de um governo por temor a males maiores ou que tendem a confundir a disponibilidade do PCP para pesar seriamente numa política alternativa com uma oferta sem princípios e sem valores. Pelo que enquanto Ferro Rodrigues vai procurando tranquilizar banqueiros e assegurar-lhes fidelidade, o PCP procurará apelar a cada português para que, com o seu voto na CDU, possa dar mais força e esperança à construção de uma alternativa de esquerda capaz de romper com anos de alternância de uma mesma política de direita.



Rótulos

• Aurélio Santos

Rótulo é uma maneira prática de classificar, de etiquetar, de catalogar. Num produto compreende-se. Já não estou de acordo com a tendência, cada vez mais premente, em rotular pessoas. O que traz sempre, em si mesma, um grave risco de erro. Precisamente o de passar - ou querer proposadamente passar à margem da verdade.

Ao PCP não faltam rótulos. Desde dinossauro a imobilista fixaram-lhe agora o de «ortodoxos». Talvez a escolha deste último epíteto não tenha sido muito feliz no aspecto da cultura histórico-linguística: é que os ortodoxos

fixismo que não admite outra verdade. Quem afirmaria a um jovem aluno do secundário que é muito provável que Nero não tenha mandado incendiar Roma, como dizem os seus manuais? Ou que o Mahatma Gandhi, o grande pacifista reconhecido em todo o mundo, era um intransigente feroz contra a industrialização e contra a minoria muçulmana e a quem se deve, em última análise, a separação da Índia dos dois estados paquistaneses?

A aparência da verdade pode conduzir muitas vezes a uma mentira dificilmente desvendável, porque já incutida. Goebbels, ministro da propaganda de Hitler, dizia que uma grande mentira era mais credível que muitas mentiras mais pequenas.

A classificação dos membros do PCP entre «ortodoxos» e «renovadores» foi uma brilhante ideia anticomunista. Nada melhor do que tentar dividir para reinar... Será por não

vivermos em unanimismo absolutista de opiniões, por não recusarmos discussões, por tentarmos apurar em conjunto decisões - quantas vezes tomadas na difícil junção de cabeças «à

turma», querendo encontrar soluções? E aí a aplicação de rótulos só pode servir de diversão à clarificação e leal discussão de ideias.

Dinossauros? É verdade que, em Portugal, o PCP merece entrar para o Guinness como decano (dinossauro?) de todos os outros partidos, o único que se pode orgulhar de ter combatido uma ditadura de quase meio século e de continuar até hoje o seu combate pelos trabalhadores. Com uma ressalva honrosa em relação aos dinossauros: é que apesar de inúmeras tentativas, ninguém conseguiu extinguir-lhe a espécie.

Ortodoxos? Sem dúvida na afirmação de ideias e de uma tática que as quer coerentemente levar à prática.

Renovadores? Decerto e sempre. Somos herdeiros de uma teoria revolucionária que não descansa na luta em serviço. E já demos provas de que em Portugal, temos acertado em avançar na teoria para alcançar uma prática maior e melhor.

Talvez a autoritária propaganda anticomunista não esteja a acertar no alvo. Se um Goebbels existisse, bem poderia mudar a sua malha propagandística.

Frases

“Enquanto Sharon, em resposta aos atentados palestinos, tenta tudo por tudo para liquidar Arafat, em Israel cresce o número de vozes que clama contra a lógica do sangue pelo sangue”

(Nuno Pacheco, *Público*, 11.02.02)

“Quando há alunos a bater em professores e pais a apoiar esses alunos, é preciso medidas enérgicas. Sem polícia nem discursos filosóficos, mas com educação pura e simples: quem parte paga, quem agride é punido. Alguma dúvida?”

(Nuno Pacheco, *Público*, 09.02.02)

“A superioridade tecnológica dos EUA, evidenciada no Afeganistão e em vias de aumentar com a prevista, e fortíssima, subida do orçamento militar americano, convenceu os dirigentes de Washington de que não precisam de terceiros para coisa alguma e muito menos têm de dar explicações aos aliados. Estamos, assim, a passar do imperialismo informal, que predominou na política externa americana desde 1945, para um imperialismo formal”

(Francisco Sarsfield Cabral, *ibidem*)

“Bush acusado de “reescrever as regras sobre prisioneiros””

(Título, *ibidem*)

“O líder social-democrata provoca autênticos calafrios na São Caetano sempre que tem oportunidade de falar para um microfone, mostrando uma irresistível tendência para fazer promessas a torto e a direito, mesmo que acabem por ser contraditórias entre si”

(António Ribeiro Ferreira, *Diário de Notícias*, 08.02.02)

“Durão, como Guterres, vai prometer tudo a todos e o seu contrário. Até os jobs para os laranjas”

(idem, *ibidem*)

“Talvez amordaçados, num colete de forças, se torne mais fácil aos responsáveis do partido liderado por Durão Barroso restaurar o ciclo de vitórias encerrado com Cavaco Silva. É que, como na semana passada assinalava Mário Mesquita, parece provado que líder calado vale por dois”

(Ana Sá Lopes, *Público*, 09.02.02)

“Lê-se e não se acredita. Foi então por causa dos comunistas que o PS recuou na despenalização do aborto? Foi por causa dos comunistas que o PS recuou na regionalização? Foi por causa dos comunistas que o PS recuou na reforma fiscal, já de si moderadíssima, que tinha acabado de acordar com o PCP? (...) Mais: foi por causa dos comunistas que o PS, mal se apanhou no poder, embarcou logo na política do betão herdada do cavaquismo?”

(Manuel Villaverde Cabral, *ibidem*)

“Agora, culpar o PCP de ter impedido a modernização do País, só confirma que o PS não percebeu - ou não quer reconhecer - por que razão perdeu as grandes oportunidades com que a sorte o bafejou durante anos seguidos”

(idem, *ibidem*)

“Portugal transformou-se num viveiro de “lobbies” que ninguém controla. Escondido nos mais recônditos cantos do Estado, por trás de qualquer proposta política, encontra-se sempre um grupo de pressão, uma exigência corporativa, uma clientela por satisfazer”

(Constança Cunha e Sá, *Diário Económico*, 08.02.02)

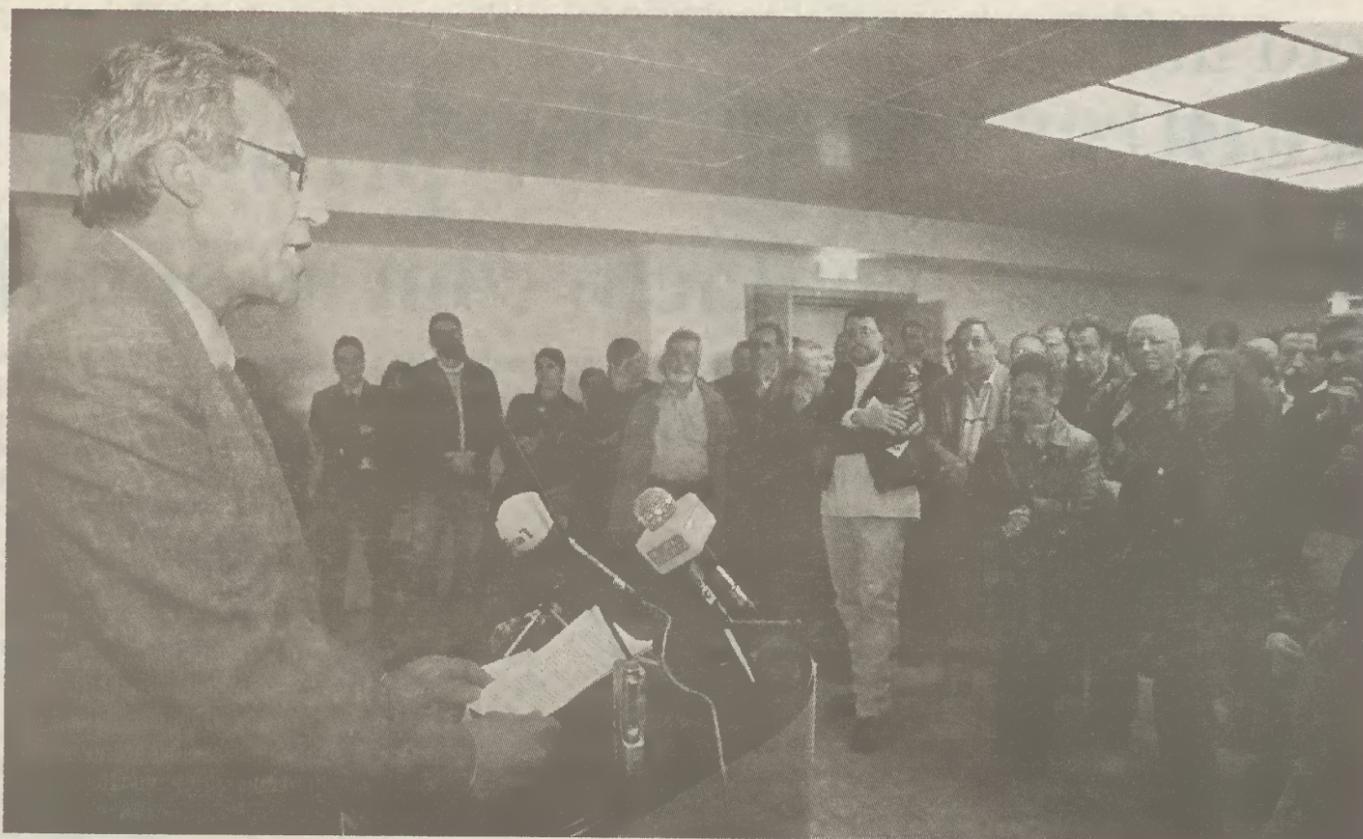
“Ferro [Rodrigues] garante a banqueiros que não fará coligação com o PCP”

(Título de primeira página, *Semanário*, 08.02.02)



foram os cristãos que se rebelaram contra a igreja de Roma, cuja verdade única contestavam ...

A etiquetagem histórica fica muitas vezes na memória dos povos como um



Jerónimo de Sousa promete combate às desigualdades

O voto útil é na CDU

Na apresentação da lista da CDU por Setúbal, realizada no passado dia 7 e que contou com a presença de Carlos Carvalhas, Jerónimo de Sousa apresentou as grandes causas da coligação para o distrito.

«Será uma pedra angular da nossa acção, intervenção e proposta a valorização do trabalho com direitos e o combate às desigualdades», afirmou Jerónimo de Sousa que apontou como «causas justas e causas nossas» o emprego com qualidade, os salários e reformas mais justos e os horários dignificantes, bem como a saúde, a educação e a Segurança Social, assentes no sistema público.

O candidato da CDU considerou também inquietante ouvir o cabeça de lista do PS pelo distrito, Paulo Pedroso, «erguer como um troféu» o Rendimento Mínimo Garan-

tido, mas anuir na alteração da legislação laboral, particularmente no que se refere à desregulamentação dos horários de trabalho, propor a contenção salarial e calar sobre se mantém a ameaça de abrir a Segurança Social às seguradoras privadas. Enfim, «criar um modelo de sociedade assente na caridade para os pobres, no lucro máximo e no privilégio para os senhores do dinheiro, nivelando por baixo o nível de vida, os rendimentos e as expectativas dos trabalhadores, dos reformados e dos pequenos e médios empresários». Esse modelo de sociedade, respondeu Jerónimo

de Sousa, terá «não só o nosso desacordo, mas o nosso combate».

Por tudo isto, considera, importa saber «se vai haver “voto útil” para repetir a política de direita ou se antes estamos perante o desafio e a oportunidade de dar o voto útil para uma nova política, uma política de esquerda, através do reforço da CDU».

Um trabalho notável

Num distrito que elege 17 deputados e que representa trinta por cento do grupo parlamentar do PCP e metade do grupo de «Os Verdes», o candidato comunista lembrou que, também aqui, «a prática é o grande critério da verdade» e que é fundamental que

os eleitores conheçam não só o que cada força política diz que quer fazer, mas sobretudo o que fez desde as últimas eleições. «Só os cinco deputados da CDU estão em condições de prestar contas», assegurou, passando em revista o «trabalho notável» dos deputados da CDU eleitos pelo distrito em 1999: trinta e dois projectos de lei apresentados – em áreas tão diversas como os direitos dos trabalhadores, dos reformados, das mulheres, na área do ensino, da saúde, da sinistralidade do trabalho, da emigração e imigração; 40 projectos de lei com incidência no distrito de Setúbal; dos 17 projectos de resolução, com impacto distrital, seis foram apresentados por um deputado eleito pelo distrito. A isto acrescenta-se

O PS não diz se mantém a ameaça de abrir a Segurança Social às seguradoras

ainda os dez pedidos de apreciação parlamentar e os cerca de 160 requerimentos ao Governo sobre temas concretos dos trabalhadores e das populações.

Em seguida, o candidato propôs que se comparasse o trabalho da CDU com o que «os outros fizeram e propuseram, o que votaram, o que impediram que se transformasse em lei para revolver problemas da região».

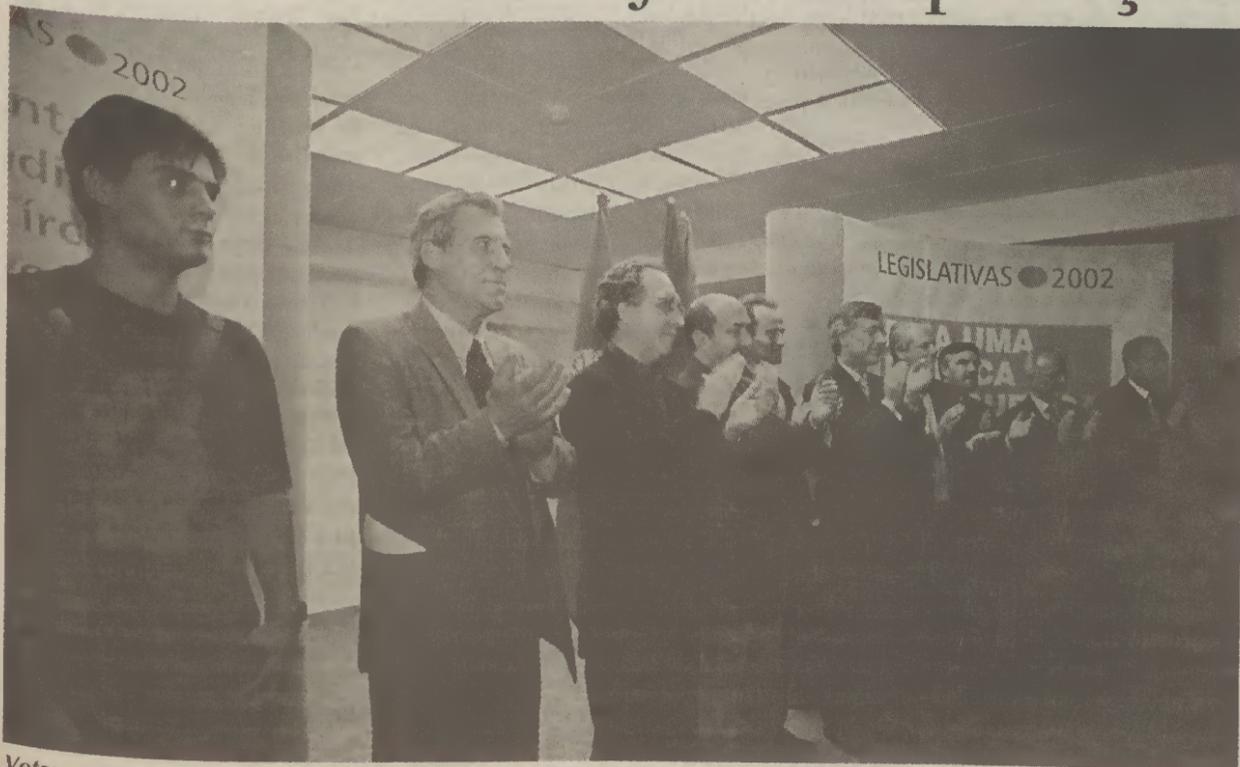
Na Arrábida, não!

André Martins, do PEV, realçou a necessidade de eleger mais deputados da CDU para que seja possível preservar a imensa riqueza que é o ambiente e o património ambiental, relembrando que o distrito de Setúbal é uma das regiões do País com mais áreas classificadas e protegidas.

Sobre a co-incineração na cimenteira do Outão, na Arrábida, André Martins considerou que nem seria preciso que Portugal tivesse assinado a convenção da ONU que aconselha à não opção pela co-incineração, que produz substâncias lesivas para a saúde, para que a CDU estivesse contra. Para o dirigente ecologista seria razão suficiente a riqueza ambiental e a contribuição para a atracção turística que a serra da Arrábida representa.

O mandatário da candidatura, o presidente da Câmara de Setúbal, Carlos Sousa, declarou-se confiante nas capacidades dos candidatos da CDU para defenderem a região de Setúbal, que tem sido muito prejudicada «por políticas governamentais completamente contrárias aos interesses dos trabalhadores desta região».

Uma mais justa repartição da riqueza



Votar na CDU é contribuir para a mudança

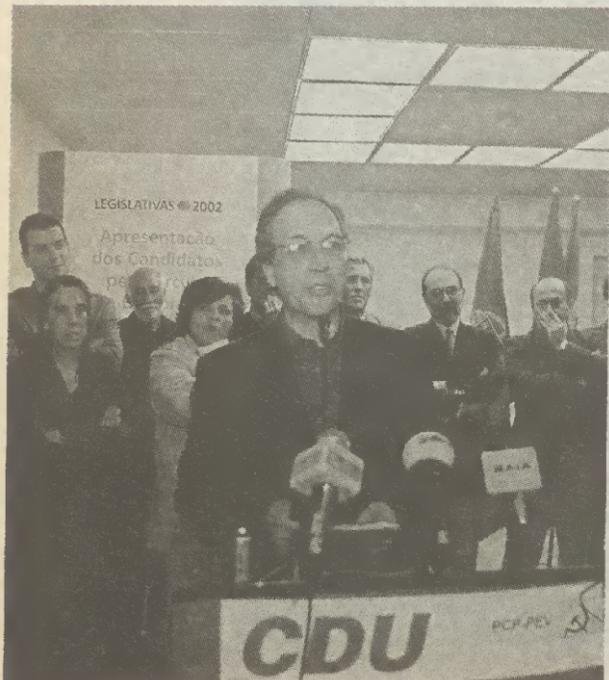
O secretário-geral do PCP reafirmou uma vez mais em Setúbal a encruzilhada que estas eleições encerram e que apenas o voto popular pode dissipar: continuar a mesma política ou votar CDU e contribuir para a mudança. «Dizemos isto não como propaganda mas com a consciência de que só a alteração de forças à esquerda pode permitir a viragem na política nacional, tão necessária ao País», afirmou Carlos Carvalhas que ironizou dizendo que Portugal teve no governo um partido com uma sigla de esquerda, que na campanha eleitoral se apresenta como sendo de centro e que, uma vez no poder, pratica uma política de direita.

O que está em causa nestas eleições é a alteração da

correlação de votos à esquerda e não o «voto útil», lembrou o dirigente do PCP, que destacou que a transferência de votos e de deputados entre a CDU e o PS não altera o resultado numérico da direita, mas apenas a relação de forças entre ambos e que só a atracção de votos dos socialistas para a CDU tornará possível uma viragem à esquerda, essencial para responder a algumas questões essenciais.

Para Carlos Carvalhas, a política de esquerda que a CDU propõe pretende uma mais justa repartição da riqueza num País que tem uma das mais desiguais sociedades da União Europeia. Segundo as estatísticas oficiais, revelou, «dez

O voto útil é na CDU



Uma mais justa repartição da riqueza

famílias determinam 25 por cento do produto interno bruto» e Portugal conta com o «mais baixo salário mínimo, o mais baixo salário médio, as mais baixas pensões de reforma, mas que tem, simultaneamente, as mais altas taxas de concentração da riqueza». A solução passa pelo aumento dos salários, uma medida que muitos dizem irrealista, mas que para o secretário-geral comunista é possível e desejável, até porque o aumento dos salários exerce uma pressão para que se venha ter um aumento da competitividade e da produtividade «porque obriga os empresários à inovação, a melhores práticas de gestão» e os investidores, mesmo estrangeiros, a colocarem em Portugal, ao invés do que hoje fazem, empresas de mais alta formação tecnológica.

dimentos do trabalho, acabar com os privilégios às zonas francas, «onde é feita a filtragem da banca, das sociedades financeiras e também aprofundar fiscalmente a tributação não só da banca mas também das seguradoras» e avançar com o imposto sobre o património e as grandes fortunas.

Em relação à despesa, concordou com a tese da necessidade de «emagrecimento» do Estado, mas apenas onde ele tem de ser «emagrecido»: eliminando o laxismo na contração de despesas desnecessárias, combatendo a multiplicação de instituições ou serviços públicos e a concessão de auxílios públicos a interesses privados, «muitas vezes desnecessários e inaceitáveis».

Mais justiça fiscal

Outra das questões a que a política de esquerda tem de dar resposta é às finanças públicas. Em relação à receita, Carlos Carvalho lembrou que é preciso «alargar a base contributiva e é sobretudo preciso justiça fiscal» num País onde a banca paga de IRC 11 a 12 por cento e os pequenos e médios empresários 33. No primeiro ano em que o PS foi governo, foram concedidos, em benefícios fiscais não produtivos, 137 milhões de contos, enquanto para 2002 estima-se que esse valor ascenda para 387 milhões de contos. «Nós dizemos que, de imediato, pelo menos 20 por cento podiam-se cortar, com justiça social, com eficácia produtiva.» Com vista à justiça fiscal, o secretário-geral comunista considera fundamental desagrarar a tributação sobre os ren-

Coligação já começou com as actividades de campanha e foi excluída de debate televisivo

CDU privilegia contacto com as populações

A CDU já arrancou com as acções de campanha no distrito de Aveiro, onde o cabeça de lista se desdobra em visitas de contacto com os trabalhadores, com as populações e com as suas organizações.

A CDU considera a decisão de realizar um debate sobre as eleições legislativas no distrito de Aveiro sem a presença do candidato da coligação – tomada pelo canal de televisão SIC Notícias – como uma «exclusão a todos os títulos intolerável, que só pode assentar no explícito propósito de silenciar uma força que, apesar de não ter nenhum deputado eleito pelo distrito nas últimas eleições, tem contudo, na Assembleia da República, um trabalho ímpar de defesa das suas populações e trabalhadores» e reforça a inteira disponibilidade do seu cabeça de lista de debater com todos os problemas e aspirações da população do distrito. Até porque um debate deste género excluiria uma força que tem, na sua lista, «um conjunto de pessoas com uma evidente intervenção social, institucional e política e, consequentemente, sérias responsabilidades no distrito» e revestir-se-ia da originalidade de se debater o distrito «só com pessoas que aqui não vivem, nem daqui são naturais, tendo como único ponto de contacto com o distrito a relação eleitoral», o que provocaria a que ficassem de fora desta «conversa de amigos» os reais problemas dos trabalhadores e das

Um debate sem a CDU não tem em conta os reais problemas do distrito

populações do distrito de Aveiro.

Face à gravidade da situação, a coligação apelou às outras forças políticas para que não sancionem, com a sua presença, tais atitudes discriminatórias e reclamou da estação em causa a revisão de tal opção, tendo em seguida reafirmado a sua disponibilidade para participar em quaisquer debates.

Sindicato dos Pescadores do Norte e encontrou um ambiente de incerteza, particularmente quanto ao futuro da Docapescas.

A coligação, em comunicado, solidarizou-se com as preocupações dos trabalhadores, «reclamando que reestruturações, que naturalmente serão necessárias, respeitem os direitos adquiridos de todos os trabalhadores». Em relação aos salários, a CDU considera – em consonância com o sindicato – que os «aumentos propostos pelos armadores, de 4 mil escudos na remuneração base, com subsídios de Natal e de Férias de apenas 75 contos, e o mês de férias equivalente ao salário mínimo nacional, é absolutamente injusto e desa-

recebeu a visita da CDU, cuja delegação encabeçava Joaquim Almeida, primeiro candidato pelo distrito. O encontro tinha o fim de tomar contacto com a situação actual do sector. A delegação registou a importância que esta estrutura atribui à defesa do montado de sobro, como condição essencial para o normal desenvolvimento da indústria.

Os candidatos da CDU estiveram ainda no Hospital Infante D. Pedro, em Aveiro, e constataram as limitações das instalações e equipamentos da unidade hospitalar face às necessidades, considerando, porém, positivo o desenvolvimento do plano directos do Hospital. A inexistência de serviços de reta-



O mercado de Águeda foi um dos pontos visados pela CDU para o contacto com as populações, tónica da campanha para as legislativas

Contacto constante

Uma delegação da CDU, que incluía vários candidatos da coligação, esteve com o delegado da delegação de Aveiro da Docapescas e com o

justado para trabalhadores que fazem 15 e 16 horas, de trabalho muito duro, por jornada, que não têm qualquer aumento há dois anos.

Também a APCOR – Associação Portuguesa de Cortiça –

guarda foi ainda focada pela CDU, que lembrou que «não será possível, para qualquer Hospital ou organismo do Estado, apresentar melhores resultados, sem ter as condições para isso».

Branca de Carvalho, em Viana do Castelo

Dar voz aos sem voz

A CDU não tem, nem nunca teve, nenhum deputado eleito por Viana do Castelo, mas é a força política que mais coerentemente tem defendido os interesses das populações e dos trabalhadores do distrito de Viana do Castelo, afirmou Branca de Carvalho, na sua apresentação como cabeça de lista distrital da CDU, numa iniciativa que contou com a presença dos deputados Agostinho Lopes, eleito por Braga, e Honório Novo, pelo Porto.

Ao Parlamento, assegurou a candidata, a CDU levou as «reivindicações dos trabalhadores dos nossos estaleiros navais, pela falta dos apoios do Governo e pela exigência da defesa das encomendas para a marinha portuguesa», bem como várias outras causas das populações do distrito. A coligação apresentou 28 requerimentos à administração central e 3 à administração local, «em comparação com os três apresentados pelo PS, cinco pelo PSD e nenhum pelo PP, sabendo-se que nas últimas eleições, o PS elegeu 3 deputados, o PSD 2 e o CDS/PP 1».

Perante as provas dadas, desafiou, «é talvez chegada a altura do

povo deste distrito perguntar o que faria a CDU se tivesse o deputado que falta, um deputado que não se limite a fazer número, que não seja mais do mesmo».

A seguir, Branca de Carvalho lembrou que o vizinho distrito de Braga elegeu nas últimas eleições legislativas um deputado CDU e que não se arrependeu, deixando implícito o desafio à população de Viana para que faça o mesmo.

Branca Carvalho lembrou que estas eleições culminam seis anos de «política de um governo que muitos acreditaram ser de esquerda, e por isso constituiu a opção maioritária dos portugueses em 95 e 99», e que se traduziram, com o passar do tempo, numa «frustrante decepção». Por isso, «as eleições do próximo dia 17 de Março deverão constituir uma oportunidade para os portugueses romperem este ciclo viciado e contribuírem para que uma política de esquerda marque o futuro da vida nacional».



Branca Carvalho

A lista que a CDU apresenta às próximas de eleições de 17 de Março é a seguinte: **Branca Carvalho**, 48 anos, empregada de escritório, membro do PCP; **Alberto Midões**, 45 anos, cirurgião, membro do PCP; **Manuel Cerqueira Rodrigues**, 51 anos, engenheiro agrónomo, independente; **Albino Barros**, 52 anos, funcionário sindical, membro do PCP; **Patrícia Vieira**, 26 anos, licenciada em engenharia biológica; membro do PCP; **António Ponte**, 45 anos, funcionário judicial, membro do PCP; **António Amorim**, 38 anos, professor, membro do PCP; **Manuel Canastra**, 42 anos, trabalhador dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo, membro do PCP; **Maria do Céu Gonçalves**, 38 anos, funcionária pública, membro do PCP; **Armando Carvalho**, 47 anos, funcionário da EDP, independente; **Maria Helena Martins**, 44 anos, funcionária judicial, independente.

Centenas de visitas, encontros, reuniões e propostas

Um vasto trabalho de ligação aos problemas

A CDU realizou uma conferência de imprensa para prestar contas do trabalho realizado pelo deputado eleito pelo círculo de Braga. O resultado é um extenso documento, contendo informação sobre centenas de reuniões, encontros e visitas com instituições e de propostas para o distrito.

«Julgamos que o balanço fala por si na expressão de um vasto e significativo trabalho de ligação e de encontro com os problemas do distrito», foi afirmado na conferência de imprensa da CDU, onde se deu nota da presença da coligação nos

14 concelhos do distrito e das visitas efectuadas a cerca de cem freguesias. No centro das preocupações do deputado eleito por Braga — função desempenhada por Agostinho Lopes e Cândido Capela — estive-

ram as questões dos serviços de saúde e educação, das acessibilidades e do equipamento social, dos problemas dos sectores económicos — agricultura, pescas, indústria e serviços — e das relações laborais, da defesa do ambiente e do bom ordenamento do território distrital, não tendo havido «praticamente vertente da vida social e política do distrito que não tivesse merecido a nossa atenção». Abordadas foram também questões relativas à cultura e património, forças de segurança e protecção civil, poder local e habitação social, bem como numero-

Não houve nenhuma área que não tivesse merecido a atenção da CDU

sos problemas individualizados de cidadãos.

A CDU considera que da «diversificada e múltipla actividade realizada, resultou uma maior e mais visível presença do distrito na Assembleia da República e uma conseqüente, embora muito insuficiente, atenção e resposta do Governo aos

seus problemas» e destaca a importância das propostas por si apresentadas mesmo que não aprovadas «pelo sistemático voto contra do Grupo Parlamentar do PS, inclusive dos deputados eleitos por Braga».

Uma intensa actividade

Na conferência de imprensa foi divulgado o balanço completo das visitas, encontros e intervenções efectuadas pelo deputado da CDU eleito por Braga ao longo nas três sessões legislativas. Assim, em áreas tão diversas como a saúde, a educação ou a protecção

civil, a CDU manteve, ao longo da três sessões, contactos regulares com centros de saúde, direcções de hospitais, escolas e forças de segurança, vereadores de diversas autarquias, visitou lares e centros de dia, inteirou-se de todos os problemas e carências destas instituições e apresentou, na Assembleia da República, diversos requerimentos e propostas a incluir em PID-DAC com o objectivo de responder às solicitações e carências das instituições.

Sobre as carências ao nível dos equipamentos sociais, a CDU efectuou 24 visitas e encontros nos dois anos a alguns meses que durou a legislatura. A inter-

venção da CDU visou, ainda, problemas ligados com a habitação, economia, indústria e emprego, com os regulares encontros com sindicatos, uniões e federações sindicais e comissões de trabalhadores.

Para inclusão nos diversos orçamentos de Estado, a CDU elaborou propostas para todos os concelhos do distrito, relativos à construção e beneficiação de escolas, vias, equipamentos desportivos e culturais, programas de despoluição de rios, quartéis das forças de segurança, hospitais, num total de mais de oitenta propostas, todas devidamente orçamentadas e realizáveis.

José Decq Mota, nos Açores

Mais competências para as regiões

É objectivo da CDU contribuir para a ausência de maiorias absolutas na Assembleia da República, quer do PSD quer do PS, «maiorias que não seriam factor de estabilidade, antes de impunidade e arrogância, como já aconteceu no passado», afirmou José Decq Mota, primeiro candidato da CDU pelo círculo eleitoral dos Açores, na sessão de apresentação da lista. É igualmente importante, declarou o dirigente do PCP, combater a ideia de que a bipolarização traz vantagens aos eleitores, pois com tal processo «não lucra nem o sistema democrático nem o País, já que só uma composição multipartidária do nosso principal órgão de soberania poderá assegurar uma prática governamental mais consensual e democrática». Há igualmente que desmistificar, prosseguiu, a «ideia errada, propagada pelos dois maiores partidos, de que está

em causa nestas eleições a escolha do primeiro-ministro», pois o que se elege são 230 deputados, «e será consoante a representação de cada partido e a correlação global de forças que se irá formar o novo governo».

Face a isto, Decq Mota entende que o voto útil é aquele que «seja depositado na urna com a plena consciência de que vamos eleger deputados à Assembleia da República, com a maior diversidade de forças políticas, que permita a formação de um governo dependente da vontade dos portugueses, através dos seus representantes». No que respeita ao arquipélago, a CDU considera indispensável o cumprimento do estatuto de ultraperiferia, consagrado do Tratado da União Europeia, a revisão da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e a necessidade de prosseguir com a descentralização de mais serviços da administra-

ção central para os órgãos da região autónoma.

A composição da lista da CDU pelos Açores é a seguinte: **José Decq Mota**, 51 anos, professor, membro do CC do PCP; **Patrícia Santos**, 36 anos, funcionária pública e dirigente sindical, independente; **Mário Silva**, 56 anos, assessor de comunicação social, independente; **Emanuel Botelho**, 51 anos, professor e escritor, independente; **Maria Adriana Figueiredo**, 48 anos, técnica superior de Serviço Social, membro do PCP; **Aníbal Pires**, 45 anos, professor, membro do PCP; **Maria Fernanda Silva**, 51 anos, professora, membro do PCP; **Herlanda Pamplona**, 21 anos, assistente administrativa, membro da JCP; **José Augusto Mateus**, 49 anos, oficial de operações de socorros, membro do PCP; **Cláudio Madeiros**, 53 anos, sindicalista aposentado, independente.

Carlos Carvalhas nos Açores

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, deslocou-se, no fim-de-semana passado, aos Açores, visitando as ilhas de S. Miguel e Terceira.

Em S. Miguel, o dirigente comunista foi recebido em audiência pelo presidente do Governo Regional e, na Ilha Terceira, pelo ministro da República, tendo trocado impressões com estes responsáveis sobre o relacionamento entre o Estado e a região, matéria de grande interesse dada a proximidade das eleições para a Assembleia da República.

Aproveitando a sua deslocação, Carlos Carvalhas encontrou-se com a Associação Agrícola de S. Miguel e com a Associação de Jovens Agricultores de S. Miguel, com quem abordou diversas questões ligadas à

agricultura, designadamente as quotas do leite e a aplicação a este sector das regras do estatuto da ultraperiferia.

Ainda no decurso da sua visita, Carlos Carvalhas participou na inauguração do Centro de Trabalho da Praia da Vitória e na festa-convívio que a organização realizou para festejar este importante acontecimento e as repercussões que ele naturalmente terá na vida do Partido e no desenvolvimento da sua actividade a nível local.

Por fim, antes de deixar os Açores, o secretário-geral do PCP visitou o Porto de Praia da Vitória, onde recentemente o mau tempo provocou gravíssimas destruições a exigir investimentos que ultrapassam o âmbito regional.

OUTRA POLÍTICA?

Só com a CDU mais forte!



A força que mais fez pelo distrito de Braga foi a CDU, apresentando mais de oitenta propostas devidamente orçamentadas

Fernando Carmosino, em Portalegre

É preciso ver quem tem provas dadas

«Queremos contribuir decisivamente para retirar o distrito de Portalegre dos últimos lugares onde se encontra em relação ao grau de desenvolvimento do País», afirmou Fernando Carmosino, cabeça de lista da CDU pelo distrito de Portalegre, na apresentação da candidatura da coligação, que se realizou na quinta-feira, em Pisão, no Crato.

A escolha desta localidade não foi fortuita. Como referiu Fernando Carmosino, a CDU procura colocar no centro do debate as grandes questões nacionais e regionais, nomeadamente a necessidade de construir a barragem do Pisão, repetidamente anunciada e sucessivamente adiada pelos governos do PS e do PSD. O cabeça de lista lembrou que, durante a discussão do Orçamento de Estado, o PCP propôs a dotação de um milhão de euros para a construção da barragem, mas que o PS votou contra.

«A eleição de um deputado da CDU pelo distrito de Portalegre é contributo insubstituível para que o poder político não se concentre desmesuradamente nas mãos de um só partido, e

assim evitar que se repitam experiências de má memória», considerou Fernando Carmosino.

Mas outros argumentos foram dados: «Na CDU não apresentamos candidatos a fingir para, logo de seguida e à socapa, abandonarem as posições a que se candidatarão. Os candidatos da CDU vivem e trabalham no nosso distrito e são uma mais-valia. Estão na política não para se servirem, mas para servirem as populações.»

Carmosino deixou um repto às restantes candidaturas para que as cabeças de lista assumam publicamente o compromisso de exercerem os mandatos para que forem eleitos.

Silenciado

Antes, o mandatário da lista, Casimiro Menezes, recordou que a situação de região periférica do distrito de Portalegre tem vindo a agravar-se, com os piores índices de desenvolvimento e bem-estar social e económico, bem como com a acentuação do fosso que a separa de outras regiões.

«O distrito de Portalegre não teve voz no Parlamento. Esteve ausente e foi silenciado com os votos quer do PS quer do PSD quando se tratava de aprovar medidas concretas no âmbito do investimento público», afirmou Casimiro Menezes.

Por isso, o mandatário considera «necessário e imperioso restituir a voz ao distrito com a eleição de um deputado da CDU», acrescentando que os candidatos da coligação «são homens e mulheres combativos, insubmissos e inconformistas, com provas dadas nos mais variados campos de intervenção, desde a área social ao mundo do trabalho».

Fernando Carmosino tem 46 anos, é empregado de escritório e membro do PCP. Os restantes lugares da lista são ocupados por **Joaquim Lopes**, 49 anos, engenheiro agrário, membro do PCP; **Ana Maria Balão**, 27 anos, socióloga, membro do PCP; **João Rangém**, 51 anos, bancário, independente; **Leonor Xavier**, 51 anos, operária agrícola, membro do PCP; e **Diogo Serra**, 48 anos, empregado de escritório, membro do PCP.

Forças Armadas

Em risco de paralisia

À situação de «enorme mal-estar» que existe na Forças Armadas e que resulta «da acumulação de problemas não resolvidos e de aspirações e expectativas não concretizadas» acresce um Orçamento para o ano em curso que «põe em risco» a sua capacidade operacional, diz o Gabinete de Imprensa do PCP, em nota à comunicação social.

Esta realidade deve-se, assim, em sua opinião, às políticas seguidas nos últimos 16 anos de governos PSD e PS, que se caracterizaram pela «não resposta aos problemas essenciais», pelo «uso e abuso das palavras “reestruturação” e “redimensionamento” desprovidas de conteúdo real» e pelo «propositado confusãoismo junto do povo português entre capacidade de defesa e capacidade de envio de militares para missões externas». Ou seja, o PSD deu início a um processo de desmembramento das Forças Armadas que o PS «não soube e não quis inverter».

O PCP, que tem vindo continuamente a alertar para a situação e a exigir um outro rumo, foi o único partido a apresentar um projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, promovendo, no âmbito das eleições presidenciais, uma declaração sobre o tema «Defesa Nacional e Forças Armadas».

Entretanto, e «num momento em que se fala tanto das verbas para as Forças Armadas», o PCP considera que «se está a assistir a mistificações sobre o tema», já que «as verbas devem corresponder a uma definição de objectivos credíveis a atingir num determinado horizonte temporal» e dar resposta às necessidades nacionais. Assim, diz o Gabinete de Imprensa, «existem, pois, dois planos: um, a necessidade de medidas urgentes, face aos problemas de gestão colocados pelo orçamento do corrente ano, que contrariem o risco de paralisia das Forças Armadas; o outro, a necessidade de ser empreendido um rumo seriamente reestruturante das Forças Armadas, o que passa pela definição daquilo que tanto o PSD e o PS não ousaram definir enquanto foram governo, partindo do primado de que aquilo que interessa aos EUA interessa necessariamente a Portugal».

Considerando, por fim, que as Forças Armadas «são uma componente essencial do Estado», o PCP reafirma que «continuará a pautar a sua intervenção visando garantir que as Forças Armadas possam cumprir as suas missões fundamentais e sejam cada vez mais prestigiadas junto do povo português do qual são parte integrante».

Viana do Castelo Demolição do «Prédio Coutinho» não é co-financiada

A eurodeputada comunista Hilda Figueiredo já recebeu a resposta à pergunta formulada ao comissário Bernier sobre o financiamento pela Comunidade Europeia da demolição do «Edifício Jardim», motivada pelo ofício que o presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo enviou, em Julho de 2000, aos moradores do «Prédio Coutinho».

Dizia o ofício que a demolição do prédio seria financiada com verbas do III QCA, sendo que o financiamento obtido era «especificamente» para aquele fim, não podendo «ser usado para qualquer outro objectivo camarário». Ora, a resposta do comissário Bernier, contrariando tais afirmações, diz expressamente que «as despesas relacionadas com a demolição não serão co-financiadas pelos Fundos Estruturais».

A Comissão Concelhia de Viana do Castelo do PCP, a quem cabe a denúncia, entende, ainda, que também não corresponde à verdade a afirmação de que enquanto não for demolido o prédio Viana do Castelo não se poderá candidatar a Património Mundial, ou a ideia que o presidente da Câmara está a «tentar fazer passar», de que a volumetria da construção na zona do futuro Parque da Cidade é para evitar a poluição do IC1. Ou seja, em sua opinião, começa a tomar corpo a dúvida colocada há algum tempo pelo PCP de «se não se estaria perante uma tentativa de ganhar a opinião pública, através de inverdades e de meias verdades, para uma proposta de intervenção urbanística de forte impacto e consequência económicas, sociais e humanas».

PCP teme que valia de Alqueva sirva mais para enriquecer alguns do que para o progresso social do Alentejo

Rever estrutura fundiária

A Direcção Regional do Alentejo do PCP, em nota à comunicação social, associou-se ao acto de encerramento das comportas da barragem do Alqueva, projecto por cuja concretização «desde sempre se bateu».

Trata-se de um empreendimento «que pode constituir uma decisiva alavanca para o desenvolvimento do Alentejo e a melhoria das condições de vida da população», afirmam os comunistas, sublinhando, entretanto, o atraso de mais de duas décadas na sua concretização e manifestando as suas preocupações relativamente às indefinições que ainda rodeiam o seu aproveitamento.

Uma questão nuclear para o PCP é, por exemplo, a reorganização fundiária que deveria permitir, através da abertura de um processo de acesso à terra, criar novas explorações adequadas ao regadio. Nesse sentido, o PCP levou, em Setembro, à

Assembleia da República um projecto de lei inovador para a adopção de medidas de reestruturação fundiária através da criação de um banco de terras. O PS, o PSD e o CDS/PP, porém, rejeitaram-no, anunciando então o Governo ter também uma proposta de banco de terras, constituído pelas áreas que são já propriedade do Estado. Sabe-se, agora, dizem os comunistas, que ele não só «deixa intocável a actual estrutura fundiária» como é constituído ao todo unicamente por cerca de 17 300 hectares, dos quais metade está situada em regiões do País que nada têm a ver com o perímetro de rega de Alqueva.

A construção da nova fábrica de papel reciclado está em risco

Atrasos e incumprimentos

Por outro lado, prossegue o PCP, os Planos de Ordenamento só agora estão em fase de aprovação final, com um limitado debate público e com investimentos pendentes há anos, estando, também por cumprir, ou muito atrasadas, as compensações às populações afectadas pela albufeira. É o caso da nova fábrica de papel reciclado, a construir pela Portucel em Mourão - «exigência explícita do caderno de encargos da privatização e um compromisso do Governo» - que está em risco, visto a empresa que ganhou a privatização, a IMOCAPITAL, recusar-se, agora, perante a passividade do Governo, a construir a fábrica que envolveria um investimento da ordem dos 25 milhões de contos, prometendo em troca uma fábrica de móveis, cujo valor não vai além dos 5 milhões de contos.

Esta viragem tem gerado indignação nos trabalhadores

que, na sexta-feira, se concentraram junto à ponte de acesso à barragem de Alqueva, na estrada Portel/Moura, reclamando a construção de uma nova unidade fabril no concelho.

O PCP alerta, ainda, para o facto de o enchimento da barragem começar sem que as acessibilidades estejam terminadas, designadamente a nova ponte sobre o Guadiana que liga Reguengos de Monsaraz a Mourão, e para os atrasos e indefinições na solução de problemas pendentes, que deixam inquieta a população da Aldeia da Luz.

Assim, congratulando-se, embora, com o encerramento das comportas do Alqueva, o PCP responsabiliza o Governo pelo risco de o Alqueva vir a ser «uma oportunidade perdida» e de a sua «inegável valia servir mais para o enriquecimento de alguns do que para o progresso social, a criação de emprego e a travagem do processo de despovoamento no Alentejo».

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Faleceu António Abalada

Faleceu, no passado sábado, com 73 anos, o camarada António Malaquias Abalada, funcionário do PCP na Organização Regional de Santarém.

Filho de trabalhadores rurais, António Abalada, que era natural de Alpiarça, cedo se envolveu na luta política, tendo sido preso pela primeira vez, em 1950, numa das jornadas de luta mais intensa que Alpiarça conheceu, tinha então 23 anos.

Em 1959, já integrado na organização de Alpiarça do PCP, como membro do Comité Local, é de novo preso pela sua participação activa nas lutas de 1958 e enviado para a cadeia de Aljube e depois para Caxias. Sai da prisão em 1960 mas volta a ser preso em Abril de 1962, no seguimento de uma das maiores greves dos operários agrícolas por melhores salários.

Alfredo Gonçalves de Sousa

Faleceu, recentemente, o camarada Alfredo Gonçalves de Sousa, de 87 anos de idade. Fez parte da 1.ª Revolta dos Marinheiros, tendo sido preso e torturado. Fez parte da Assembleia de Freguesia de Santa Engrácia, onde estava organizado.

António Feio Sobral

Faleceu de doença súbita, no dia 2 de Fevereiro, o camarada António Feio Sobral, da célula do Banco Totta, da Organização Regional de Lisboa. O camarada foi membro do Secretariado da célula, da Comissão de Trabalhadores do Banco e do Organismo de Direcção dos Bancários.

Clara Maria Morgado

Faleceu, no dia 6 de Fevereiro, com 48 anos, a camarada Clara Maria Morgado, membro da Comissão Concelhia da Covilhã. A camarada trabalhava como funcionária pública na Escola Secundária Serra da Gardunha, no Fundão. Era dirigente sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública.

João da Silva Pinto

Faleceu, no dia 7 de Fevereiro, com 58 anos de idade, o camarada João da Silva Pinto, residente na Freguesia de Anta, concelho de Espinho. Foi membro do MDP/CDE antes do 25

Em 1963 sofre a última e mais prolongada prisão, primeiro para a cadeia do Aljube, de onde é transferido para o Forte de Peniche, onde se manteve até 1969, altura em que sai com liberdade condicionada.

Camarada de grande coragem e convicção, continuou a participar nas lutas do operariado agrícola, integrado nas comissões de luta e de defesa dos trabalhadores nas praças de jorna de Alpiarça.

Em 1972, é um dos fundadores da primeira Associação de Produtores de Melão em Vila Franca de Xira, participando também, em 1973, na negociação do horário de trabalho, único no País, feito em função da hora solar.

A sua casa servia, ainda, como ponto de apoio a muitos camaradas que viviam na clandestinidade.



A partir do 25 de Abril, prosseguiu o seu trabalho militante, já como funcionário do Partido e sempre ligado às questões do mundo rural.

Foi deputado do PCP à Assembleia Constituinte pelo círculo de Santarém.

Na mensagem de condolências à sua família, a Direcção da Organização Regional de

Santarém do PCP lembra o «combatente pela liberdade, por um mundo mais justo, pelos valores de Abril, pelo socialismo» que foi António Abalada, afirmando que o seu exemplo «obriga-nos a que, com maior abnegação, com maior clarividência, com firmeza de princípios e com base na nossa ideologia, aprofundemos a nossa ligação ao povo português e o nosso combate pelo que conquistámos com Abril».

O seu funeral foi uma demonstração viva do respeito e admiração que António Abalada inspirava a quantos o conheciam, nele se integrando diversos membros da direcção do PCP, entre os quais, Luísa Araújo, Albano Nunes, Jerónimo de Sousa, José Casanova, Raimundo Cabral, Eugénio Pisco, Armando Rodrigues, Jorge Ferreira.

de Abril, tendo pertencido à Comissão Coordenadora de Espinho da CDU. Após o 25 de Abril, foi um dos impulsores para a instalação das Comissões Administrativas para a Junta de Anta e para a Câmara Municipal de Espinho. Foi membro da 1.ª Comissão de Recenseamento da Freguesia de Anta, membro eleito da Assembleia Municipal de Espinho pela APU. Foi cabeça de lista para a Junta de Freguesia de Anta, tendo sido eleito para a Assembleia de Freguesia de Anta (tomou posse no passado dia 9 de Janeiro de 2002).

Manuel Ramos Cavaco

Após doença prolongada, faleceu no dia 14 de Janeiro, em Serpa, de onde era natural, o camarada Manuel Ramos Cavaco. O camarada militava na organização de freguesia de Cacilhas.

Maria José do Bonsucesso Lourenço

Após doença prolongada, faleceu, no dia 7 de Fevereiro, com 69 anos de idade, a camarada Maria José do Bonsucesso Lourenço. A camarada era natural de Santa Iria de Azeitão, onde residia e estava organizada.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

SESIMBRA Contratação afrontosa

«A hora é de luta» e os pescadores podem «continuar a contar com o PCP», diz a Comissão Concelhia de Sesimbra deste partido, após analisar a difícil situação social em que se encontram os pescadores, devido à não renovação do Acordo de Pescas da União Europeia com Marrocos.

O PCP lembra, entretanto, os alertas feitos ao Governo, nos últimos anos, para a necessidade de se procurar soluções que contrariassem a previsível não renovação do Acordo e considera que a situação que hoje se vive vem provar que tinha razão.

Quanto à notícia vinda a público sobre a contratação, por um elevado valor, de um ex-vereador como assessor do presidente da Câmara de Sesimbra, o PCP esclarece o facto de ela não ter sido objecto de qualquer deliberação da Câmara ou consulta aos eleitos da CDU que, «indignados», consideram a mesma uma «clara afronta à degradação dos salários da esmagadora maioria dos trabalhadores».

LISBOA Solidariedade com Cuba

O Sector de Transportes da Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP tem em curso uma Campanha de Solidariedade com o povo cubano, que se integra na viagem a Cuba promovida por este sector e a realizar em Abril próximo.

Alargando a Campanha a outros sectores, os comunistas dos transportes apelam à colaboração de todos no sentido de oferecerem medicamentos e materiais escolares (canetas, lápis, apara-lápis, borrachas, cadernos escolares, etc.), que deverão ser entregues até ao dia 19 de Abril, no Centro de Trabalho Vitória (Sector de Transportes), em Lisboa.

ALCOCHETE Falso alarme

Os vereadores da CDU na Câmara Municipal de Alcochete protestaram na última reunião de Câmara contra as declarações feitas pelo actual presidente do município e ex-vereador ao jornal «A Capital», no sentido de fazer crer que a Câmara tem dificuldades financeiras.

Na verdade, dizem estes eleitos, o presidente da Câmara «sabe perfeitamente» que esta ainda tem «capacidade de endividamento para contrair novos empréstimos a médio e longo prazo». Aliás, o Executivo aprovou, recentemente, um empréstimo para o programa PER, tendo sido apresentado, na altura, um mapa que provava que a Câmara estava à vontade para o fazer e, até, para o duplicar. De facto, o serviço de dívida, que neste momento está em 46 211 contos, pode atingir os 102.132 contos.

EMIGRAÇÃO Intensa actividade

A candidatura da CDU na Europa teve um fim-de-semana particularmente activo com a realização de várias iniciativas, contactos e visitas em que estiveram envolvidos os candidatos e o deputado Rodeia Machado.

Entre essas iniciativas, destaca-se os debates sobre a problemática da emigração em Frankfurt, com a participação de Luciano Caetano da Rosa, e, no Luxemburgo, com Honorata Martins e, ainda, um outro, no domingo, em Bruxelas, sobre a situação política e as eleições legislativas, com Pedro Guerreiro,

A grande mistificação

Mais do que pela brutalidade de que se revestiu, o atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001 ficará na História como ponto de partida de profundos e perigosos avanços da nova ordem imperialista totalitária.



José Casanova
Membro da Comissão Política

É esse, aliás, o objectivo primeiro da chamada «guerra ao terrorismo», desencadeada, na sequência do atentado, pelo governo dos EUA. Uma guerra conduzida pelo Estado que é, ele próprio, o berço e a fonte do terrorismo internacional; uma guerra subservientemente apoiada pela generalidade dos governos à escala planetária; uma guerra aplaudida pela nova ordem comunicacional como cruzada do Bem contra o Mal; uma guerra que despeja toneladas de bombas sobre povos inocentes e, ao mesmo tempo, bombardeia direitos, liberdades e garantias de milhões de cidadãos.

No facto de toda esta ofensiva estar a ser levada por diante em nome da *democracia*, dos *direitos humanos* e da

paz mundial, reside a grande, a monumental mistificação dos tempos que vivemos – mistificação recheada de perigos óbvios para a democracia, para os direitos humanos, para a paz mundial. Violar a democracia e os direitos humanos invocando uma pretensa defesa desses valores; esconder a defesa dos interesses dos grandes e dos poderosos por detrás de uma falsa defesa dos interesses da humanidade; apresentar o abuso da força bruta para o domínio do Mundo como se de preocupação humanitária se tratasse; ocultar as responsabilidades directas no sofrimento e na morte de centenas de milhões de seres humanos por detrás de um manto de falso e hipócrita humanismo; procurar enfraquecer ou

liquidar, apelidando-as de terroristas, as forças que se opõem ao sistema dominante e não desistem de lutar contra ele – constituem algumas das expressões concretas dessa

«Esperam de 1 a 10 que a gente, oxalá, não se levante – e a gente levanta-se, pois pudera, sempre»

ofensiva e dessa operação mistificatória.

O conceito de democracia hoje preponderante, para além de a esvaziar completamente das suas componentes social, económica e cultural, redu-la à exclusiva e cada vez mais empobrecida vertente política. Sem dúvida, a componente política da democracia possui um valor intrínseco; sem dúvida, a liberdade política é um elemento básico essencial da democracia; sem dúvida, o sufrágio universal e o multipartidarismo são pilares marcantes de um sistema democrático. E, sem dúvida também, o modelo de democracia hoje dominante tem vindo a moldar todas essas referências essenciais aos seus interesses imediatos; a limitar drasticamente as liberdades individuais; a transformar o sufrágio universal e o multipartidarismo em autênticas farsas. Atente-se no exemplo dos EUA: apesar de, naquele país, as eleições serem cada vez mais uma mascarada e de o multipartidarismo não passar, de facto, de um unipartidarismo bicéfalo, o sistema ali em vigor é-nos apresentado como expoente máximo da democracia e, por isso, em permanente e acelerado processo de exportação para os quatro cantos do Mundo – exportação a bem ou a mal: *pacificamente* se os destinatários acatarem o modelo; pela força das armas, dos bloqueios ou da chantagem se ousarem defender um modelo diferente.

O sentido da evolução do conceito de terrorismo desde o atentado de 11 de Setembro e as previsíveis evoluções futuras de sentido igual tendem a ficar como elementos perigosos todos os que não aceitam, contestam ou combatem a nova ordem imperialista totalitária. Um gigantesco ficheiro individual criado com intenções persecutórias e fascizantes (que faz do Big Brother imaginado por Orwell um inofensivo menino de coro) condena cada cidadão que luta pela justiça, pela democracia, pelos direitos humanos à condição de perigoso terrorista. (O exemplo da recente detenção de Pierre Boulez, na Suíça, por figurar numa «lista de suspeitos terroristas» – na base de afirmações públicas produzidas pelo famoso maestro francês há quase quarenta anos! –, é bem elucidativo da minúcia persecutória dos donos da nova ordem imperialista.)

É à luz desta realidade que deve ser vista a vasta e diversificada ofensiva imperial, conduzida directamente ou por credenciados representantes, contra todas as forças progressistas do Mundo. E é nessa mesma realidade que, no nosso país, se insere a poderosa e multifacetada ofensiva actual contra o PCP. Liquidar o PCP constitui o objectivo essencial de todos os que, pelas mais diversas formas, integram essa ofensiva.

Reconheça-se que causam mossas não pouco graves. Mas, como os próprios sabem e o futuro confirmará, o seu objectivo não será alcançado. Recorramos, uma vez mais, a O'Neill e à sua *fala* a Belarmino, campeão de boxe: «Esperam de 1 a 10 que a gente, oxalá, não se levante – e a gente levanta-se, pois pudera, sempre.»



MART.

ECOP

Até hoje deveria ficar resolvido o problema dos salários em atraso dos cerca de 800 trabalhadores da ECOP, de acordo com as garantias obtidas dia 7, junto da administração, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Norte. «A melhor garantia que recebemos foi a de que a empresa não vai à falência», disse Albano Ribeiro, presidente do sindicato, citado pela Lusa, no final de uma reunião com o administrador da ECOP. A aguardar o resultado, junto à sede da empresa, no Porto, estavam muitas dezenas de trabalhadores que, com três salários em atraso, entoavam «Trabalhar sem receber, assim não pode ser». De acordo com o sindicalista, os salários de Dezembro e Janeiro deveriam ser pagos até hoje, enquanto o subsídio de Natal será entregue em duas tranches, num prazo não especificado.

Sapadores

A Comissão Sindical passou a dispor de instalações próprias no quartel-sede da 3.ª Companhia do Regimento de Sapadores Bombeiros, congratulou-se o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, ao anunciar a inauguração do espaço, no fim de Janeiro. Para o STML/CGTP, trata-se de «um marco histórico na vida sindical dos sapadores bombeiros».

Rohde

Protestar diariamente, de sexta-feira passada até hoje, foi a decisão tomada pelos trabalhadores da fábrica de calçado Rohde, na Feira, informou o Sindicato do Calçado de Aveiro e Coimbra, adiantando que poderão adoptar outras formas de luta. O coordenador do sindicato, citado pela Lusa, explicou que os trabalhadores reclamam a reposição do poder de compra, o fim da discriminação salarial das mulheres e dos ritmos intensivos de trabalho, bem como a aplicação de preços sociais na cantina da empresa. Nos últimos dez anos, os 2500 trabalhadores da Rohde perderam 10 por cento do poder de compra, situação que se agudizou entre Outubro e Dezembro de 2001, período em que 832 trabalhadores receberam salário mínimo por terem sido abrangidos pelo regime de «lay-off». As mulheres, que representam 70 por cento da mão-de-obra, auferem salários 12 por cento mais baixos do que os homens, dentro da mesma categoria profissional, denuncia o sindicato.

Frapil

A venda e urbanização do espaço ocupado pela antiga empresa de componentes eléctricos de Aveiro permitiria arranjar dinheiro para saldar, se não tudo, pelo menos parte dos 450 mil contos de ordenados que os cerca de 200 trabalhadores têm a haver desde 1985. Para exigir a rápida aprovação do plano de pormenor que valorize os terrenos, os ex-trabalhadores da Frapil foram dia 7 à reunião da Câmara Municipal.

Evidente falência da política de direita que PS e PSD praticam há muitos anos

É possível mudar

O plenário da Frente Comum de Sindicatos exigiu resposta do Governo aos problemas dos trabalhadores e reafirmou a determinação de lutar «por uma nova política, uma política de esquerda».

Os dirigentes e delegados que participaram, no dia 6, em Lisboa, no plenário da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública reafirmaram a recusa da actualização salarial de 2,75 por cento, decretada pelo Governo para o corrente ano e que acarreta «uma nova redução dos salários reais».

Na resolução aprovada no auditório da União das Associações de Comerciantes, na Rua Castilho, e entregue depois na residência oficial do primeiro-ministro, os representantes dos trabalhadores do Estado nos mais diversos sectores consideram que «o actual quadro político traduz a falência da política de direita, implementada durante 10 anos pelos governos do PSD e prosseguida pelos governos do PS, consubstanciada na degradação dos salários, na destruição dos serviços públicos e no desrespeito pelos trabalhadores». Tal situação, alerta o documento, «agrava-se à medida que vão sendo conhecidas algumas propostas eleitorais destes partidos, que apontam para o avanço do processo privatizador, para a desregulamentação laboral na Administração Pública e

para políticas fiscais que novamente virão beneficiar apenas os grandes interesses económicos».

Na resolução fica expresso que «é tempo de uma mudança política que valorize quem trabalha, uma política socialmente mais justa». É também proclamada «a convicção de que é possível uma nova política, uma política de esquerda», bem como a determinação dos dirigentes e delegados sindicais de «continuar a lutar pela sua concretização».

O Governo ainda em funções, no entender dos sindicalistas, «pode e deve» levar a bom termo «os processos negociais decorrentes de compromissos assumidos perante os sindicatos»; «resolver a situação dos milhares de trabalhadores contratados em situação precária e que correspondem a necessidades permanentes dos serviços»; e, «no cumprimento da lei, regulamentar o suplemento de penosidade, insalubridade e risco».

À falta de garantias de que o executivo do PS enverede por tal caminho, os representantes dos trabalhadores declaram que vão continuar a lutar por aumentos salariais

justos, pelo fim da precariedade laboral, por uma efectiva valorização de carreiras, pela regulamentação do suplemento de risco, pela defesa do vínculo de emprego público e por serviços públicos de qualidade.

Sectores

O reforço da organização sindical e da mobilização dos trabalhadores da administração local foi expressa, sexta-feira, em Évora, num encontro de dirigentes e delegados do STAL, das regiões de Lisboa, Santarém, Setúbal, Évora e Beja, Faro e Portalegre.

Os trabalhadores das Alfândegas decidiram fazer greve dia 8 e concentrar-se junto ao Ministério das Finanças, em Lisboa, reclamando a aplicação do decreto-lei sobre carreiras e recusando as alterações propostas pelo Governo ao diploma que regula o suplemento aduaneiro. A FNSFP/CGTP acusa o executivo de ter uma postura de má-fé e chantagem, ao exigir que os trabalhadores abdicuem da retroactividade devida por lei, para total aplicação do diploma de 1998 sobre carreiras; a federação protesta ainda contra o facto de, estando «em gestão», o Governo pretender reduzir direitos dos trabalhadores e criar condições para «extorsão de 600 mil contos ao fundo de estabilização aduaneiro», com a proposta de alterações ao decreto-lei de 1990. Após a recente morte

em serviço de mais um profissional, veio evidenciar a falta de resposta do ministro da Agricultura às reivindicações da FNSFP para aumentar as condições de segurança no trabalho dos guardas-florestais. Para se pronunciar sobre «a manifesta insuficiência de efectivos e a deficiente formação profissional na área das técnicas de polícia», a federação realizou, sexta-feira, uma conferência de imprensa, admitindo desencadear acções de luta se continuarem a não ser tomadas medidas.

O interesse público está em causa, alertou também a federação da Função Públi-

ca, numa conferência de imprensa em que fez a história de mais de ano e meio de falta de resposta do Ministério do Ambiente ao caderno reivindicativo dos hidrometristas, que exigem a actualização do conteúdo funcional e uma reestruturação da carreira. Como desde 1 de Outubro só cumprem estritamente as tarefas actualmente previstas no seu quadro de funções, não está a ser devidamente efectuada a monitorização dos recursos hídricos. A federação denunciou ainda vários «atropelos técnicos» na automatização da rede convencional de monitorização.

Jornalistas com plenos direitos

«Não há, nem na lei, nem no Código Deontológico, nem nos Estatutos do SJ, qualquer impedimento à participação de jornalistas em actividades políticas nem qualquer diminuição de direitos civis e políticos dos membros dos órgãos sociais do sindicato», afirma a Direcção do Sindicato dos Jornalistas, num comunicado emitido dia 6, depois de uma reunião em que aquele órgão discutiu a participação de Alfredo Maia na lista da CDU, no Porto.

O comunicado refere que «era do conhecimento de todos os membros da Direcção» a participação do jornalista e actual presidente do SJ em actividades cívicas e políticas, nomeadamente integrando listas da CDU «há mais de uma década», «sem nunca ter posto em causa os deveres de imparcialidade dos cargos e da própria organização» sindical, de que Alfredo Maia é dirigente desde 1993. No comunicado salienta-se que «as opções ideológicas, assim como as experiências de trabalho em várias organizações e as mundividências distintas de cada um dos membros da Direcção não prejudicam, antes enriquecem, o trabalho colectivo que o sindicato tem vindo a realizar». O reforço da intervenção sindical permitiu o início de negociações em segmentos como as rádios locais e o estabelecimento de um processo negocial, em sede de conciliação, com a Associação da Imprensa Diária, «que havia inviabilizado qualquer negociação durante uma década».

Com a sobrevalorização da integração de Alfredo Maia nas listas da CDU, foi agora «introduzido um dado novo na relação deste órgão com a realidade da classe e com a realidade mediática», reconhece a direcção do SJ, que revela ter sido confrontada com 14 pedidos de demissão de associados do sindicato, a par de opiniões de vários jornalistas. Tal contexto leva a direcção a apelar a «uma discussão aberta dos problemas da profissão e do funcionamento do SJ, desde logo nas próximas reuniões» de órgãos do sindicato, bem como na discussão e votação do relatório de actividades de 2001, e no 4.º Congresso dos Jornalistas. Foi ainda decidido requerer à presidente da Assembleia Geral do SJ a realização de eleições para os corpos gerentes do sindicato «com a maior brevidade possível», procurando «um redobrado esforço na recuperação do cumprimento integral dos estatutos»; estes prevêem a realização de eleições bienais em Março, mas atrasos anteriores fazem com que o actual mandato só se conclua em Outubro.

SIC

Estava marcada para ontem uma reunião entre representantes da administração da SIC e da Inspeção Geral do Trabalho, na sequência de uma denúncia feita na semana passada pelos sindicatos dos Jornalistas e dos Trabalhadores de Telecomunicações e Comunicação Audiovisual, referindo, nomeadamente, abusos no trabalho contra *recibo verde*, coacção psicológica para rescisão de contratos ou para aceitação de transferências e não pagamento de horas extraordinárias.

Despedimento na Kromberg é «selectivo» e «ilegal»

O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Eléctricas do Norte opõe-se firmemente à pretensão da Kromberg & Schubert e recorda que a lei invocada pela multinacional para liquidar sete dezenas de postos de trabalho em Guimarães foi aprovada com os votos dos deputados do PSD e do PS.

«Todos os trabalhadores, com o apoio do STIEN/CGTP, irão recorrer da decisão para os tribunais, visando a anulação do despedimento e a consequente reintegração na empresa», informou o sindicato. Numa conferência de imprensa dada no dia 5, no parque industrial da Ponte, junto às instalações da Kromberg, o STIEN contou que a gerência deu conhecimento da intenção de promover um despedimento colectivo de 69 pessoas no dia 20 de Dezembro, «precisamente no mesmo dia em que os trabalhadores foram de férias e receberam como consoada

alguns escudos e uma garrafa de vinho». A comunicação foi feita já depois de o pessoal ter deixado a fábrica.

O regresso de férias deu-se a 7 de Janeiro e no dia 11 teve lugar um plenário, onde o sindicato exortou os trabalhadores a lutarem pelos seus direitos. Decorreram reuniões com a administração e o IDICT, mas delas «não resultou nada de positivo, que fizesse recuar a empresa nas suas intenções». A pressão psicológica e as dificuldades económicas levaram a que 20 trabalhadores aceitassem rescindir os contratos. No dia 23 de Janeiro, refere a nota divulgada aos jornalistas, a comissão sindical recebeu da administração a lista dos 49 trabalhadores a despedir (47 dos quais são mulheres); dois dias depois, os trabalhadores receberam as comunicações individuais de despedimento, «invocando a fundamenta-

ção e, imagine-se, agradecendo a todos o esforço e dedicação prestados» à empresa.

As alegações da Kromberg (redução e limitação de encomendas e agravamento da situação económica internacional decorrente dos ataques terroristas de 11 de Setembro) «constituem uma caricatura de fundamentação económica», acusa o STIEN, afirmando que «diversas irregularidades, ilegalidades e comportamentos» detectados «provam à saciedade que os objectivos deste despedimento visam atingir e penalizar trabalhadores que: a) exercem os seus direitos; b) reclamam em Tribunal de Trabalho a aplicação correcta da lei das 40 horas; c) denunciam doenças profissionais, provocadas pelo tipo de funções que desempenharam (tendinites); d) exercem os seus direitos de maternidade, amamentação, aleitação e outros.

Porto Alegre

Os dirigentes da CGTP que participaram no Fórum Social Mundial deram sexta-feira uma conferência de imprensa salientando a importância que os debates e as orientações saídas de Porto Alegre assumem para a luta dos trabalhadores e para o movimento sindical. Manuel Carvalho da Silva e mais três dirigentes da central acompanharam os trabalhos do Fórum e tiveram participação activa em diversos seminários e conferências, nomeadamente sobre «trabalho e sindicalismo», «trabalho decente», «o emprego e a juventude», «educação e formação», «sindicalismo e outros movimentos sociais», «perspectivas do movimento global da sociedade civil» e «guerra e paz».

Pescadores

Está marcada greve dos pescadores do arrasto costeiro, contra os aumentos salariais de miséria propostos pelos armadores, informou o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte. A luta inicia-se este fim-de-semana, repetindo-se todos os sábados e domingos até 10 de Março. Os pescadores do cerco, paralisados desde 1 de Fevereiro, para defesa da sardinha, continuam a aguardar uma resposta do Governo e da UE relativamente à compensação dos seus salários. Os problemas sentidos pelos pescadores do Norte estiveram em análise numa reunião realizada dia 7, em Matosinhos, entre o sindicato português e a Confederação Intersindical da Galiza.

Porto de Sines

Irregularidades laborais que afectam 400 trabalhadores nas obras do porto de Sines levaram a União de Sindicatos do Litoral Alentejano a elaborar uma exposição, após uma reunião da Comissão de Acompanhamento da Administração do porto, realizada dia 7. A notícia, dada pela Lusa, indica que se registam problemas nas três frentes de trabalho (gás natural, metalurgia e construção civil) em que ainda não foi possível chegar a um acordo entre sindicatos e entidade patronal. «O documento deverá reportar situações irregulares que decorrem do não pagamento do subsídio de Natal e do descanso compensatório a centenas de trabalhadores, bem como o facto de algumas empresas não terem pago os materiais de protecção individual dos trabalhadores», disse Américo Flor, da União de Sindicatos de Alcácer do Sal, Grândola, Santiago do Cacém e Sines. Devem ser cumpridos os direitos contratuais de cerca de 400 trabalhadores em actividade, tal como deve ser regularizada a situação laboral de muitos trabalhadores, que foram dispensados no final do ano passado, sem que tivessem recebido as indemnizações a que têm direito. As empresas devem ainda proporcionar aos trabalhadores condições dignas de alojamento.

Unidade e firmeza na luta pelos salários Melka pode aumentar

Hoje há plenários permanentes em todas as fábricas e na segunda-feira os trabalhadores entram novamente em greve por 24 horas.

A Melka é uma empresa de confecções «muito competitiva, com bons resultados líquidos transitados, de mais de 10 milhões de euros, e pode satisfazer as propostas dos trabalhadores, sem pôr em perigo a sua estabilidade económica, financeira e comercial», salienta o Sindicato Têxtil do Sul, na nota em que anunciou à comunicação social uma adesão de «praticamente cem por cento» à greve de 24 horas, no dia 7.

A paralisação abrangeu os 630 trabalhadores das fábricas de Palmela, Sulim e Cacém, onde a produção esteve parada durante todo o dia. O sindicato revelou que «as máquinas não trabalharam, não foram produzidas camisas, calças e blusões», e os trabalhadores concentraram-se à porta da sede da empresa, no Cacém, e reuniram-se no refeitório.

Contudo, a administração manteve «as suas posições rígidas», recusando dialogar com os trabalhadores, alegando que estes decidiram reclamar em tribunal o pagamento de trabalho suplementar. Perante a continuada recusa da multinacional inglesa, que faz parte do grupo William Baird, foi decidido, por unanimidade, prosseguir a luta. Hoje, às 8 horas, iniciam-se plenários permanentes nas fábricas. No dia 18, segunda-feira, terá lugar nova greve.

O sindicato sublinha que «a luta é justa», «a gerência não pode continuar a agravar a qualidade de vida dos trabalhadores» e que «não queremos que haja vencidos nem vencedores, mas queremos que, após 13 meses de trabalho, quando a inflação já é superior a 4,4 por cento, os trabalhadores tenham os seus justos aumentos salariais».

A responsável pelo departamento de Pessoal da Melka confirmou à agência Lusa que a administração não pretende negociar as actualizações salariais enquanto não for retirado o processo judicial pelo não pagamento das pausas no horário de trabalho, dizendo que na altura obteve um parecer favorável

pausas não pagas desde 1996 a 2000.

Vouga-Têxtil

Trabalhadores das confecções «Vouga-Têxtil» desfilarão pelo IP 5, em marcha lenta, na sexta-feira, em sete dezenas de carros enfeitados com bandeiras da CGTP, provocando uma fila de quilómetro e meio entre os nós de Vouzela e de Viseu-Centro. Os trabalhadores, refere a

Lusa, exigem a viabilização da empresa e deslocaram-se depois até ao Governo Civil, numa manifestação a pé.

O administrador da Vouga abandonou a empresa e ninguém, da sociedade anónima, assume responsabilidades perante os quase 300 trabalhadores, designadamente para pagar os subsídios de Natal e os salários de Dezembro e Janeiro.

Carlos João, do Sindicato dos Trabalhadores do Sector Têxtil da Beira Alta, disse que ainda não é a altura pró-

Os trabalhadores exigem recuperar o poder de compra e ganhos pela maior produtividade

pria para pedir a falência, já que a firma tem uma boa carteira de encomendas e dívidas baixas, pelo que os trabalhadores vão continuar a lutar, admitindo realizar uma manifestação em Lisboa, nos ministérios do Trabalho e da Economia.



O roubo das pausas baseou-se numa interpretação abusiva de uma lei aprovada pelo PSD e pelo PS e motivou o recurso dos trabalhadores ao tribunal

do secretário de Estado do Trabalho. O sindicato contrapõe que esse parecer não tem valor jurídico e que os tribunais acabaram por considerar correcta a interpretação mais favorável aos trabalhadores, pelo que decidiram avançar com o processo judicial, reclamando o pagamento de cerca de 100 mil contos, correspondentes a

Faleceu Guarda Ribeiro

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira comunicou, segunda-feira, «com grande mágoa e profunda consternação», o falecimento do Dr. Guarda Ribeiro, salientando que este advogado «há muitos anos» defendia nos tribunais os operários vidreiros. «Mais do que advogado, defensor da nobre causa dos interesses dos trabalhadores, foi um apoiante activo das lutas destes, inúmeras vezes, como se de um firme militante sindical se tratasse», refere a nota de pesar, subscrita pela direcção e a mesa da Assembleia Geral do STIV/CGTP, que expressam «o seu público agradecimen-

to pela forma coerente, vertical e carinhosa com que sempre se relacionou com os sucessivos dirigentes do nosso sindicato e com os quais privou e lutou pela nobre causa da defesa dos interesses dos trabalhadores vidreiros».

Guarda Ribeiro «esteve sempre nas lutas pelas mais nobres causas, como a defesa do direito ao trabalho e ao pão», lembra o sindicato, realçando que «ele foi sempre um causídico e um cidadão solidário com os que sofriam injustiças e discriminações, não se poupando esforços, tantas vezes com prejuízo da sua vida profissional e privada».

Melhores transportes com melhores salários

Durante uma «tribuna pública», que decorreu na Rua Augusta, em Lisboa, representantes dos trabalhadores dos vários sectores de transportes debateram a política do Governo e das empresas, reclamando «melhores transportes e melhores salários».

«Uma resposta conjunta» de quem trabalha nos transportes é necessária porque se verifica «uma ofensiva concertada», num momento em que reclamada a revisão dos contratos colectivos e dos acordos de empresa. Os dirigentes e delegados das estruturas da CGTP e das comissões de trabalhadores das principais empresas

acusam o Governo de dar orientações para redução dos salários e ataque aos direitos e ao emprego nas empresas públicas, mote que é seguido e aplaudido pelos patrões das transportadoras privadas.

Em oposição às privatizações e ao ataque aos trabalhadores, os sindicalistas e membros de CTs propõem medidas para o desenvolvimento e melhoria do serviço nos transportes ferroviários, aéreos, rodoviários e urbanos, bem como no sector marítimo e portuário.

A par de acções conjuntas, como a tribuna de dia 7, decorrem os processos reivindicativos nas empresas.



Apelo da FNAM

A Federação Nacional dos Médicos (FNAM) vai apelar ao Tribunal Constitucional (TC) uma nova apreciação do diploma que altera a nomeação dos directores clínicos.

Cílio Correia, secretário-geral da FNAM, afirma que o diploma é inconstitucional já que «não foi cumprido o processo negocial» com os sindicatos.

O TC concluiu que o diploma se enquadra nas funções de um governo de gestão.

Cílio Correia garante que o sindicato foi consultado em Outubro de 2001, mas a um documento que se referia apenas à alteração do sistema de nomeação dos directores clínicos e enfermeiros directores.

Legalização de imigrantes

A legalização dos imigrantes em Portugal está parada, devido aos atrasos na divulgação do relatório de previsão anual de oportunidades de trabalho para 2002. O documento está a cargo do Instituto de Emprego e Formação Profissional e o atraso dura já há dois meses.

O documento deveria ter sido entregue em Dezembro de 2001, dando possibilidade aos imigrantes de conseguirem, desta forma, o seu visto de permanência.

O alerta foi lançado pelas associações de apoio ao imigrante, reunidas, na passada quinta-feira, com o Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração.

O Ministério do Trabalho avançou entretanto a data de 13 de Fevereiro para divulgação do relatório.

Pausa lectiva

A pausa lectiva desta semana gerou polémica entre professores e o Ministério da Educação, que pretendia que os docentes participassem, durante este período, nas actividades destinadas aos alunos.

Uma perspectiva que o presidente do Sindicato dos Professores da Zona Norte (SPZN) recusa, contrapondo que os docentes «não são animadores das escolas».

Para animar as crianças existem educadores socioculturais e actividades programadas, frisou o dirigente sindical. «Os professores são educadores pedagógicos e é essa a função que devem desenvolver.»

A pausa de uma semana é a terceira determinada pelo novo calendário escolar, que entrou em vigor em Setembro de 2000. Além da interrupção que agora se verifica, o novo calendário estabelece pausas lectivas no Natal, na Páscoa e entre 29 de Outubro e 2 de Novembro.

As propostas de actividades - não obrigatórias - avançadas pelas escolas para a interrupção de Carnaval incidem em iniciativas de carácter desportivo, como torneios, lúdico e formativo - visionamento e debate de filmes, actividades animadas pelas bibliotecas e ludotecas, de confraternização, de carácter ambiental, tecnológico ou artístico e intercâmbios com outras escolas.

Antena de telecomunicações

Os pais dos alunos da Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa, exigem que seja retirada do pátio desde estabelecimento uma antena de telecomunicações e vão pressionar o conselho directivo para tomar medidas nesse sentido.

Os pais dos alunos desta escola prometem não descansar enquanto a antena não for retirada e lamentam que as escolas estejam a servir de base para a colocação de antenas sem ser conhecido o efeito que as mesmas possam ter na saúde das pessoas.

Recentemente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reafirmou a inexistência de informação suficiente que permita determinar se os telemóveis ou as antenas difusoras de sinal têm consequências negativas para a saúde.

No entanto, a OMS considera que existem ainda vazios no conhecimento dos possíveis efeitos negativos para a saúde dos ditos campos, já que as investigações a este respeito ainda não terminaram e os seus resultados não serão conhecidos antes do próximo ano.

A Agência Internacional para a Investigação do Cancro, dependente da Organização Mundial da Saúde, considerou em Junho de 2001 que os campos magnéticos de baixa frequência (entre 50 e 60 hertz) são uma possível causa de cancro.

Atletas deficientes

A Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes (FPDD) quer rever a legislação desportiva por considerar que discrimina os atletas deficientes de alta competição e exige mais apoios financeiros.

De acordo com o presidente da Federação, grande percentagem da população deficiente não tem acesso ao desporto, nem todas as incapacidades/deficiências se encontram contempladas no sistema desportivo e o desporto de competição é limitado a uma elite por não existirem medidas de apoio.

As mulheres deficientes possuem poucas oportunidades de acesso ao desporto e os deficientes severos ainda menos.

«Os estudantes, os jovens e os idosos são os mais penalizados uma vez que o Estado financia apenas actividades regulares de índole competitiva, que é destinada somente a oito por cento da população», sublinha a Federação.

Segundo a Confederação de Desporto de Portugal, o país propunha, para a década de 90, passar de uma taxa de participação desportiva de 25 por cento da população para mais de 40 por cento.

Esta meta não foi atingida para o desporto em geral e a taxa do desporto para deficientes é de 0,3 por cento, muito abaixo dos 25 por cento.

Dos 9616 clubes desportivos existentes, mais de 9600 não possuem desporto para deficientes.

Em época de pré-campanha
qualidade do ensino é tema de estudos e debate

O balanço da Fenprof

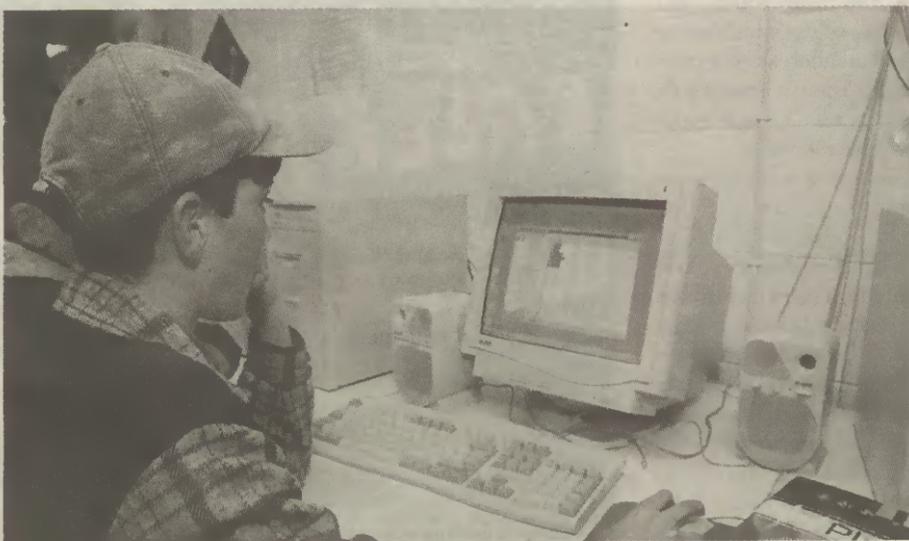
Em época de pré-campanha eleitoral, as questões do ensino surgem naturalmente como tema de debate. As mais das vezes, entretanto, de forma redutora. Escamoteando com frequência o peso das opções políticas. Um quadro em que a Fenprof decidiu intervir, com o seu próprio balanço.

A generalidade das análises e debates que têm vindo a ser divulgados reflecte um claro descontentamento com o sistema de ensino, com grandes variações em relação à análise das causas.

Numa breve avaliação divulgada em conferência de imprensa, a Fenprof destaca, entre as causas que conduziram à situação actual, «a estranha

dos «no que respeita à generalização do acesso dos jovens à escola, na expansão do pré-escolar e do ensino superior, na concretização da integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais no ensino regular, na melhoria generalizada dos conteúdos e das metodologias de ensino/aprendizagem». Resultados que

Avançar com novos programas sem um período de experimentação, é transformar no próximo ano os alunos do 10.º ano em cobaias



Um ensino de qualidade exige condições adequadas de que muitas escolas ainda não dispõem

política de promover reformas sobre reformas, sem permitir a consolidação e a avaliação das mudanças introduzidas, arquitectadas por equipas que rapidamente são substituídas e que logo procuram distanciar-se dos resultados práticos a que os seus projectos conduziram».

Alerta, entretanto, para as teses da «direita» que ignoram o esforço e os resultados obti-

do não podem ocultar os fracassos, contradições e bloqueamentos que os diagnósticos agora divulgados evidenciam. É que antes do mais resultam das políticas governativas implementadas nesta área.

Revisão curricular em causa

São generalizados os protestos contra a implementação, no

imediato, da revisão curricular do ensino secundário. Também a Fenprof põe em causa a generalização da revisão curricular do ensino secundário.

A federação de professores lembra que falta ainda produzir um conjunto de diplomas legais que pressupõem decisões políticas de fundo e sublinha, em particular, que tomar decisões como o encerramento de escolas secundárias, avançar propostas para a definição de uma nova rede de cursos gerais e tecnológicos, são medidas que implicam «prévia discussão e negociação com os parceiros».

No documento divulgado à imprensa, a Fenprof considera que avançar com novos programas sem um período prévio de experimentação, é «transformar no próximo ano os alunos do 10.º ano em cobaias da

mento experimental do 11.º ano e, assim, sucessivamente, até à generalização completa a todo o ciclo de estudos».

O debate necessário

O debate e o confronto de caminhos para a construção de uma escola pública de qualidade para todos é uma prioridade da Fenprof que tomou a iniciativa de promover, no próximo dia 1 de Março, um debate público com os partidos políticos com assento na Assembleia da República.

Uma iniciativa concreta com que se pretende esmiuçar as causas dos fracos resultados do ensino em Portugal, ultimamente divulgados. E, naturalmente, desbravar caminhos.

Face à tendência manifesta de responsabilizar os professores por tais resultados, a Fenprof sublinha que os dados evidenciam as graves fraquezas estruturais no nosso sistema de ensino (equipamentos, condições de trabalho, definições curriculares e de programas) e a realidade económica, social e política do país.

No que respeita aos professores, a Fenprof considera ser imperioso, nomeadamente, melhorar a sua formação inicial e os princípios e práticas da formação contínua.

Significativamente, a conferência de imprensa da Fenprof coincidiu com o aviso de abertura dos concursos de colocação de professores e educadores. O que remete para a situação criada a cerca de 6000 professores contratados, que criaram justificadas expectativas, hoje goradas pela decisão política do governo de não publicar o que fora negociado.

Em causa está a estabilidade do corpo docente. Generalizadamente reconhecida como condição essencial para a qualidade do ensino. E sistematicamente preterida.

Os males da Saúde

Os Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC) precisam de mais 136 enfermeiros, para que possam ser prestados os cuidados de saúde a que a unidade hospitalar se propõe. Neste momento está a gastar-se três vezes mais que o necessário, uma vez que os enfermeiros têm que fazer horários extraordinários para compensar o défice nos quadros. A falta de pessoal de enfermagem pode mesmo vir a inviabilizar alguns projectos.

Actualmente, os HUC contam com cerca de 1450 enfermeiros.

Este um exemplo dos múltiplos problemas que se vivem na área da Saúde no nosso país.

Entretanto, quando se assinala o Dia Mundial do Doente, um estudo do Instituto de

Ciências Sociais da Universidade de Lisboa revela que cerca de 30% dos portugueses sofre de doença crónica, enquanto 11% considera ter uma má saúde. A investigação revela que um terço da população sofre de qualquer perturbação física ou psíquica que afecta a sua qualidade de vida 56% admite tomar medicamentos. Cerca de 75% da população considera que faz uma vida saudável, embora os investigadores adiantem que os hábitos praticados são os tradicionais, o que, portanto, revela a falta de um discurso mais interventivo ao nível da saúde.

Fica também patente que as consultas preventivas são pouco procuradas, com uma taxa entre os 20 a 30%, sobretudo nas especialidades.

Ilegalidade nos Açores

A Federação Nacional de Professores (Fenprof) solicitou à Procuradoria-Geral da República para «sanar a injustiça e a ilegalidade» que o Governo Regional dos Açores legislou, não permitindo aos não residentes no arquipélago a entrada nos concursos. A Fenprof recusa a legislação sublinhando que ela é «atentória dos direitos dos professores».

Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof, afirma que o documento discrimina negativamente os professores que não sejam residentes na região autónoma, denunciando a situação de cerca de seis mil professores contratados, que não poderão ficar vinculados. Em causa está a decisão do Governo, que não avança com as novas regras nos concursos de colocação de professores, uma vez que está demissionário. A Fenprof, no entanto, recorda que as regras que regem estes concursos datam da década de 80.

A federação denuncia o número de vagas negativas, ou seja, que não vão a concurso por passarem a ser fechadas, o que reduz a possibilidade de alguns docentes entrarem para o quadro. A Fenprof tentou sensibilizar os partidos políticos com assento parlamentar. O PCP, o Bloco de Esquerda e os Verdes colocam-se ao lado dos professores nas suas reivindicações. O PSD não assume compromissos e o PS diz que retomará a questão caso volte ao governo. O CDS/PP ignorou a questão.

● José Martins

Segurança interna e troca-tintas

O assassinato, à queima-roupa, de um agente da PSP da Damaia veio trazer à tona de água uma grave realidade, que já não é possível esconder, que é da existência de grandes atrasos e carências nas forças policiais, quer em meios humanos quer em medidas que possibilitem mais eficácia nas acções policiais e da qualidade da intervenção policial. Para esta situação, além da inépcia demonstrada por este Governo em gestão e decadência, pesam orientações e imposições no quadro da União Europeia, que a pretexto de mistificadores e perigosos conceitos de combate ao «terrorismo» têm contribuído para desviar importantes efectivos policiais para missões de vigilância e protecção que não têm a ver com a segurança dos cidadãos e comprometido os programas estruturais «Escola Segura», «Segurança Idosos» e «Comércio Seguro», bem como o esvaziamento completo de uma polícia de proximidade e com visibilidade. A situação grave e dramática que aconteceu na Damaia é paradigmática do que os agentes das forças policiais estão entregues a si próprios e põe a nu a incapacidade e o desbaratamento de oportunidades por parte deste Governo de pôr de pé uma verdadeira, eficaz e humanizada política de segurança. Logo, porque o Governo no plano legislativo e desrespeitando compromissos assumidos, remeteu para as gavetas do esquecimento a lei do Regime das Forças de Segurança e a lei de Bases da Actividade Policial e no tocante à arquitectura das forças de segurança, a sua cegueira política, levou-o a manter a PSP com um dispositivo e uma inserção desajustada ao tecido social e à tipologia da criminalidade e na GNR, rendido vergonhosamente ao lobby militar, continuou conferindo a esta força um rígido enquadramento militar e atribuindo um estatuto e condição militar de todo incompatível com as suas responsabilidades e atribuições em matéria de segurança pública. Os resultados estão à vista! O Governo do Partido Socialista tem de assumir responsabilidades pela sua titubeante, irresponsável e desastrosa política nesta área crucial da segurança, dos direitos e das liberdades dos cidadãos. E quando determinadas forças políticas, espevitadas, ora por força da mediatização ou por reais e legítimas preocupações dos cidadãos em matéria de segurança, descobrem à pressa e oportunisticamente que os efectivos

policiais são mal geridos, ou ainda que os polícias são cidadãos e têm uma profissão de risco acrescido, resta perguntar se não estarão a fomentar uma espécie de amnésia colectiva que apague as suas responsabilidades políticas em governos a sós, bicolores ou tricolores, mas todos eles de forte governamentalização e militarização das funções de Estado em matéria de segurança, da limitação, proibição e repressão dos direitos dos agentes e nomeadamente da própria democracia representativa nas Forças de Segurança.

A exploração e as promessas (com forte mediatização) que os partidos de direita estão a fazer em torno da situação da segurança, numa altura em que no horizonte político se perfila novo acto eleitoral para a escolha dos deputados da República, levantam muitas dúvidas e sérias suspeitas sobre a boa vontade e a seriedade das suas intenções.

As propostas do PCP

A política que o PCP preconiza, desde sempre, para a Segurança Pública, para as Forças de Segurança e para os seus agentes é conhecida de todos os portugueses. É interessante sublinhar que os comunistas, desde 1982, em projecto de lei, defendem a atribuição de um subsídio de risco para os agentes das Forças de Segurança. E que em Junho de 2001, numa versão actualizada, apresentou um Projecto de Lei de Grandes Opções da Política de Segurança Interna onde constam, além de orientações e princípios, cerca de três dezenas de medidas que traçam as linhas de uma eficaz e equilibrada política de segurança das populações e dos cidadãos e que incidem sobre aspectos da civilização e democratização das forças de segurança, da formação e principais reivindicações dos seus agentes da gestão dos efectivos, do dispositivo e uma clara e inequívoca opção pelas políticas da segurança de proximidade e visibilidade e pela defesa dos direitos e liberdades dos cidadãos. Nesta batalha eleitoral que se está a travar, era importante que determinados governantes, actuais e passados, que aparecem a gritar e a «sacudir a água do pacote», fossem ligados às práticas políticas dos seus partidos e de má memória para os portugueses, onde se incluem obviamente os cidadãos-polícias.



As más condições dos transportes públicos são crescentemente denunciadas pelos utentes

Transportes públicos em causa Servir os utentes ou servir-se dos utentes?

Os utentes da linha de Cascais contestam a radical redução de comboios. Um protesto que se insere nas múltiplas lutas de utentes de transportes públicos pelo direito a um serviço de qualidade.

«A empresa CP não tem hoje como objectivo servir os utentes da linha, mas servir-se dos clientes; isto é, uma empresa pública que devia prestar um benefício social mas que só está a pensar no lucro.» Esta uma conclusão da Comissão de Utes dos Transportes Públicos do Concelho de Cascais, na sequência de uma reunião com a USGL sobre a situação dos transportes ferroviários no Concelho de Cascais.

Nesta reunião, a Comissão de Utes contestou o corte de mais de 30 comboios por dia, passando de 20 para 30 minutos de intervalo, tendo sido referido que estava em curso um estudo de viabiliza-

ção e que teria havido uma perda de «clientes» nos últimos tempos.

A empresa CP não tem hoje como objectivo servir os utentes da linha, mas servir-se dos clientes

Ou seja, como sublinha a Comissão de Utes, em comunicado de imprensa, «deixou de ser um serviço social para ser um serviço lucrativo».

Para além de exigir a reposição dos anteriores horários, a Comissão colocou também questões relativas à segurança e bem-estar dos utentes, nomeadamente bancos, sanitários, segurança e abertura das estações até mais tarde.

A Comissão salientou ainda a necessidade de coordenação entre os vários operadores de transportes no Concelho e a Câmara Municipal de Cascais.

A concluir, a nota de imprensa sublinha a exigência dos utentes da linha de Cascais, da CP, como empresa pública, a prestação de «um serviço social e de qualidade».

Uma frota envelhecida

De acordo com um estudo elaborado pela Sociedade de Avaliação de Empresas de Risco, a frota rodoviária dos transportes colectivos de passageiros, pública e privada, está velha.

Segundo o estudo, em relação à idade média da frota, tanto ao nível do sector público como privado, cerca de 45% dos veículos têm mais de 15 anos, contra menos de 20% com menos de cinco anos.

De acordo com a pesquisa, o sector do transporte rodoviário de passageiros representou, em 1998, um consumo de energia de 35%, contra menos de 30% registados na União Europeia.

Por uma nova legislação sobre o aborto

A International Planned Parenthood Federation - IPPF, lançou uma petição, através da internet - <http://ippfnet.ippf.org/pub/IPPFCampaign/PortuguesePetitionPT.asp> - para alterar a legislação sobre o aborto em Portugal.

A petição refere que «a restritiva legislação portuguesa sobre o aborto deixa a muitas mulheres que desejam interromper uma gravidez não desejada uma única opção, a de recorrerem ao aborto clandestino».

A IPPF lembra que «desde a década de 80 que cerca de

100 mulheres morreram em Portugal em consequência de abortos ilegais. Todos os anos cerca de 1000 mulheres portuguesas recebem tratamento hospitalar como resultado de complicações pós-aborto ou de abortos incompletos».

O texto da petição - em que se solicita o reinício da discussão sobre a despenalização do aborto em Portugal - é dirigido ao Presidente da República, e sublinha que «Portugal é um dos últimos países da Europa com legislação muito restritiva sobre o aborto. O recente julgamento da Maia vem demonstrar claramente

que essa legislação não evita que o aborto aconteça. Apenas tem como consequência o aborto clandestino e frequentemente não seguro, aumentando o risco para a saúde das mulheres em Portugal».

Vale a pena aqui lembrar, que no quadro de uma iniciativa lançada pela eurodeputada comunista Ilda Figueiredo, foi gerado um movimento de solidariedade internacional com as 17 mulheres então a ser julgadas na Maia por aborto clandestino, que recolheu o apoio de mais de 800 políticos, intelectuais e artistas de todo o mundo.

Alargamento - é «barato» e «dá milhões»

● Pedro Carvalho

No passado dia 30 de Janeiro, a Comissão Europeia apresentou uma proposta de financiamento do alargamento, na sequência das decisões de Laeken de concluir negociações com 10 dos países candidatos até ao final de 2002, de forma a possibilitar a sua adesão antes das próximas eleições do Parlamento Europeu em 2004. Segundo o Comissário Verheugen, esta abordagem “representa um justo equilíbrio entre as expectativas dos países candidatos (...) e os limites orçamentais da União Europeia (UE)”, lembrando que “constitui o melhor acordo possível, e não o convite ao regateio”, por outras palavras, ou a aceitam ou não entram. Lógica que aliás tem sido dominante nas negociações do alargamento, a toque de caixa do avanço do capital europeu para leste.

A proposta da Comissão é uma espécie de totoloto do capital: é barato e dá milhões. A proposta não está condicionada às necessidades acrescidas em termos de coesão económica e social, mas sim pelos condicionalismos orçamentais do pacto de estabilidade. Ou seja, aqueles que beneficiam do alargamento, como a Alemanha, não querem pagar os seus custos. A Comissão “consegue” a proeza de financiar o alargamento a 10 países com o montante orçamentado para 6 e ainda fazer poupanças, face às perspectivas financeiras para 2000-2006, que previam cerca de €58 mil milhões no total, entre 2002 e 2006, para 6 países candidatos. Agora propõe cerca de €40 mil milhões para 10 países (cerca €28 mil milhões de pagamentos reais), entre 2004-2006, ou seja, menos €18 mil milhões. Os países candidatos perderão cerca de €3.1 mil milhões/ano de ajudas de pré-adesão e terão que pagar €5 mil milhões/ano de contribuição para o orçamento da UE. Feitas as contas, os pagamentos reais traduzir-se-ão em pouco mais que €3.6 mil milhões, ou seja, quase neutro do ponto de vista orçamental. Mas melhor, no primeiro ano de adesão em 2004, os países candidatos irão mesmo ser contribuintes líquidos do orçamento em cerca de €2.5 mil milhões, ou seja, irão ajudar os actuais Estados-membros da zona euro a cumprirem o objectivo de défice zero em 2004 traçado nos programas de estabilidade. Também a proposta agrícola é no mínimo caricata, com sinais perigosos para a futura reforma da Política Agrícola Comum (PAC) após 2006 e a sua revisão a meio percurso que se avizinha ainda este ano. Na Agenda 2000, o pressuposto de base era que os países candidatos não receberiam ajudas directas da PAC, uma vez que os preços agrícolas eram bastantes inferiores aos preços na UE. Esta realidade alterou-se e a Comissão propõe o acesso dos países candidatos às ajudas directas da PAC, mas com uma derrogação até 2013! Até lá os montantes de ajudas serão escalonados progressivamente numa percentagem das ajudas que recebem os actuais Estados-membros. Para sermos claros, um agricultor dos países candidatos

receberá 25% das ajudas que recebe um actual agricultor na comunidade em 2004, 30% em 2005 e 35% em 2006 e por aí fora até atingir os 100% em 2013, dando a possibilidade aos países candidatos de pagarem do seu bolso (co-financiem) o restante até ao limite de 100%. Mas como teremos reforma da PAC após 2006 e face aos compromissos de redução das ajudas no âmbito da Organização Mundial de Comércio, por absurdo, poder-se-á estar a prometer 100% de zero em 2013.

Recados a responsáveis

Esta proposta, inaceitável para os interesses dos povos e trabalhadores dos países candidatos, deixa também recados para os actuais Estados-membros da Coesão, nomeadamente Portugal, de qual vai ser o teor do quadro financeiro após 2006 e suas consequências. Ao nível da reforma da PAC, a Comissão utiliza esta proposta como balão de ensaio para os seus objectivos: o desmantelamento do seu pilar de apoio aos mercados, a renacionalização dos seus custos e as ajudas (reduzidas) totalmente desvinculadas da produção no âmbito do desenvolvimento rural. Ao nível dos fundos estruturais, antevê-se a sua limitação ao actual quadro financeiro de apoio, ou seja, 0,45% do PNB comunitário.

Neste processo existem responsabilidades sucessivas dos Governos PSD e PS. O Governo PS, que aprovou a Agenda 2000, a troco de uma manutenção do nível dos fundos, hipotecou o futuro das políticas estrutural e agrícola, quando aceitou: um alargamento sem o respectivo crescimento dos meios financeiros da UE, uma redução progressiva do peso dos fundos estruturais e um mau compromisso agrícola. Por isso, o PCP votou contra a Agenda 2000 e considera necessária uma revisão das perspectivas financeiras, pois, “é completamente inaceitável um processo de alargamento com base num financiamento comunitário que não assegure o princípio da coesão económica e social”. O processo de alargamento em curso tem um cunho de classe, que “evidencia a vontade de expansão do capital europeu a novos espaços económicos e propósitos de hegemonia económica e política das grandes potências”, nomeadamente da Alemanha, que já representa mais de um terço do total do comércio entre a UE e os países candidatos. Países candidatos que têm vindo a sofrer sucessivos “ajustes estruturais”, através do aceleramento dos processos de privatização e liberalização, que levou à degradação das condições sociais e ao aumento do desemprego. Ao contrário do que apregoa Verheugen, os países candidatos terão um estatuto de menoridade no “clubes europeu”. Que os povos e os trabalhadores dos países candidatos dêem a resposta adequada...

Berlusconi vinga-se dos magistrados que lideraram a operação «Mãos Limpas»

Corrupção no poder

Dez anos após uma equipa de magistrados ter desencadeado um processo de investigação que depressa implicou centenas de políticos italianos, o actual primeiro ministro contra-ataca.

Silvio Berlusconi, dono da Fininvest, o maior grupo privado italiano, foi um dos principais implicados no processo «Mãos Limpas» e continua a ser o principal acusado no mais importante processo pendente ligado à empresa All Iberian.

Berlusconi aprovou uma série de leis que lhe garantem a absolvição

O actual primeiro-ministro, que é apontado pelos magistrados como o principal beneficiário da corrupção nos anos 80, apostou na política em 1993, em pleno auge das investigações. Colocou o seu partido, «Força Itália», e os órgãos de comunicação social que controla ao serviço de uma enorme campanha contra os magistrados e conseguiu chegar à cadeira do poder, depois de ter vencido as eleições de Maio do ano passado, com maioria absoluta.

Desde então tem mantido uma acesa guerra com a magistratura, em cuja reforma insiste com vista a limitar a sua actuação e evitar que novos processos o atinjam pessoalmente. Neste propósito, o seu governo apresentou recentemente um projecto de lei propondo que seja o Parlamento a indicar anualmente ao Ministério Público os crimes que deve investigar.

Embora a reforma possa ainda ser vetada pelo presidente, Carlo Ciampi, caso este responda ao apelo do antigo responsável pela operação «Mãos Limpas», Francesco Saverio Borelli, a verdade é que Berlusconi já conseguiu aprovar uma série de leis que, segundo a imprensa italiana, não só impossibilitariam uma nova ofensiva dos magistrados como lhe poderão garantir a absolvição. Por exemplo, uma dessas leis despenalizou a falsificação de contabilidade.

Balanço negativo

Mas se o balanço da «Mãos Limpas», agora revelado em detalhe, mostra números impressionantes, a verdade é que a actual situação política é, em si, a prova de que nada ou pouco mudou na sociedade italiana. E hoje as culpas são por muitos lançadas sobre a coligação da Oliveira, integrada pelo antigo Partido Comunista Italiano, o PDS, entretanto já convertido à social-democracia. Vencendo pela primeira vez as eleições em 1996, num

cenário político de devastação, em que cinco partidos estavam a contas com a justiça, a Oliveira não foi capaz de concretizar as transformações que os italianos exigiam e deixou cair no esquecimento os escandalosos processos revelados pela «Mãos Sujas». O resultado foi que a operação, apesar das provas concludentes, foi praticamente suspensa em 1998.

Para a história fica a estatística da maior investigação de corrupção de que há registo. Em dez anos foram investigadas mais de cinco mil pessoas; 300 políticos, dos quais 75 deputados e senadores de cinco partidos; cinco câmaras municipais, quatro ex-ministros, dois líderes partidários. Ao todo foram processadas 3200 pessoas, das quais nenhuma foi até hoje condenada. Prescreveram 30 por cento dos casos e foram absolvidos cerca de 15 por cento dos réus.

Registaram-se ainda 12 suicídios durante a instrução, para além dos assassínios pela mafia siciliana dos juízes Giovanni Falcone e Paolo Borsellino. Foram apurados crimes económicos que custaram à Itália cerca de 15 mil milhões de contos. Depois da operação «Mãos Limpas», o preço de um quilómetro de via férrea baixou de oito milhões de contos para 4,4 milhões.

Financiar o desenvolvimento

Uma resolução aprovada pelo Parlamento Europeu pretende que os países desenvolvidos se comprometam a aumentar a curto prazo os montantes da ajuda pública ao desenvolvimento e que seja estabelecido um calendário preciso para alcançar o mínimo de 0,7 por cento do Produto Nacional Bruto (PNB), por forma a atingir os objectivos fixados para o milénio pelas Nações Unidas.

O texto, proposto pelo Grupo da Esquerda Unitária Europeia, sendo um dos seus autores o deputado, do PCP, Joaquim Miranda, tem em vista a realização da Conferência de Monterrey, no México, entre 18 e 22 de Março, que irá debater o «Financiamento do Desenvolvimento»

A resolução chama a atenção para «as enormes e crescentes desigualdades entre ricos e pobres no planeta»,

em especial para «o facto de presentemente mais de 1,2 mil milhões de seres humanos disporem de menos de um dólar por dia».

Por outro lado, recorda que os países industrializados ainda não foram capazes de cumprir o objectivo estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em Outubro de 1970, de destinar 0,7 por cento do seu à ajuda pública ao desenvolvimento.

De facto, como refere o documento, os estados-membros da UE consagram somente 0,32 por cento do seu PNB a este objectivo, enquanto os Estados Unidos, que dispõem do mais poderoso sistema económico do Planeta, lhe consagram apenas 0,1 por cento da riqueza que produzem.

O Parlamento Europeu pretende que a redução da pobreza e a ajuda ao desenvolvimento se tornem em

objectivos prioritários da comunidade internacional e solicita à Comissão Europeia e aos estados-membros que proponham em Monterrey as reformas necessárias dos sistemas financeiro e comercial internacionais.

Entre outras medidas o PE defende que na sequência da conferência seja conferido mandato às Nações Unidas para estudar e explorar as medidas passíveis de pôr freio à especulação e volatilidade dos capitais e instaurar uma taxa aplicável às transferências financeiras.

O PE volta a insistir na necessidade de abolir a dívida dos países pobres e exprime o desejo de que as Nações Unidas sejam incumbidas de fiscalizar a actuação das empresas transnacionais tendo em conta o desenvolvimento e os direitos fundamentais dos habitantes dos países onde operam.

Desemprego dispara na Alemanha

O desemprego voltou a disparar na maior economia europeia com os serviços oficiais alemães a indicarem que no mês de Janeiro mais 326 mil pessoas ficaram sem trabalho. O número de desempregados é agora estimado em 4,29 milhões, ou seja, 10,4 por cento da população activa da Alemanha.

O agravamento da situação é imputado ao período de Inverno que coloca muitos sectores numa inactividade forçada, em particular a construção civil. No entanto, em plena pré-campanha eleitoral, são muitos os que hoje recordam a promessa de Schroder em 1998 de fazer baixar o desemprego para 3,5 milhões de pessoas até final do mandato.

Com eleições federais em 22 de Setembro, a pressão sobre o governo aumenta tanto mais que recentemente veio a público um relatório do Tribunal de Contas, com sede em Nuremberga, segundo o qual o Instituto Federal de Emprego tem vindo a distorcer sistematicamente as estatísticas, inflacionando até 70 por cento o número de pessoas que supostamente teriam obtido trabalho.

O Executivo alemão prometeu esclarecer a fundo este escândalo que põe em causa o seu ministro do Trabalho, Walter Riester. Entretanto, decidiu-se pela introdução do chamado salário combinado, o qual, através de subsídios estatais, visa tornar financeiramente mais atraentes empregos mal remunerados.

PE exige cumprimento de Quioto

Um relatório aprovado na passada semana pela quase unanimidade dos eurodeputados insiste em que os compromissos de Quioto são para cumprir. O documento defende a fixação de metas previstas no acordo, para a redução dos gases com efeito estufa para cada Estado-membro e solicita que a Comissão apresente novas propostas tendo em vista objectivos mais rigorosos para a redução de gases poluentes.

O relator permanente do PE para as Alterações Climáticas, Moreira da Silva, lamentou a demora de uma década de negociações para conseguir aprovar um texto que é menos abrangente (por não incluir os Estados Unidos da América, principais poluidores do planeta) e ambicioso do que inicialmente previsto.

O PE defende a «urgente reorientação» das políticas económicas dos Quinze, apontando como caminho a promoção das energias renováveis e do gás natural ou a aposta na agricultura biológica e na eficiência energética na indústria e nos edifícios.

Mandado europeu de captura

A federalização da justiça

Enquanto uns se regozijam com a aprovação do mandado europeu de captura, outros alertam para a ameaça que constitui esta decisão da União Europeia, à qual o Parlamento Europeu deu o aval na passada semana.

A deputada, do PCP, Ilda Figueiredo foi uma das vozes que se levantaram para questionar a medida que, apesar de aprovada, recebeu no hemicíclio de Estrasburgo 123 votos contra e 20 abstenções.

Para além da questão dos direitos e garantias dos cidadãos que podem estar postos em causa, a eurodeputada comunista manifestou-se também contrária à «perspectiva federalista» da UE que é reforçada com a aprovação do mandado de captura europeu.

No debate parlamentar que antecedeu a votação, voltou a estar em destaque a posição do governo italiano que, até final do ano passado, batalhou para que os crimes económico-financeiros fossem excluídos da lista de infracções abrangidas pelo mandado de captura europeu.

Esta oposição do primeiro-ministro Silvio Berlusconi acabou por ser ultrapassada já que os restantes estados-membros aceitaram que a Itália só venha a adoptar o mandado europeu depois de serem aprovadas determinadas alterações constitucionais pelo Parlamento de Roma.

Quem não se conformou com esta solução foi o eurodeputado Antonio Di Pietro, um dos juizes responsáveis pela «Operação Mãos Limpas», que há alguns anos fez estremecer toda a classe política italiana, e que Silvio Berlusconi incluiu entre os seus aqui-inimigos.

Manifestando-se «satisfeito com o passo em frente» no combate à criminalidade organizada, Di Pietro expressou a sua preocupação quanto à referida cláusula que deixa a Itália de fora. Na sua opinião «não é verdade» que seja necessário alterar a Constituição italiana, acrescentando que a aceitação da exigência de Berlusconi faz «remeter para as calendas» a entrada em vigor do mandado de captura europeu.

O mandado europeu define uma lista de 32 crimes e harmoniza as penas na UE

Definição de terrorismo

O PE aprovou também a decisão-quadro relativa à luta contra o terrorismo, onde se estabelece uma definição comum desses actos. Segundo

o comissário europeu António Vitorino, os processos de aprovação definitiva das duas matérias deverão estar concluídos em Maio, tendo depois os estados-membros de adaptar as respectivas legislações internas para permitir a entrada em vigor das medidas de luta contra o terrorismo em 1 de Janeiro de 2003 e do mandado de captura europeu em 1 de Janeiro de 2004. Contudo, Portugal e outros estados-membros dispuseram-se a aplicar o mandado de captura europeu já a partir de Junho deste ano.

O mandado europeu de captura define uma lista de 32 crimes em que cessa a dupla incriminação e consagra uma harmonização das penas entre os Quinze. A lista abrange infracções (participação em organização criminosa, burla, terrorismo, violação, corrupção, tráfico de seres humanos, fogo-posto, falsificação, branqueamento, crimes contra o ambiente, homicídio voluntário, cibercriminalidade) punidas com uma pena de prisão de pelo menos três anos.

Os Quinze concordam em

não extraditar qualquer acusado para um país onde se aplique a pena de morte, tortura ou outro tratamento ou punição inumana ou degradante. Foi ainda estabelecida uma pena mínima máxima de 15 anos aos dirigentes de organizações terroristas e de oito anos a quem desenvolva actividades incluídas na definição comum de terrorismo. Esta abrange como infracções terroristas os actos intencionais que, pela sua natureza ou contexto, possam causar danos graves a um país ou uma organização internacional. A única ressalva é que não podem ser incriminadas pela prática de actos terroristas as pessoas que exerçam direitos fundamentais ligados à expressão das suas opiniões.

Apesar de afirmar que estão salvaguardados os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos, António Vitorino adiantou que, «mesmo assim e para não restarem dúvidas», a Comissão vai apresentar no princípio de 2003 uma proposta de resolução que elimine completamente qualquer risco de isso acontecer.



Portugal é um dos países que se dispôs a aplicar o mandado europeu já a partir de Junho

Médio Oriente

PE quer iniciativas de paz

O Parlamento Europeu lamenta «profundamente a tentativa do governo israelita de isolar o presidente Yasser Arafat» e insiste na necessidade de prosseguirem as iniciativas de paz internacionais para o Médio Oriente.

Numa resolução que partiu do Grupo da Esquerda Unitária Europeia, em que os eurodeputados do PCP se integram, subscrita pelos principais grupos parlamentares europeus - PPE, PSE, Verdes e Liberais -, o plenário considerou que «a criação de um Estado palestino viável é um passo importante para a solução do conflito».

O Parlamento Europeu «crê firmemente que Israel precisa da Autoridade Palestiniana e do seu presidente eleito, Yasser Arafat, como interlocutores nas negociações para erradicar o terrorismo e avançar para a paz».

Considera, também, que «só a aplicação imediata e incondicional do plano Tenet e das recomendações do relatório Mitchell pode ajudar a reduzir as tensões».

Lamentando a «intolerável situação que sofrem os palestinianos nos territórios ocupados e os israelitas vítimas do terrorismo sem sentido», os grupos parlamentares pedem a ambas as partes que «ponham fim imediato a todas as formas de violência».

O texto refere, em particular, «os ataques terroristas contra civis israelitas, as execuções extrajudiciais por parte das forças de defesa israelitas e a destruição maciça de infra-estruturas palestinianas básicas».

Perante esta situação, o PE insiste na necessidade de prosseguirem na região as «iniciativas de paz» da União Europeia, Estados Unidos, Rússia e países árabes interessados e reitera, por último, a intenção de enviar uma delegação «de muito alto nível» à região, para

se reunir com as autoridades israelitas e palestinianas.

Quinze apoiam Estado palestino

Os ministros dos Estrangeiros da União Europeia chegaram, no sábado, a um consenso para apoiar a rápida criação de um Estado palestino, mesmo sem fronteiras definidas. O propósito, afirmou o espanhol Josep Piqué, é estimular as negociações de paz no Médio Oriente.

Esta posição representa uma alteração ao estabelecido nos acordos israelo-palestinianos que previam a criação de um Estado apenas depois das negociações de paz estarem concluídas. Contudo os Quinze afirmam que para sair do impasse actual a atitude israelita não serve e é preciso uma perspectiva política que abra novos horizontes para além da violência quotidiana.

Neste sentido, os ministros europeus concordaram em que a UE tem de ter uma política activa capaz de obrigar os Estados Unidos a empenharem-se mais neste conflito. Contudo, tal desejo não bastou para lançarem um iniciativa própria, nomeadamente a realização de eleições no território, ideia que partiu da França mas que acabou por encontrar tanta oposição que o ministro gaulês Hubert Vedrine teve de dizer à imprensa que se tratava de uma simples sugestão, acrescentando que a actual relação euro-atlântica não parece satisfatória, aludindo à clara rejeição da sua proposta por parte dos Estados Unidos.

Cabe agora a Piqué, presidente em exercício do Conselho de Ministros dos Estrangeiros da UE, apresentar uma proposta baseada no debate de sábado que será apresentada ao Conselho de Assuntos Gerais que os Quinze realizam no próximo dia 18 de Fevereiro.

Comissão estimula mobilidade

A Comissão Europeia preparava-se para aprovar ontem, quarta-feira, um plano de 25 medidas para, até 2005, eliminar todos os obstáculos legais e administrativos à livre circulação de trabalhadores no mercado interno.

O executivo comunitário não está satisfeito com as actuais estatísticas, segundo as quais, no ano 2000, apenas 1,2 por cento dos cidadãos europeus mudaram de região e só 0,1 por cento (225 mil pessoas) decidiram deixar oficialmente o seu país para residir noutro Estado-membro.

A Comissão considera que tal se deve às dificuldades de reconhecimento de títulos académicos e qualificações profissionais, diferenças fiscais e o receio de perder direitos em matéria de pensões e segurança social.

Itália à beira da greve geral

O maior sindicato italiano, Cgil, voltou a indicar a greve geral como a «única resposta» face à reforma laboral e do sistema de pensões que o executivo de Berlusconi pretende levar a cabo.

No encerramento do seu XIV Congresso, que reuniu 10 mil delegados, o secretário-geral da Confederação Geral de Trabalhadores, Sergio Cofferati, lançou um apelo às restantes centrais sindicais, a democrata-cristã Uil e a socialista Cisl, para que mantenham a unidade sindical. Considerando que não há alternativas à greve geral, o dirigente afirmou que a Cgil «não aceita o imobilismo» perante «a convivência entre o Governo e a associação patronal Cofindustria». Cofferati considerou o governo de Berlusconi «pior do que o de Margareth Thatcher» e lançou duras críticas contra a reforma do ensino.

Força europeia nos Balcãs

Os chefes das diplomacias dos Quinze, reunidos no fim-de-semana na cidade espanhola de Cáceres, decidiram que a União Europeia irá assumir a polícia internacional das Nações Unidas na Bósnia.

O porta-voz da presidência espanhola dos Quinze esclareceu que formalização da liderança europeia na Bósnia será feita por ocasião de uma reunião ministerial no próximo dia 18, em Bruxelas. Esta iniciativa será a primeira do âmbito da gestão de crises (Missões de Petersberg) da UE, que porá no terreno a FIRE até 2003.

Os ministros mostraram-se igualmente favoráveis à eventual rendição da NATO na Macedónia, em princípio a partir de Outubro, se até lá for concluído o acordo de cooperação que permitirá à Força de Intervenção Rápida Europeia (FIRE) aceder automaticamente aos meios aliados.

Grupo Parlamentar do PCP presta contas

As raízes da acção

Raízes no povo determinam acção dos comunistas

O *Avante!*, pela quarta semana consecutiva, lança um olhar retrospectivo sobre o que foi na VIII

Legislatura o trabalho desenvolvido pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Para a sua vasta e qualificada produção legislativa, sem paralelo no quadro dos partidos com assento no hemiciclo, chamámos já a particular atenção do leitor.

Sublinhámos, nomeadamente, o facto de ter sido o PCP o partido não só que mais projectos de lei apresentou como também o que viu mais iniciativas originariamente suas darem origem a Leis da República. Mas o que releva sobretudo dos textos legislativos com a assinatura da bancada comunista é a sua profunda ligação à vida, aos trabalhadores e ao povo. Por aí passam os sedimentos que marcam a sua identidade e natureza de classe. E dessa ligação profunda, erigida como condição e razão de ser da sua própria intervenção parlamentar,

emergiram as suas opções e prioridades. Foi nessas raízes, ancorado na realidade, que soube encontrar as respostas para os problemas reais da população e do País. Que verteu em propostas concretas, sob a forma de iniciativas legislativas e, com elas, também por esta via, marcar a agenda parlamentar. Ora é neste plano da resposta às necessidades e aos problemas que reside um dos traços mais fortes e diferenciadores da actividade do Grupo comunista. Pela sua combatividade e persistente acção, dos 100 projectos de lei que

concebeu e apresentou, 37 viram os seus conteúdos consagrados em Lei.

Este é, sem dúvida, um valor inquestionável que atesta bem a qualidade e o papel insubstituível do Grupo Parlamentar do PCP. Como o leitor poderá testemunhar pelos exemplos a seguir referenciados, com os quais concluímos, nesta edição, a apresentação de algumas das propostas do PCP aprovadas em Lei da República. Para a semana daremos conta de outras facetas que caracterizaram o trabalho da formação comunista.

Leis da República com origem em projectos de lei do PCP

Medidas de protecção da união de facto

(Lei N.º 7/2001, de 11 de Maio)

O Projecto de Lei do PCP que visava adoptar medidas de protecção das uniões de facto propunha que duas pessoas, independentemente do sexo, que vivam juntas há mais de dois anos, acedessem a um conjunto de direitos similares aos dos casados, no que diz respeito à habitação, regime de faltas, férias e licenças, fiscalidade e prestações sociais. Proposto era ainda que as pessoas de sexo diferente, vivendo em união de facto há mais de dois anos, pudessem aceder à adopção em condições semelhantes aos casados.

Em discussão com o projecto de lei do PCP estiveram também projectos do PEV e do BE e um projecto do PS que propunha um regime de economia comum, bem mais recuado relativamente aos direitos. A Lei que acabou por resultar da discussão destes projectos de lei segue no fundamental a proposta do PCP, à excepção da referência à adopção, que não foi incluída.

Título de residência para efeitos de recenseamento eleitoral no estrangeiro

(Lei N.º 3/2002)

O regime jurídico do recenseamento eleitoral, estabelecido na Lei n.º 13/99, de 22 de Março, veio introduzir algumas alterações no sentido de possibilitar a melhor organização dos cadernos de recenseamento e a informatização dos dados relativos aos cidadãos eleitores. Entre os novos princípios inclui-se a necessária compatibilização entre a residência que consta do bilhete de identidade e a freguesia correspondente ao recenseamento

eleitoral. Esta medida, que para o território nacional facilita o cruzamento dos dados, assegurando assim maior fiabilidade dos elementos do recenseamento a nível nacional, não serve o interesse dos nossos emigrantes, pois muitos cidadãos portugueses que se encontram recenseados no estrangeiro possuem bilhetes de identidade emitidos em território nacional, pelo que, a Lei n.º 13/99, de 22 de Março, tornava incorrecta a inscrição desses cidadãos no recenseamento eleitoral e inviabilizava consequentemente o seu exercício do direito ao voto. Tendo em conta que a maioria dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro mantém o bilhete de identidade emitido em território nacional, isso criava um obstáculo ao seu recenseamento no estrangeiro, junto dos consulados portugueses. No sentido de resolver essa questão, fulcral para os emigrantes portugueses e sem quebra de princípios do cruzamento de dados e evitar a dupla inscrição no recenseamento, a nova Lei reconhece, para efeitos de recenseamento eleitoral no estrangeiro, o título de residência.

Foi um importante passo que, pela iniciativa do PCP, vai criar condições aos cidadãos portugueses na diáspora para a sua inscrição no recenseamento eleitoral, permitindo-lhes assim o exercício de cidadania de pleno direito.

Combate ao branqueamento de capitais provenientes de actividades criminosas

(Lei N.º 10/2002, de 11 de Fevereiro)

A aprovação do projecto de lei comunista veio introduzir aperfeiçoamentos nas disposições legais destinadas a prevenir e punir o branqueamento de capitais

provenientes de actividades criminosas. O sistema jurídico português ficou assim mais habilitado para o combate à criminalidade organizada, comprovando-se, mais uma vez, o carácter pioneiro do PCP em matéria de toxicoddependência e em especial no combate ao branqueamento de capitais. A lei que daqui resultou alargou o âmbito da criminalização em matéria de branqueamento de capitais e fraude fiscal, tendo reforçado os mecanismos legais que permitem prevenir e evitar estas acções. Consagrou-se um regime mais eficaz para a quebra do sigilo bancário para efeitos de investigação dos crimes de branqueamento de capitais e fraude fiscal e instituiu-se, em determinadas situações, a obrigatoriedade de provar a origem lícita de capitais potencialmente provenientes de actividades ilícitas.

Crimes sexuais (alterações ao Código Penal)

(Lei N.º 99/2001 de 25 de Agosto)

Através do Projecto de Lei supra referido, foi possível consagrar na alteração ao Código Penal, uma mais precisa tipificação do crime de tráfico de pessoas, e de lenocínio e tráfico de menores. O PCP, atento às novas realidades, tomou em consideração o debate nas Nações Unidas sobre o crime organizado transnacionalmente, de que resultou uma Convenção e um Protocolo adicional sobre o tráfico de mulheres e crianças.

Através de uma mais precisa tipificação daqueles crimes, melhorou-se a possibilidade de perseguição penal a fenómenos criminosos que vêm alastrando, vitimando mulheres e crianças, especialmente vulneráveis num panorama internacional de alastramento da pobreza e de uma das piores chagas do sistema capitalista: a prostituição – uma das novas escravaturas.

Também através de Projecto de Lei do PCP foi possível manter no Código Penal, relativamente aos crimes de abusos sexuais de menores, o interesse da vítima como o valor predominante a garantir pelo Estado na perseguição penal dos mesmos. Gorando-se a demagogia dos que, com o sensacionalismo, pretenderam relegar o interesse dos menores para plano secundário.

Centro para a promoção e valorização

do Tapete de Arraiolos

(Lei N.º 7/2002 de 31 de Janeiro)

A nova Lei, resultado de uma iniciativa legislativa do PCP, constitui um marco importante na criação de estruturas que defendam o artesanato nacional, no caso, a belíssima tapeçaria de Arraiolos.

O Centro, pessoa colectiva de direito público, com sede em Arraiolos tem como atribuições, entre outras, estabelecer a classificação, organizar o processo de certificação e promover, controlar, certificar e fiscalizar a qualidade, genuinidade e demais preceitos de produção daquele tapete, incentivando e apoiando a actividade da respectiva tapeçaria e defendendo a sua denominação de origem contra os processos de falsificação e contrafacção que se têm multiplicado. Insistindo desde 1990 nesta iniciativa, anteriormente recusada pelo PSD sustentado então na sua maioria absoluta, o PCP contribuiu assim não só para a criação de um instrumento decisivo à defesa e valorização dos bordados de Arraiolos e do trabalho das suas tapeçarias como para a concretização de um exemplo que poderá servir de estímulo a outras iniciativas defensoras de outros espécimens do artesanato nacional e da actividade de milhares de artesãos.



O PCP propôs e a AR aprovou instituir o dia 28 de Abril como o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho



O Parlamento recomendou ao Governo, por iniciativa do PCP, um plano de acção para o aumento de alunos nas profissões da Saúde



Igualar direitos a quem vive em união de facto há mais de dois anos

Projectos de Resolução do PCP aprovados pelo Parlamento

Por uma política de cooperação no combate à SIDA

(Resolução da Assembleia da República N.º 54/2001, de 16 de Julho)

O PCP apresentou e levou à discussão ao tempo da sessão extraordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o combate à SIDA este projecto de resolução que foi aprovado por unanimidade. Tratou-se de um debate sobre uma matéria de inegável importância mas que nunca tinha tido uma abordagem com este destaque ao nível do Plenário da Assembleia da República. Pretendeu-se pôr a nu a epidemia mundial desta doença, com maior incidência nas populações mais pobres e especialmente no continente africano, onde estão 70% dos infectados. Assim se recomendou ao Governo que actuasse internacionalmente no sentido de acolher os princípios da ONU nesta matéria e de garantir os meios necessários ao combate à epidemia da SIDA, habilitando os países mais pobres com os recursos de que precisam e que lhes continuam a ser vedados até por interesses comerciais, designadamente das multinacionais do medicamento. Recomendou-se igualmente a criação de um programa específico no âmbito da CPLP para o combate à SIDA nos países africanos de língua oficial portuguesa, englobando um fundo multilateral de apoio financeiro, o apoio às suas estruturas de saúde e a promoção do acesso aos meios científicos e técnicos necessários para a prevenção e tratamento da doença.

Sobre o empenhamento do Estado português na abolição universal da pena de morte

(Resolução da Assembleia da República N.º 77/2001, de 12 de Dezembro)

A campanha «Por um Novo Milénio sem pena de morte», que a JCP levou a cabo há dois anos, durante a qual se realizaram largas dezenas de debates em escolas secundárias e associações juvenis, mostrou claramente que o povo

português, nomeadamente a juventude portuguesa, partilham e apoiam este projecto de resolução do PCP, que recoloca no nosso país a discussão sobre o objectivo profundo dos sistemas judicial e penal.

A discussão sobre a pena de morte fez-se num contexto em que a Assembleia da República já ratificou o Tribunal Penal Internacional, em que se alterou de forma radical o princípio e o espírito da Constituição de Abril, em que a direita diz que entre liberdade e segurança se deve escolher mais segurança, em que até a Convenção de Genebra é referida como ultrapassada. É neste contexto que o PCP entende que o Estado português deve reforçar o seu empenhamento na abolição da pena de morte, numa atitude de paz e cooperação com todos os povos. O projecto de resolução foi aprovado por unanimidade.

Aumento de Formandos na Área da Saúde

(Resolução da Assembleia da República N.º 6/2000, de 26 de Janeiro)

Por proposta do PCP, a AR recomendou ao Governo que, em colaboração com as instituições públicas que intervêm na área da saúde (hospitais, centros de saúde e estabelecimentos de ensino superior), fosse posto em prática um plano de acção urgente para o aumento de alunos nas profissões da saúde de forma a garantir os recursos necessários à prestação de cuidados de saúde à população portuguesa. Tendo em conta a evolução tecnológica, o desenvolvimento das políticas de prevenção da doença e de promoção da saúde, a construção de mais unidades hospitalares e de centros de saúde e que o número de diplomados não chega para suprir as vagas libertas por aqueles que, entretanto, se aposentam ou se aposentaram nos próximos anos, para o PCP é fundamental uma política de recursos humanos que assegure o acesso, a quantidade e a qualidade de cuidados de saúde que os cidadãos necessitam e quando necessitam. Conhecida e reconhecida a grave carência de Enfermeiros, Médicos e Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica e tendo a AR

reconhecido por unanimidade a importância desta matéria, o Governo demorou 2 anos (2 anos lectivos perdidos) para apresentar o referido Plano, manteve o numerus clausus e reduziu o financiamento dos estabelecimentos de ensino superior, criando dificuldades de funcionamento face ao necessário aumento de resposta.

Criação de um Programa de Expansão e Qualificação do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesas no Estrangeiro

(Resolução da Assembleia da República N.º 56/2001)

A recomendação ao Governo alvitrada nesta Resolução, embora tenha ficado aquém das medidas e intervenções propostas pelo PCP e das necessidades das comunidades lusas espalhadas pelo Mundo, permite que passos importantes possam ser dados, como por exemplo:

- O reforço das medidas de promoção e do ensino da língua e cultura portuguesas no estrangeiro;
- A articulação entre os diferentes organismos que possam interagir, no estrangeiro e em Portugal, nomeadamente a RTP1, a RDPI, o Instituto Camões, as embaixadas e as coordenações de ensino, por forma a constituir-se o conjunto de mais-valias que complementem de forma útil a defesa e divulgação da língua e cultura portuguesas;
- O prosseguimento da regulamentação, no prazo de 120 dias, do regime jurídico previsto no Decreto-Lei n.º 13/98, de 24 de Janeiro, no que se refere ao subsídio de residência e no tocante ao regime de protecção social;
- A auscultação regular das autoridades locais e dos representantes das comunidades dos diferentes países por forma a estabelecer mecanismos de concertação das políticas de divulgação e do ensino da língua portuguesa no estrangeiro;
- A elaboração e publicação de relatório anual de onde conste a avaliação dos resultados e das condições de desenvolvimento do ensino da língua portuguesa no estrangeiro;
- O fornecimento imediato de um

conjunto de mapas de Portugal, dicionários de Português e bandeira nacional a cada associação de portugueses, bem como às escolas que leccionam a língua portuguesa no estrangeiro. Agora é preciso concretizar as recomendações previstas, com a definição de prioridades, executando políticas adequadas, articuladas ao nível dos diversos ministérios e sustentadas financeiramente.

Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho (Dia 28 de Abril)

(Resolução da Assembleia da República N.º 44/2001)

Criar uma dinâmica de prevenção que conduza ao cumprimento das normas de segurança e gere uma cultura de segurança a todos os níveis, eis, em síntese, o objectivo que presidiu à iniciativa do PCP, face à tragédia que constitui no nosso país o elevado número de mortes anuais por acidente de trabalho. Este número ultrapassa as seis centenas por ano, isto é, por cada dia útil, em média, ocorrem três acidentes mortais, de um total de cerca de 300 mil acidentes por ano. Isto sem falar das mortes que não são anunciadas, dos acidentes que não matam mas comprometem a vida ou das doenças profissionais. A resolução aprovada, ao mesmo tempo que institui o Dia 28 de Abril como o Dia Nacional de Prevenção e Segurança no Trabalho, recomenda ao Governo no âmbito das comemorações deste Dia Nacional a realização de uma campanha de informação, formação e prevenção. Recomendada é ainda a apresentação anual à AR dos dados relativos a sinistralidade laboral, bem como a informação das medidas tomadas e acções realizadas. A instituição do Dia 28 de Abril constitui, pois, não só um contributo significativo para a sensibilização da sociedade em geral para este grave problema do País, como deve afirmar-se como um dia de luta pela defesa da saúde e da vida de todos aqueles que laboram em condições de trabalho degradantes.

Enganos

As forças norte-americanas libertaram há dias 27 afegãos capturados «por engano» numa operação efectuada a 24 de Janeiro último em Hazar Kadam, no sul do Afeganistão. Segundo um porta-voz do Pentágono, Richard McGrath, citado pela Lusa, os detidos «não eram nem membros da Al-Qaida nem talibãs, e foram entregues ao governo provisório». Recordar-se que na operação de grande envergadura levada a cabo em Hazar Kadam os norte-americanos mataram 18 pessoas, supostamente talibãs e membros da Al Qaeda, tendo então o Pentágono afirmado que havia destruído um depósito de armas. Os jornalistas que se deslocaram ao local deram uma versão diferente da situação: as vítimas eram camponeses armados que guardavam um depósito de armas autorizado pelo governo provisório. O Pentágono não fez referência às 18 vítimas mortais, mas presume-se que foram mortas também «por engano».

Riscos de guerra

O director da CIA, George Tenet, afirmou a semana passada perante a Comissão de Informações do Senado dos EUA que «os riscos de uma guerra» entre a Índia e o Paquistão «são os mais elevados desde 1971». «A Índia e o Paquistão minimizam publicamente os riscos de um conflito nuclear na crise actual. Estamos muito preocupados, no entanto, com o facto de uma guerra convencional - uma vez começada - poder degenerar num confronto nuclear», declarou Tenet. A tensão entre os dois países aumentou substancialmente desde o atentado de 13 de Dezembro contra o parlamento indiano, atribuído por Nova Deli a grupos radicais paquistaneses alegadamente apoiados por Islamabad. Na fronteira indopaquistanesa estão agora concentrados cerca de 800 000 soldados.

Morte na Colômbia

Catorze pessoas foram assassinadas por presumíveis paramilitares das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC) em três ataques isolados, registados quinta-feira nos departamentos de Córdoba, Meta e Popayan, informou a Lusa citando fontes oficiais colombianas. Os ataques verificaram-se no mesmo dia em que o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, como apoio da ONU, Igreja Católica e os «países amigos» do processo de paz, adoptaram um documento para prosseguir o diálogo para pôr termo a um conflito que desde 1964 já provocou mais de 200 000 mortos.

Supremo argentino sob suspeita

Uma comissão da Câmara dos Deputados da Argentina pronunciou-se, quinta-feira, a favor da abertura de um processo de destituição do Supremo Tribunal de Justiça, cujos nove membros são acusados de corrupção e de conluio com a administração do ex-presidente Carlos Menem (1989-99), libertado em Novembro após 167 dias de detenção pelo seu presumível envolvimento em tráfico ilegal de armas.

Governo alemão responsabiliza abrandamento da economia mundial pelo aumento dos despedimentos

Trabalhadores pagam a factura da crise económica

O número de desempregados na Alemanha ultrapassou a barreira «politicamente aceitável» dos quatro milhões de trabalhadores. Em Espanha registou-se cerca de 77 mil despedimentos.

Segundo divulgou o Departamento Federal de Trabalho da Alemanha, o número de desempregados aumentou 31 mil em relação a Dezembro. O total actual é de 4,29 milhões, correspondente a uma taxa de 10,4 por cento contra 9,6 por cento no mês anterior.

A poucos meses das legislativas, marcadas para o dia 22 de Setembro, o governo esforça-se agora por responsabilizar factores externos, como o abrandamento da economia mundial e os atentados de 11 de Setembro, por aquilo que a

oposição afirma ser «o fracasso da política de Schröder».

«O número de desempregados na Alemanha é de 4,29 milhões»

O líder da CDU, principal partido da oposição, aproveitou a ocasião para declarar que «este chanceler destruiu todas as expectativas das pessoas e dessa reputação já não se livra».

Entretanto, o governo alemão observa com alguma inquietação o início das negociações salariais no sector da metalurgia e engenharia na Baviera. O sindicato IG Metall reivindica um aumento até 6,5 por cento e não exclui greves neste ano eleitoral, ao que o

patronato responde com mais despedimentos.

Em Espanha, os números divulgados pelo Instituto Nacional de Emprego revelam que a taxa de desemprego espanhola cresceu, em Janeiro, dos 9,23 por cento para os 9,68 por cento, uma subida correspondente a um aumento de 76 884 desempregados.

A subida do número de desempregados, registada em Janeiro, é superior em mais do dobro ao aumento médio dos últimos quinze anos - 36 848 desempregados - e ligeiramente superior à subida que se registou em Janeiro de 2001 (64 317 trabalhadores).

Janeiro catastrófico nos EUA

Os despedimentos anunciados pelas empresas norte-

americanas em Janeiro registaram um aumento de 32 por cento relativamente aos números de Dezembro.

Segundo a agência de emprego Challenger, Gray & Cristamas, as empresas norte-americanas anunciaram o despedimento, no mês de Janeiro, de 21 2704 pessoas, número muito superior aos 16 1584 despedimentos divulgados em Dezembro e terceira valor mensal mais elevado desde 1993.

A Challenger atribuiu, em grande parte, o aumento dos despedimentos anunciados aos planos da Ford de deixar sem trabalho 35 mil pessoas, o que, somado aos trabalhadores despedidos noutras empresas do ramo, leva a um total de 43 035 pessoas no desemprego no sector automóvel. «Até que a tendência dos consumidores e das empresas se reverta, as companhias continuarão a procurar meios de reduzir os custos», afirmou o director executivo da empresa, Jonh Challenger.

A Challenger concluiu,

entretanto, que há indícios por parte das grandes empresas de que novas e significativas reduções nos quadros de trabalhadores devem ainda acontecer nos próximos meses, ou até nas próximas semanas.

Desemprego atinge milhares na Argentina

Segundo o ministro da Economia, Jorge Remes Lenicov, a taxa de desemprego na Argentina atingiu os 22 por cento da população activa, reforçando a grave crise económica e financeira que o país atravessa.

O anterior valor oficial, divulgado em Dezembro pelo Instituto Nacional de Estatísticas, e ainda no governo de Fernando de la Rúa, fixava a taxa de desemprego nos 18,3 por cento em finais de Outubro. Desde Maio de 1995 que a taxa de desemprego não atingia um valor tão elevado. Nessa altura, afectou 18,4 por cento da população activa.



A taxa de desemprego na Argentina atingiu os 22 por cento da população activa

Organização humanitária contra a Casa Branca

A Human Rights Watch (HRW), organização de defesa dos Direitos Humanos, considera que a administração norte-americana cometeu um erro ao decidir que a Convenção de Genebra se aplica aos talibãs capturados no Afeganistão mas não aos membros da Al-Qaeda.

«A administração Bush tem razão ao reconhecer que deve respeitar as regras, mas não pode reescrevê-las para que sirvam os seus próprios objectivos», refere um comunicado do director executivo da HRW, Kenneth Roth.

De acordo com a Casa Branca, a Convenção de Genebra sobre os prisioneiros de guerra aplica-se apenas aos soldados talibãs.

«O presidente (Bush) decidiu que a Al-Qaeda não entra no quadro da Convenção de Genebra» porque este tratado «é um instrumento entre estados em conflito» e a Al-Qaeda «não é um Estado, é uma organização terrorista»,

afirmou o secretário de Estado norte-americano, Donald Rumsfeld, à imprensa.

Por seu lado, o porta-voz da Casa Branca, Ari Fleischer, esclareceu que nenhum dos detidos receberá o estatuto de «prisioneiro de guerra» tal como definido pela convenção, dado serem considerados como «combatentes ilegais».

Segundo Fleischer, «apesar dos Estados Unidos não reconhecerem os talibãs como um regime afegão legítimo, o presidente (Bush) determinou que os detidos talibãs serão tratados em conformidade com a convenção porque o Afeganistão é parte no tratado».

Antecedente perigoso

A Human Rights Watch defende que a Convenção de Genebra «deve aplicar-se tanto aos prisioneiros talibãs como aos combatentes da Al-Qaeda detidos pelas forças norte-americanas em Guanta-

namo (Cuba) e no Afeganistão». A organização considera que a decisão de Washington «é ainda mais difícil de compreender porque a convenção de Genebra não impede os Estados Unidos de interrogar ou perseguir os detidos».

Para a HRW, a decisão de Bush representa um perigo para todos os soldados do mundo e «particularmente para as tropas norte-americanas que possam ser capturadas em combate».

Entretanto, os EUA afirmam que sempre «trataram e continuarão a tratar humanamente» todos os talibãs e membros da Al-Qaeda presos em Guantanamo, «em conformidade com os princípios da Convenção de Genebra».

À base militar chegaram nos últimos dias mais cerca de três dezenas de presos, todos envergando um fato de treino laranja, com grilhetas nos pés, algemas nas mãos, um boné e óculos que os impedem de ver.

Marrocos negocia petróleo do Saara

A Frente Polisário considera ilegais os contratos assinados por Marrocos com companhias estrangeiras para a exploração de petróleo nas águas do Saara Ocidental, e apelou à ONU para que os declare nulos e de nenhum efeito.

Segundo uma notícia veiculada pela Lusa, já a semana passada o conselheiro jurídico das Nações Unidas, Hans Corell, admitiu que Marrocos pode estar a violar a lei internacional se autorizar a exploração petrolífera naquela região, dado que aquele país «não figura como potência administradora do território do Saara Ocidental».

Recorda-se que o estatuto do território continua dependente de um referendo há muito aprovado pela ONU mas sempre protelado devido a manobras de diversão marroquinas.

Em carta enviada ao presidente do Conselho de Segurança da ONU, o representante da Frente Polisário nas Nações Unidas, Ahmed Buhari, pediu a tomada de medidas para a anulação dos contratos assinados por Rabat.

«Marrocos não tem poder legal para conceder a exploração das riquezas naturais do Saara Ocidental, urgindo que o Conselho de Segurança tome medidas para que as partes envolvidas nos contratos de exploração se abstenham de os executar até terminar o processo de autonomia», disse Buhari.

Na corrida ao petróleo do Saara Ocidental perfilam-se as empresas Kerr Mcgee, norte-americana, e Elf-Total, francesa.

Interesse estratégico

Uma conferência organizada recentemente pelo Instituto de Estudos Avançados Estratégicos e Políticos, em Washington, revelou entretanto que a dependência norte-americana do petróleo africano continua a crescer, fazendo de África um continente de «interesse estratégico nacional» para os Estados Unidos.

De acordo com estatísticas oficiais norte-americanas, a África Ocidental exporta já para os Estados Unidos tanto petróleo quanto a Arábia Saudita, prevendo-se que a Nigéria e Angola dupliquem ou mesmo tripliquem a sua produção na próxima década, passando a países de grande importância estratégica para os EUA. Actualmente, os EUA recebem 15 por cento do seu petróleo de países africanos.

De acordo com a tenente-coronel Karen Kwiatkowski, da divisão de Assuntos Africanos do departamento de Defesa, os estudos do Conselho Nacional de Informações apontam para que 25 das importações norte-americanas de petróleo serão provenientes de África em 2015, sendo os principais «locais energéticos» localizados na África ocidental e central e no Sudão. Esta perspectiva, disse a especialista, faz com que «a protecção dos interesses dos Estados Unidos, do comércio, da liberdade de movimentos e de transparência governamental» se tornem «mais importante nessas zonas regionais».

Amnistia acusa Israel viola convenção de Genebra

A Amnistia Internacional (AI) acusa Israel de violar a convenção internacional de Genebra nos territórios palestinos ocupados.

«A utilização, por parte dos israelitas, de armas de destruição maciça, de bombas guiadas por laser, lançadas por F16 e disparos de foguetes ar-terra a partir de helicópteros de tipo Apache, bem como a destruição de habitações e o bombardeamento

Encontro de Bush com Sharon não foi tão longe quanto se previa

infra-estruturas constituem violações da 47ª Convenção de Genebra [que fixa as obrigações da força ocupante] - refere um comunicado divulgado a semana passada pela Amnistia Internacional.

Segundo a AI, a Convenção proíbe «não só as punições colectivas, como também a destruição de bens quando esta não for absolutamente necessária para as operações militares». A Amnistia denuncia também a utilização por parte do exército israelita de «obuses com dardos lançados por blindados israelitas contra regiões da Faixa de Gaza», especificando que cada obus destes contém 5000 dardos de aço com cinco centímetros de comprimento, «cada um deles com capacidade para matar». Trata-se de «uma arma totalmente inadequada para zonas de grande densidade populacional, como Gaza», garante o documento.

A AI considera ainda ser totalmente «inaceitável e ile-

gal que, sem qualquer aviso, os blindados e bulldozers [israelitas] arrasem as habitações de centenas de famílias palestinas e lancem para a rua milhares de crianças».

De acordo com uma informação recente da União Europeia, as forças israelitas destruíram nos últimos tempos uma série de infra-estruturas palestinas apoiadas pela UE, estimando-se que os danos ascendam a 17 milhões de euros.

Final não há provas

O secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, reconheceu que os EUA não têm provas do envolvimento do presidente palestino, Yasser Arafat, no alegado tráfico de armas do Irão para a Palestina.

Falando perante a comissão dos Assuntos Estrangeiros da Câmara dos Representantes, Powell afirmou que se trata de um assunto que Arafat «devia conhecer, e talvez soubesse dele», mas admitiu não poder «provar que ele o conhecia, ou que tinha um controlo directo sobre a operação». Apesar disso, Powell defendeu que a Autoridade Palestiniana dirigida por

Arafat deve fazer luz sobre este caso e «assumir as suas responsabilidades».

Cabe lembrar que os EUA afirmaram por diversas vezes ter provas da responsabilidade da Autoridade Palestiniana no tráfico de armas e instaram Arafat a reconhecê-lo, sem no entanto chegarem a acusá-lo directamente como fez Israel.

Entretanto, na Casa Branca, o encontro entre Bush e Ariel Sharon não foi tão longe quanto se previa. Apesar de Israel ter apresentado a Washington uma lista com quatro nomes de políticos palestinos que podem, na sua opinião, substituir com vantagem Arafat na liderança palestina, os EUA acham que ainda não chegou a hora de «descartar» o presidente da Autoridade Palestiniana.

As hipóteses apontadas por Israel - Abu Ala, Abu Mazen, Mohamed Dahlan e Jibril Rajoub - visam encontrar um interlocutor «mais dócil» e deixam de fora os substitutos legais de Arafat: Abu Ala e Abu Mazen.

De acordo com a legislação palestina, em caso de afastamento de Arafat (agora com 72 anos), Abu Ala, presidente do Parlamento, será o seu substituto à frente da Autoridade Palestiniana durante 60 dias até à convocação de eleições, enquanto Abu Mazen, considerado o mentor espiritual do processo de paz, assumirá o controlo da OLP.



Simplismos

«Estamos ameaçados por um novo simplismo [dos EUA] que consiste em reduzir todos os problemas do mundo apenas à luta contra o terrorismo e isso não é sério». As palavras são do ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Hubert Védrine, em recentes declarações à emissora France Inter. Essa visão,

disse, constitui um problema sério, sobretudo no Médio Oriente.

Acusando a administração Bush de abordar os problemas do mundo «de forma unilateral», em função «dos seus interesses», o diplomata francês sublinhou as divergências entre europeus e norte-americanos em relação à

questão palestina, considerando ser «um erro apoiar a política de repressão» de Ariel Sharon, bem como o isolamento imposto a Arafat.

O cartoon do *Le Monde* (06.02.2002), que reproduzimos com a devida vénia, é revelador de como a imprensa internacional olha para a política dos EUA.

As americanas GI libertas do véu • Rui Paz

O correspondente de *Le Figaro* em Washington, Jean-Jacques Mével, num artigo intitulado «As mulheres GI libertas do véu» (24.01.2002), informa que o exército americano decidiu aliviar o uso do véu para as mulheres soldados norte-americanas a prestar serviço nos estados islâmicos. A tenente-coronel Martha McScally, de 35 anos, destacada na Arábia Saudita, tinha protestado junto do Pentágono depois de verificar que até as mulheres afegãs nalgumas regiões já não eram obrigadas a cobrir o rosto. A nova ordem do Pentágono esclarece que no reino dos wahabitas «o uso do véu ou de outra peça de roupa cobrindo o uniforme deixou de ser obrigatório», mas acrescenta que continua a ser «fortemente recomendado». No entanto, outras medidas exigidas pela polícia religiosa do aliado preferencial da NATO no Golfo, como a obrigatoriedade das mulheres serem acompanhadas por um homem fora dos quartéis ou a proibição de conduzirem viaturas ou de se sentarem no banco da frente, mantêm-se em vigor. Cerca de 4500 soldados norte-americanos estão estacionados na base aérea de Pince Sultan. Ao contrário do que aconteceu com o Afeganistão após

sofre uma perda constante de nível de vida. O rendimento *per capita* dos 21 milhões de habitantes do reino caiu entre 1981 e 1998 de 16 650 para 6520 dólares. 15 a 20 por cento dos homens entre os 20 e 29 anos estão desempregados. E isto num Estado onde 57 por cento da população tem menos de 19 anos. A dívida do Estado atinge os 100 por cento do produto nacional bruto, e segundo o jornal dos meios financeiros de Dusseldorf, *Handelsblatt* (30.3.2000), continua a subir ao ritmo de cinco por cento ao ano.

O semanário *Die Zeit* (27.9.2001) afirma que o país ameaça transformar-se no «pária da globalização». O Instituto de Sociologia Económica e Ecológica de Munique, ISW, no seu número especial «A guerra do Petróleo», informa que «dos 450 milhões de DM [marcos alemães] pagos oficialmente pelo Estado saudita à Thyssen por 36 tanques especiais, 200 milhões ficaram-se pela família real». Este tipo de «modernização» faz crescer a oposição aos EUA e às suas marionetes governamentais.

Não é o fundamentalismo que preocupa Washington, como provam as

declarações de um diplomata americano numa altura em que a CIA ainda depositava grandes esperanças no regime dos talibãs: «Os talibãs vão provavelmente evoluir como os sauditas. Vamos ter oleodutos americanos, um emir sem parlamento e uma série de leis da sharia [lei islâmica]. Mas isso não é nenhum problema» (*The Guardian*, 23.10.2001). A imprensa ocidental também já começa a chamar «revoltas de chefes tribais» à resistência contra o regime do ex-conselheiro do grupo petrolífero texano UNCAL, Karsai, recentemente nomeado em Bona, na Alemanha, chefe do governo do Afeganistão. Aliás o *Le Monde* confirma que



o 11 de Setembro, a CNN e a imprensa dos chamados valores ocidentais têm evitado a divulgação de imagens de mulheres sauditas degoladas ou apedrejadas até à morte. O regime medieval de Riad está extremamente isolado do povo. Mais do que em qualquer outro estado do Golfo, é ali bem visível a diferença entre as imensas receitas provenientes do petróleo e a pobreza dos povos dos países produtores. As elites no poder negociam contratos com o Ocidente, particularmente com os EUA, onde os grandes grupos americanos recebem o petróleo e a classe dirigente os dólares. O que os EUA pagam pelo «ouro negro» volta a ser reembolsado pelos círculos capitalistas ocidentais através da venda de material de guerra necessário à manutenção dos regimes, de artigos de luxo e dos investimentos financeiros da elite corrupta.

As baionetas de Washington

Na Arábia Saudita, há vários anos que a esmagadora maioria do povo

Cabul é «a única grande cidade afegã não ameaçada por forças hostis». Para sustentar tais regimes, os impérios do petróleo utilizam as Forças Armadas dos estados imperialistas, particularmente dos EUA e da Inglaterra, a que ultimamente veio juntar-se a Alemanha com a Bundeswehr. Exceptuando o Iraque, o Irão e o Iemen, as tropas norte-americanas já se encontram estacionadas não só na Arábia Saudita, no Afeganistão e em vários estados da ex-URSS, mas também na Turquia, no Bahrain, nos Emiratos Árabes Unidos, no Koweit, no Paquistão e em Oman. Os Estados Unidos apresentam-se na região como o messias da «modernização», mas os povos perdem a independência e o poder de decisão. O receio da revolta popular constitui para os potentados petrolíferos sustentados pelas baionetas de Washington um perigo muito maior do que os atentados fundamentalistas. Só assim se explica a presença de tão elevado poderio militar norte-americano na região.

Crianças em risco em Anha

Depois de mais um atropelamento junto da escola C+S de Vila Nova de Anha, em Viana do Castelo, a população volta reivindicar a colocação de um semáforo no local. «A paciência tem limites. Gostaríamos que isto fosse resolvido a bem, mas a população não está disposta a esperar muito mais tempo, pelo que podemos ser obrigados a outras formas de luta, para fazer ouvir a nossa voz», garantiu o presidente da Junta de Freguesia, João São João.

O PIDDAC de 1998 prevê uma verba para a colocação do semáforo, mas até à data isso não foi feito. Em 1999, os deputados comunistas Bernardino Soares e Honório Novo colocaram o problema na Assembleia da República. Como resposta, tiveram a promessa de que o semáforo seria colocado de imediato. Nessa altura, a JCP, em conjunto com o Conselho Executivo da escola, colocou semáforos de papelão em protesto contra a demora.

Pais contra antena

A Associação de Pais e os encarregados de educação dos alunos da Escola Secundária D. João de Castro, em Lisboa, exigem que seja retirada a antena de telecomunicações colocada no perímetro da instituição e pedem ao conselho executivo que rescinda de imediato o contrato com a empresa responsável. Os pais lembram que não é conhecido o efeito que as antenas podem provocar na saúde. A Agência Internacional para a Investigação do Cancro anunciou no ano passado que os campos magnéticos de baixa frequência são uma possível causa de cancro.

40 anos da Crise Académica de 1962

O 40.º aniversário da Crise Académica de 1962 será assinalada em todo o País a partir de 18 de Março. O Museu da República e Resistência dará apoio logístico às comemorações, que contarão com a participação das actuais estruturas associativas estudantis. No dia 24 de Março terá lugar uma sessão solene na Aula Magna da Universidade Clássica de Lisboa. Um dos momentos mais emblemáticos da crise académica de 1962 ocorreu a 24 de Março, no Dia do Estudante, quando forças policiais carregaram sobre milhares de alunos na cidade universitária de Lisboa.

Em Janeiro e Fevereiro, 76 jovens juntaram-se à JCP, na campanha de recrutamento a decorrer até ao Congresso, em Novembro. A meta é 2002 novos militantes

JCP prepara eleições legislativas

O Congresso da JCP é só em Novembro, mas a campanha de recrutamentos já começou. Desde Janeiro já se inscreveram 76 jovens de várias zonas do País. Nos plenários, o principal tema é o trabalho para as eleições legislativas.

A campanha de recrutamento da JCP está a ter bons resultados. Desde o início do ano, 76 jovens inscreveram-se na organização do ensino secundário. Destes, 30 pertencem ao distrito do Porto, 17 são de Lisboa, 15 de Santarém e 10 de Bragança. O objectivo é conseguir 2002 novos militantes até ao Congresso, em Novembro.

A JCP está em plena preparação do seu congresso e das eleições legislativas. Na tarde de sábado, realizou-se o plenário distrital de Leiria do ensino secundário da JCP, no Centro de Trabalho da Marinha Grande. Na ocasião foi discutida a intervenção dos jovens comunistas nas manifestações do próximo dia 21, nas associações de estudantes, no esclarecimento e na mobilização para a luta.

Os participantes sublinharam a importância da actividade da JCP, nomeadamente a distribuição de documentos em todas as escolas do distrito. «Só pode haver plenários, se houver trabalho concreto no terreno, em cada concelho», afirmou um participante.

No âmbito da campanha de fundos da JCP, foi decidido vender objectos em vidro com símbolos comunistas, fabricados por vidreiros da Marinha Grande.

Foi ainda agendado um novo plenário, convívios e um café-concerto.

Intensificar o trabalho em Lisboa

No mesmo dia teve lugar o plenário de militantes da Organização Regional de Lisboa da JCP, no Centro de Trabalho Vitória, que contou com a participação de Luísa Araújo, membro da Comissão Política do PCP.

Cerca de três dezenas de militantes de vários concelhos do distrito participaram na reunião, onde se aproveitou para recolher fundos através de um almoço preparado pela organização do ensino secundário.

No plenário foram abordados diversos aspectos sobre as eleições legislativas, nomeadamente o quadro político em que estas se vão desenrolar e sobre a intervenção da JCP na campanha.

Os participantes apontaram para a necessidade de planificar desde já as diversas iniciativas dos concelhos e sectores, bem como envolver um grande número de camaradas e jovens independentes apoiantes da CDU. Foi dado especial relevo à Jornada Nacional de Propaganda do próximo fim-de-semana, ao comício de 23 de Fevereiro no Coliseu dos Recreios e à iniciativa nacional da Juventude CDU a realizar a 3 de Março. Neste sentido, os militantes sublinharam a importância de fazer um contacto directo com os

jovens, conversando com eles, afirmando as propostas do PCP e desmascarando a política de direita.

Como foi referido no plenário, no ano em que se realiza o 7.º Congresso da JCP, é fundamental tomar a iniciativa, nomeadamente incentivando a acção própria dos colectivos.

Outras questões foram debatidas, como a intensificação do trabalho junto dos jovens trabalhadores e em questões como a paz e a habitação.

De referir ainda que na semana passada teve lugar a Assembleia da Organização Concelhia de Lisboa da JCP, onde se reflectiu sobre o tra-

balho desenvolvido e se perspectivaram medidas para concretizar as actividades a desenvolver, no sentido de ultrapassar as dificuldades com que a organização se deparou e criar condições para aplicar as linhas de trabalho saídas da última reunião da Direcção Nacional da JCP.



Novas adesões para a JCP: 30 no Porto e 17 em Lisboa

Concelhia de Sintra apela à participação

A Comissão Concelhia de Sintra da JCP apela à participação de todos os militantes no 8.º Encontro da organização que terá lugar no próximo sábado, às 14h30, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro.

«Sendo o encontro concelhio, o órgão máximo de discussão e decisão, é importante que possamos estar todos presentes, apontando as nossas críticas e preocupações para que cheguemos a uma conclusão colectiva para o melhoramento do funcionamento da organização. Não há outra forma de alcançar este objectivo. Só com a discussão em colectivo», defende a comissão numa nota à imprensa.

«Não basta confiar no futuro. É necessário construí-lo hoje com as nossas propostas e opiniões, com a nossa participação, acção e luta», afirma.

Na ordem de trabalhos do plenário incluiu-se a discussão da proposta de resolução política do encontro, as medidas prioritárias e o plano de trabalho para 2002 e a eleição da nova Comissão Concelhia.

Um país sem música

A Escola Superior de Música de Lisboa não tem condições. Quem o denuncia são os alunos, que convocaram a imprensa na semana passada. Instalações em estado precário, aulas em vários locais fora da escola, planos de estudo reduzidos devido à inexistência de instrumentos, falta de funcionários, insuficiência de material didáctico – eis alguns dos problemas da instituição.

Mas há mais. De acordo com a associação de estudantes, o chão está colado com fita-cola, há brechas nas paredes e os alunos dependem da amabilidade do Conservatório Nacional, do Instituto Gregoriano, da Funda-

ção Calouste Gulbenkian e da Igreja das Chagas para usar alguns instrumentos e terem algumas aulas. Um exemplo caricato: a escola tem uma licenciatura em órgão, mas não tem esse instrumento.

«Pelo facto de termos aulas em diversos locais fora da escola há, por exemplo, alunos que são obrigados a transportar o contrabaixo, de cerca de 12 quilos. Mas não dá para transportar um piano de cauda», comenta Isabel Ançã, da Associação de Estudantes da Escola Superior de Música.

Os alunos contam com o apoio dos professores. «As reivindicações são justas»,

afirmou, à agência Lusa, Cremilde Rosado Fernandes, directora da instituição. «A situação financeira da escola é má», acrescenta.

O presidente do Instituto Politécnico de Lisboa, Antas de Barros, também manifestou a sua solidariedade: «A luta dos alunos é correcta. É impensável que em pleno século XXI uma escola de música funcione naquelas condições.»

A construção de um novo edifício está prevista há alguns anos e autorizada pelo Ministério da Educação. No entanto, problemas com o financiamento e o plano arquitectónico impediram a sua concretização.

Coimbra

Protestos em postais

Os estudantes da Universidade de Coimbra iniciaram na semana passada um novo protesto, o «Correio da Educação»: enviam postais ao senado da instituição e ao ministro da Educação, expressando críticas e sugestões.

A iniciativa coube à Associação Académica de Coimbra, que, além de fornecer os postais, dá as «caixas de correio», colocadas nas várias faculdades e departamentos. Cada estudante tem direito a dois postais.

Num abordará os problemas da sua instituição, no

outro os do ensino superior português.

«Propomos aos estudantes que confirmem os problemas da Universidade de Coimbra de forma directa», afirmou, à Lusa, Vítor Hugo Salgado, presidente da direcção-geral da AAC.

A associação académica vai promover um abaixo-assinado sobre as linhas estratégicas para avaliação da universidade, que será entregue ao reitor, Fernando Rebelo. «É importante que os estudantes reivindiquem por si mesmo», declarou Vítor Hugo Salgado.

Crónica dos excluídos

● José João Louro

A odisseia

de Annegret Gutbub e de seu filho Joringel

Annegret Gutbub é uma alemã protagonista de uma luta que se reflectiu nos jornais, rádios e televisões. A luta para que o seu filho de 17 anos, Joringel Gutbub, preso preventivamente, pudesse voltar à escola enquanto a mãe se responsabilizaria por ele. A sua luta ajuda-nos a compreender as dificuldades de integração dos estrangeiros em Portugal mesmo os que, como Joringel, já nasceram aqui. Somos um país de emigrantes, mas não estamos preparados para compreender e integrar os estrangeiros que decidiram viver em Portugal.

Annegret Gutbub é uma alemã nascida na Floresta Negra, na cidade de Hermann Hesse, filha de um comunista alemão, que, nos finais dos anos 70, desgostosa com o evoluir da sociedade de consumo alemã, partiu à descoberta de um espaço para uma vida alternativa. Na bagagem trazia um romance manuscrito para adolescentes, que decidirá escrever à partir da sua experiência de juventude, e uma série de ideias utópicas do que seria uma vida alternativa. Depois de um passeio por Marrocos e Espanha, chega a Portugal onde a 25 de Abril de 1980 deu à luz dois gémeos: Fidel e Rebella. Aquele nascimento, no dia da revolução, pareceu a ela e ao companheiro um acontecimento simbólico. Decidiram fazer agricultura biológica e ficar por cá.

Passaram-se alguns anos. Annegret separa-se do seu primeiro companheiro e passa a viver com o pai de Joringel. Descontentes com o Algarve decidem deambular por Portugal, até encontra-

rem Catarredor na serra de Lousã. Aí o ambiente da serra, as casas de pedra de xisto abandonadas mas integradas na paisagem, o carácter romântico que lhe recordava Hermann Hesse, prenderam-nos irremediavelmente.

Rebella, Fidel e Joringel crescem em Catarredor rodeados de paisagem. São crianças livres, mas educados para serem responsáveis. Annegret está grávida outra vez: irá nascer Arnika, o primeiro bebé em dezenas de anos a nascer em Catarredor. A aldeia abandonada pelos portugueses parecia renascer com os alemães. Os pais faziam queijo, pastavam cabras, coziam pão e cultivavam hortícolas para vender. Beatrix, a irmã de Annegret, visita e decide também ficar. Em breve terá também crianças.

As crianças vão à escola mas vivem fundamentalmente na serra, no paraíso que para elas é Catarredor. Annegret com filhos de dois companheiros decide separar-se do pai de Joringel e Arnika, que regressa ao Algarve. Anos mais tarde, Joringel, que já estudava na escola secundária, decide ir viver com o pai. Annegret tentou demovê-lo mas Joringel evocou uma escola em melhores condições no Algarve para a decisão. O pai decidiu nessa altura pôr a casa e o seu terreno em nome do filho. Fidel, Rebella e Arnika mantiveram-se com a mãe que recebia visitas regulares de Joringel, cheio de saudades.

Annegret tem um novo companheiro. Dada a distância de Catarredor às escolas, a família responsabilmente, fugindo ao isolamento, vai construir

as e o eucalipto) e recuperar os caminhos pedestres para fins ecoturísticos e as casas.

«Paraíso em lugar nenhum»

Christine Reeh lê uma reportagem sobre estas famílias no «Público», e decide fazer um documentário sobre Annegret e Beatrix, como duas alemãs que há vários anos vivem em Portugal, para compreender as suas dificuldades de integração. No dia do lançamento da Dínamo Verde, numa colectividade local, enquanto Annegret lê um poema da sua autoria, em três línguas, ajudada pelas filhas Rebella e Arnika, a casa que tanto tempo tinham levado à construir na Lousã arde em poucas horas. Nada resta senão ruínas. A casa não tem seguro e a PJ considera que é fogo posto. Christine Reeh filma o incêndio e integra-o no seu documentário «Paraíso em lugar nenhum» que vai estrear em 2 de Março no Cineteatro da Lousã. O filme aborda a mentalidade das duas irmãs, os seus debates e os caminhos diferentes que ambas buscam para si e para os seus filhos.

Entretanto, Joringel é preso no Algarve com o pai. O pai manifestar-se-á pela legalização de cannabis (o que não é uma atitude típica de um traficante, mais interessado em vender caro na clandestinidade do que na legalidade) e a polícia descobre, poucos dias depois, que ele tem uma plantação no quintal. O filho, prejudicado pelas manifestações do pai, é preso preventivamente desde então.

Annegret que travara a batalha pela Dínamo Verde e pela reconstrução da casa incendiada, tem agora o filho preso numa cela com 15 criminosos de delito comum. Alarmada pede que o seu filho venha viver consigo assumindo a responsabilidade. Joringel tem 17 anos, está a estudar, noutros países europeus assim aconteceria. Os juízos decidem de outro modo. O Bastonário da Ordem dos Advogados pensa diferente. Os colegas da escola de Joringel protestam. Os professores consideram-no um aluno inteligente e sensível.

Annegret desesperada organiza uma manifestação no Terreio de Paço. Alguns amigos, alguns políticos, a deputada, dos Verdes, Isabel Castro que solicitara ao Ministro da Justiça informação sobre o assunto, e Annegret, Beatrix, Arnika e outros familiares.

As lutas de Beatrix e Annegret ganharam uma nova dimensão no seu aparente isolamento. O País quer saber o que se passa nas prisões, por que é que jovens internados se suicidam, por que é que se mantém adolescentes em prisão preventiva em contacto com criminosos experientes. O País quer saber o que se passa com os filhos dos estrangeiros nascidos em Portugal, e por que não há uma verdadeira política de integração social.



Uma luta que ajuda a compreender as dificuldades da integração dos estrangeiros



uma nova casa na Lousã enquanto Beatrix se mantém em Catarredor com os seus filhos. Rebella começa a estudar na Universidade em Coimbra, e traduz o livro da mãe. Fidel trabalha na recuperação de casas das aldeias vizinhas. Abrem um café na Serra: «Fantasia».

As duas irmãs, com alguns amigos portugueses da Lousã, decidem criar uma associação, a Dínamo Verde, com o objectivo de reabilitar a serra (plantar castanheiros e combater as acáci-

● Miguel Urbano Rodrigues



Fórum Social Mundial

A luta de classes *continua*

O II Fórum Social Mundial transcorreu como o I – numa atmosfera de fusão do real com o irreal. O cenário foi novamente a cidade de Porto Alegre. Mas a dimensão do grande acontecimento agigantou-se. Ali se concentraram durante seis dias mais de 50 000 pessoas, muitas vindas de 131 países, criando pela presença e pelo discurso uma atmosfera que tinha algo de extraterrestre. A força da esperança permitiu que a capital gaúcha se transmudasse na cidade ideal, pulmão e vitrina da sociedade imaginária desejada, que responda um dia ao slogan do Fórum: outro mundo é possível!

No grandioso e belíssimo evento que uniu a babel de forasteiros, gerando um clima de comovente fraternidade, foi, paradoxalmente, uma atitude de recusa: a rejeição unânime do modelo de sociedade que o sistema de poder, cujos representantes estavam reunidos em Nova Iorque no Fórum Económico, dito de Davos, tenta impor ao conjunto da humanidade.

A esmagadora maioria dos habitantes da Terra não aceita submeter-se ao novo tipo de escravidão que resulta do funcionamento da engrenagem da globalização neoliberal. Isso ficou mais uma vez transparente em Porto Alegre.

No espaço de reflexão e debate do Fórum dos oprimidos a imaginação não encontrou fronteiras que tolhes-

sem a sua criatividade. Com os pés no século XXI e o olhar no futuro, este Fórum de desafio e luta foi, como o anterior, marcado por um espírito libertário. Havia painéis para debater qualquer tema. Até as «trabalhadoras do sexo» conseguiram um espaço para discutirem os seus problemas. Mas não há motivos para medos. A unidade possível que leva a grandes vitórias, nasce sempre da diversidade.

Era inevitável que num encontro como este o debate fosse canal de ideologias assumidas e de ideologias não consciencializadas, que modelam formas de agir e pensar sem que os autores disso se apercebam. Não há transformação revolucionária da

vida sem teoria que mobilize para o combate e sem uma práxis que a traduza.

A indignação perante a trágica herança do governo do G-7 hegemónico pelo sistema de poder imperial dos EUA não gera por si só as condições que permitam o combate eficaz a esse inimigo e a derrota final do mesmo sistema. Daí a tentação, patente em algumas das grandes conferências, de inverter prioridades. Imaginar o futuro, «o outro mundo», e esboçar os perfis de uma sociedade diferente é bem mais fácil do que mobilizar esforços e consciências para a tarefa sem a qual não se poderá construir esse futuro: a destruição do sistema de dominação económica, política, militar e cultural que oprime a humanidade.

Não há que esconder a evidência. No Fórum compareceram algumas personalidades que, na abordagem da temática das alternativas, sugeriram caminhos e esboçaram projectos que traduzem mundividências orientadas para a possibilidade de uma reforma do capitalismo. Essa tendência manifestou-se num discurso que deixa transparecer o desejo de repetir hoje o que Lord Keynes pretendeu nos anos 20. Para salvar o capitalismo ele preconizou a sua humanização. Acontece que o capitalismo é por sua essência desumano, como a evolução da história demonstrou. O Estado do Bem-Estar, aliás nunca concretizado, não evitou a caminhada para as calamidades da globalização neoliberal.

Por isso mesmo creio que o discurso sobre o mítico Governo Mundial, a apologia da não menos fantasmática Assembleia dos Parlamentos do Mundo e outras utopias paralisantes, em vez de nos aproximarem de objectivos ao nosso alcance são desmobilizadores. No cerne dessa oratória é identificável a velha ilusão de que o capitalismo pode ser reformado em benefício das grandes maiorias. Não menos negativa me parece a insistência no discurso (felizmente minoritário) que desconhece ou subalterniza a problemática do poder. Seria uma atitude infantil admitir que a derrota da engrenagem imperial que ameaça a própria continuidade da humanidade está para breve. Não está. É um objectivo muito distante.





a ser o motor da história

Mas sugerir que tudo terá de começar do zero, pela impossibilidade de se enfrentar um inimigo poderosíssimo, afigura-se-me um erro perigoso.

Uma imensa diversidade

O Fórum confirma a vitalidade dos movimentos sociais e as imensas potencialidades que a sua participação crescente nas grandes lutas em curso abre no combate à globalização neoliberal. Mas a ideia de que num processo de arranque espontâneo, utilizando as insurreições do próprio sistema (como sugere Koffi Annan na sua mensagem ao Fórum) se pode transformar o mundo, eliminar a miséria e a opressão, é puramente romântica. Sem organizações revolucionárias estruturadas, sem partidos de esquerda empenhados na destruição do capitalismo, não será possível construir os instrumentos políticos capazes num contexto de ampla unidade actuante, de erradicar do planeta os males gerados pela engrenagem neoliberal. Apenas com boas intenções não se muda a vida.

A vitória final contra as forças que encaminham a humanidade para o abismo somente poderá resultar da convergência de esforços de movimentos, organizações e partidos de mundividações muito diferenciadas. Mas não contribuem para a unidade possível — cito alguns exemplos — aqueles que sonham com um governo mundial e um parlamento mundial, mas evitam condenar a agressão imperial contra o povo do Afeganistão e a política fascizante do governo de Israel e criticam as FARC colombianas por recorrer à luta armada na sua guerra de libertação.

Obviamente a convergência na condenação do sistema que se rejeita coincidiu no Fórum com uma imensa diversidade no terreno das ideias sobre o amanhã possível. Na cosmoarena de Porto Alegre, além das chamadas grandes conferências dos quatro eixos principais, houve mais de 700 oficinas e seminários, entrevistas colectivas, depoimentos, etc. Tanta oferta político-cultural colocou milhares de participantes ante opções difíceis pela impossibilidade de acompanhar sessões simultâneas.

Claro que houve actos e oradores que polarizaram atenções. Noam Chomsky empolgou como sempre aqueles que o ouviram. É reconfortante escutar a palavra de um grande e corajoso humanista norte-americano que sabe descer às entranhas do monstro na denúncia dos crimes do imperialismo. Samir Amin foi outra grande e lúcida presença.

Mário Soares apareceu em Porto Alegre. Desfilou na cabeça da manifestação, na abertura do Fórum. Deu entrevistas. O seu nome figurava como presidente da Inter Press Service, a agência que editou o jornal do Fórum. Foi grande o seu esforço para projectar uma imagem de esquerda. Mas não é apenas a sua trajectória política que nega a viabilidade de tal aspiração. O discurso político de Mário Soares não é apenas pobre de conteúdo e revelador de uma mal arrumada colecção de lugares comuns. O ex-presidente, ao abordar os grandes problemas do nosso tempo, não consegue esconder a sua mundividência. Ela o levou a ligar a sua luta à defesa do capitalismo, em complicitades turvas. Percebe-se que gostaria no Inverno da vida de recuperar a imagem de esquerda do início da sua vida política, na juventude. Mas não consegue. Quem o lê ou escuta identifica logo o político que pertence ideologicamente à família da direita.

A presença dos partidos

O PT, como partido do Governo e da Cidade, deu naturalmente uma contribuição decisiva para o êxito do Fórum. Não é de estranhar que Lula, candidato à Presidência da República pela coligação de forças progressistas que se esboça, tenha sido calorosamente aplaudido onde quer que se apresentou e usou da palavra.

Mas outros partidos de esquerda tomaram iniciativas que assumiram significado relevante no espaço de reflexão único que foi o Fórum. Entre elas destacou-se o acto promovido pelo PC do B no grande Auditório Municipal. Com a presença do governador e do prefeito, que se identificaram plenamente com o espírito do Encontro nas

saudações dirigidas aos oradores, quatro dirigentes comunistas da América Latina e da Europa pronunciaram-se sobre a temática do Fórum e analisaram aspectos fulcrais da situação existente nos seus países à luz da antinomia capitalismo-socialismo. Foram eles Renato Rabelo, presidente do Partido Comunista do Brasil, Gladys Marin, secretária-geral do Partido Comunista do Chile, Pedro Ross, membro do Bureau Político do CC do Partido Comunista de Cuba, e Albano Nunes, membro do secretariado do CC do Partido Comunista Português, responsável pelas Relações Internacionais.

Sendo um dos 51 000 que participaram no Fórum de Porto Alegre, senti, como quase todos, não ter podido acompanhar iniciativas que se realizavam simultaneamente, por vezes em lugares muito distantes da cidade.

Pessoalmente intervim, como relator, numa mesa-redonda e num Seminário-Oficina, ambos interessantes. Mas, das sessões em que participei, a que me deixou uma lembrança mais forte e profunda foi a que me levou ao Acampamento da Juventude. Juntamente com Renato Rabelo e o comandante Julian, das FARC-EP da Colômbia, tive a oportunidade de me dirigir aos 500 jovens, de muitas nacionalidades, que, sentados no solo, ocupavam a metade da arena que fazia as vezes de auditório. Falei de muitas coisas, mas sobretudo da guerra imperial que atingiu o povo do Afeganistão e da actualidade do pensamento revolucionário de Bolívar. Para mim, aquelas horas de convívio foram inesquecíveis. Uma presença inesperada contribuiu para a emoção da jornada. O encontro foi dirigido por Ana Prestes, neta de Luís Carlos Prestes, hoje militante do PC do B. Recordei que a tomei nos braços em Moscovo em 1979, em casa do avô, quando ela tinha completado um ano.

O povo nas ruas

O Fórum abriu com um desfile de dezenas de milhares de pessoas. Na véspera do encerramento uma manifestação contra a ALCA mobilizou ainda mais gente. Meia dúzia de anos atrás, iniciativas como estas não teriam sido

possíveis. Hoje elas traduzem a disponibilidade crescente para a luta de segmentos cada vez mais amplos das vítimas da «nova economia» sustentada por um sistema de poder que não hesita em recorrer ao terrorismo de Estado para impor pela violência uma (des)ordem mundial que faz da globalização neoliberal o instrumento do domínio planetário das transnacionais.

É inegável que Porto Alegre foi novamente a sede ideal para o Fórum. E voltará a sê-lo no próximo ano. Dificilmente se encontraria hoje no mundo uma cidade como a capital do Rio Grande do Sul onde o Governador do Estado e o Perfeito encabeçaram os grandes desfiles, identificados com as aspirações dos manifestantes e a sua recusa da ordem imperial. Mas ombro a ombro com a gente gaúcha marcharam brasileiros de todos os Estados e milhares de homens e mulheres vindos dos quatro cantos da Terra, carregando o protesto e a esperança de movimentos e organizações dispostos a fazer a demonstração de que «outro mundo é possível».

Foi esse estrondo de um clamor popular de significado universal que ecoou pelo mundo, carregando mensagens que chegaram até aos responsáveis pelo desgoverno do planeta e pela pobreza crescente de países que cuja população representa quatro quintos da humanidade.

Uma dessas mensagens inquieta de modo especial os senhores do capital e os teólogos e ideólogos da globalização neoliberal glorificada como eterna em Davos, santuário do dinheiro. Nesta época de perversão desinformativa. Porto Alegre tornou impossível ocultar uma evidência. O Fórum, ao repudiar a globalização neoliberal, condenar as guerras imperiais, recusar a ALCA, reafirmar a sua certeza de que dos choques sociais e económicos e do debate criador em curso nascerá a alternativa à crise de civilização que atinge a humanidade — permitiu também iluminar uma realidade: na grande confrontação que opõe a maioria esmagadora da humanidade à minoria que a oprime e explora, a luta de classes está presente e desempenha um papel fundamental. Continua a ser o motor da história.

Seminário internacional de Montevideu ● Albano Nunes (*)

A política de alianças do PCP é basicamente determinada pela sua natureza de classe – partido da classe operária e de todos os trabalhadores – e pelo seu Programa de uma Democracia Avançada (simultaneamente económica, social, política e cultural em que a independência nacional seja assegurada) que, incorporando os valores da revolução de Abril, se insere na perspectiva de construção em Portugal de uma sociedade socialista.

O PCP e a política de alianças

Não concebemos a nossa política de alianças em termos intemporais e abstractos mas situada no terreno concreto das forças sociais (de classe) em presença e da sua composição (sempre em movimento) e arrumação. E na actual situação portuguesa trata-se fundamentalmente, de um lado dos grandes grupos económicos ligados e subordinados ao capital estrangeiro, e de outro lado da classe operária - em processo de evolução e diversificação mas afirmando-se como força social determinante - e outras classes e camadas sociais antimonopolistas atingidas nos seus interesses pela política de centralização e concentração do capital e pelo domínio imperialista sobre Portugal.

A este respeito pode ler-se no **Programa do PCP**: «A concretização da democracia avançada proposta pelo PCP é objectivamente do interesse de todos os trabalhadores, dos pequenos e médios agricultores, dos intelectuais, dos quadros técnicos, dos pequenos e médios empresários do comércio, da indústria e dos serviços, dos artesãos e também dos reformados, dos deficientes, das mulheres e da juventude como forças sociais com situações, problemas, aspirações e objectivos específicos. Desta realidade e arrumação de forças decorre o sistema de alianças sociais, no qual são alianças básicas a aliança da classe operária com o campesinato (pequenos e médios agricultores) e a aliança da classe operária com os intelectuais e outras camadas intermédias.

O sistema de alianças político-partidárias abrange de forma diferenciada todos os movimentos, organizações e partidos democráticos que, nos seus objectivos e na sua prática, defendem os interesses e aspirações das classes e forças sociais participantes no sistema de alianças sociais (...).

Do sistema de alianças decorre a política do PCP no sentido da unidade da

classe operária e de todos os trabalhadores, da unidade ou convergência das classes e movimentos sociais antimonopolistas, da unidade ou convergência de acção das forças democráticas e patrióticas.»

A experiência do PCP

Algumas questões que nos parecem oportuno sublinhar na experiência do PCP.

1. O papel da classe operária como força social determinante no processo de transformação progressista da sociedade. Papel que se evidenciou antes, durante e após a revolução libertadora do 25 de Abril, revolução que tornou então possível a liquidação do domínio dos monopólios e dos latifúndios e a orientação socialista da revolução portuguesa. Nem a restauração monopolista entretanto verificada, nem as transformações e modificações verificadas no tecido social e na composição da classe operária (em resultado do próprio processo contra-revolucionário e das profundas alterações no processo produtivo) põem em causa esta realidade. Outra questão é reconhecer que a privatização e desmantelamento de grandes empresas, a precarização das relações laborais e outros factores tornaram mais complexa a sua organização e mobilização e, como o XVI Congresso do PCP concluiu, mais exigente o trabalho de enraizamento do Partido nos trabalhadores.

2. A decisiva importância da **unidade da classe operária** que tem que ser vista como uma batalha permanente, tanto perante os factores de diferenciação e dispersão que contrariam a formação de

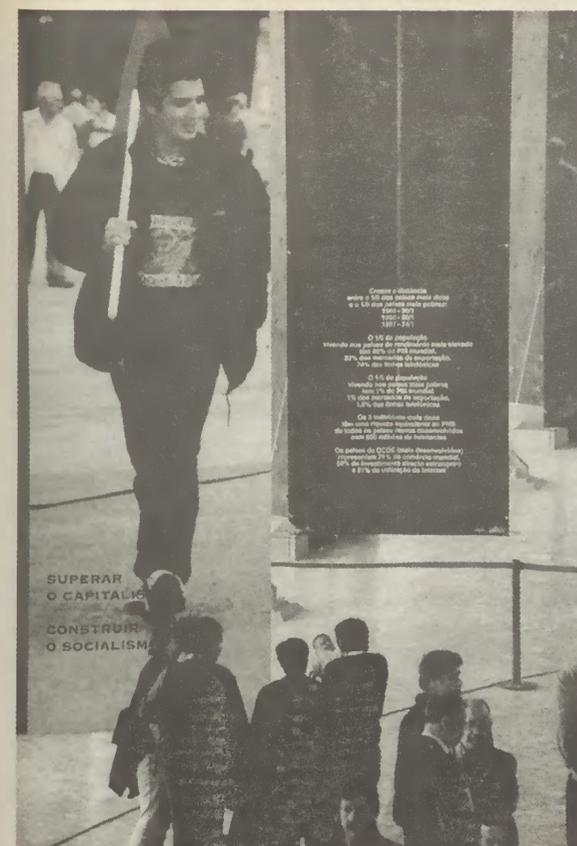
uma consciência de classe, como (e sobretudo no momento actual) perante a influência corruptora da ideologia dominante e actuações divisionistas. Em Portugal essa unidade tem uma expressão particularmente importante no **plano sindical**. A criação (nos últimos anos da ditadura) e manutenção da CGTP/Intersindical com uma natureza de classe, características profundamente unitárias e uma linha de massas constitui um bem precioso que é necessário preservar e defender. Ao contrário do que pretendem aqueles que, em nome duma pseudo-«independência» sindical caluniam a real influência do PCP nos sindicatos, tal influência tem sido simultaneamente expressão e garantia da natureza de classe do sindicalismo português. A teoria da «correia de transmissão» não faz qualquer sentido em Portugal. O facto da corrente liberal-reformista e colaboracionista ser claramente minoritária reveste-se de real importância num contexto europeu em que, como na orientação dominante na Confederação Europeia dos Sindicatos, se verifica um inquietante alinhamento com o grande capital, nomeadamente em matéria de «construção europeia», incluindo na vertente militar.

3. Consideramos a política de alianças em dois níveis fundamentais, inter-relacionados mas distintos: **alianças sociais**, com carácter relativamente estável para um dado período de desenvolvimento social, e **alianças político-partidárias**, mais instáveis e conjunturais. Temos também presente que por vezes se expressam convergências e alianças sob formas inesperadas e originais, sobretudo em períodos de agudização da luta de classes como sucedeu com a Aliança

Povo-Movimento das Forças Armadas na revolução de 25 de Abril de 1974.

A experiência portuguesa confirma que, com frequência, a arrumação das forças sociais não tem correspondência na arrumação das forças político-partidárias. E um dos mais complexos problemas na luta em Portugal contra as políticas favoráveis ao grande capital de sucessivos governos (tanto de partidos de direita como do Partido Socialista) reside precisamente em que a vasta **frente social antimonopolista** em que se exprimem as mais diversas formas de intervenção do povo português não tem tido a necessária tradução no plano eleitoral e político. Com as suas políticas de direita e as suas alianças à direita, rendido como a maioria dos seus congéneres social-democratas ao neoliberalismo, o PS tem sistematicamente defraudado as expectativas da sua base popular e inviabilizado uma alternativa democrática, de esquerda. Quanto ao PCP, é bem patente a extraordinária dificuldade, na actual correlação de forças e ambiente ideológico, em ultrapassar a grande distância existente entre a sua reconhecida influência social e a sua expressão eleitoral, que actualmente se situa, para a Coligação Democrática Unitária, a coligação eleitoral em que participa o PCP, na ordem dos 9% para as legislativas e cerca de 12% para as autárquicas.

É conscientes de tais dificuldades que nos preparamos para a batalha das eleições legislativas antecipadas do próximo dia 17 de Março, sendo que o **reforço do PCP** (e dos seus aliados da CDU) é o **elemento central da alternativa de esquerda** por que lutamos.



4. A frente social que se opõe às políticas de direita em Portugal assenta numa **muito diversificada rede de organizações, movimentos e estruturas** de carácter unitário em que pela sua natureza e capacidade de mobilização, se destaca a central sindical representativa dos trabalhadores portugueses, CGTP-Intersindical, mas que se estende à expressão organizada de outras classes e camadas sociais antimonopolistas. São de mencionar pela grande importância que desempenham: o movimento dos agricultores no qual se destaca com papel central a Confederação Nacional de Agricultores; o movimento de juventude com a JCP, as associações estudantis e outras estruturas juvenis; o movimento dos intelectuais e quadros técnicos e científicos; o movimento das mulheres, nomeadamente com o Movimento Democrático das Mulheres; o movimento dos reformados; o movimento cooperativo e das colectividades culturais e recreativas; o movimento ecologista; o movimento antirracista; o movimento pela paz e solidariedade. Tais movimentos, na sua diversidade, têm a sua dinâmica democrática própria. Não os vemos, porém, como simples «aliados» ou algo exterior à nossa própria acção. Pelo contrário. No quadro da sua democracia interna, os comunistas intervêm em todos eles, desde logo para assegurar a ligação do Partido com as massas e fortalecer o seu papel insubstituível na defesa dos interesses que representam, na luta pela alternativa e no processo de transformação social.

5. Seria errado pretender que organizações, movimentos e estruturas, sobretudo quando de natureza conjuntural e com objectivos limitados, sigam mecanicamente linhas e fronteiras de classe, aliás muitas vezes dificilmente delineáveis. Os chamados problemas «globais» e «transversais» ocupam com frequência o primeiro plano da actualidade. Mas seria mortal para um partido que se propõe a superação revolucionária do capitalismo, se as dificuldades na identificação, caracterização e arrumação das forças de classe, conjugadas com a pressão ideológica sobre o «fim da classe operária» e mesmo sobre o «fim do trabalho», levassem a menosprezar a teoria

marxista-leninista da luta de classes, tanto à escala de um país como em termos da realidade internacional.

Resistência e luta

O desenvolvimento do capitalismo na actualidade, aprofundando «velhas» e novas contradições, está a estreitar rapidamente a sua base de apoio, abrindo objectivamente espaço a alianças sociais e políticas muito amplas, cuja concretização em termos de acção de massas e plataforma alternativa, depende decisivamente da capacidade dos comunistas e revolucionários.

É verdade que neste caminho se levantam grandes dificuldades. A correlação de forças no plano internacional continua desfavoravelmente marcada pelas derrotas do socialismo, o desaparecimento de um poderoso factor de contenção da política exploradora e agressiva do capital, o enfraquecimento do movimento comunista e revolucionário e em geral do campo das forças progressistas. E a ofensiva exploradora e agressiva do imperialismo inerente ao processo de «globalização» não está ainda a encontrar a resposta necessária.

Não estamos, porém, perante o «fim da história» e o triunfo incontestado do capitalismo, bem pelo contrário. Apesar das dificuldades, por toda a parte, de Cuba a Timor-Leste, na América Latina como na Europa, em todos os continentes, prossegue a resistência e a luta dos trabalhadores e dos povos.

Cremos poder afirmar que a tentativa de impor a hegemonia e o domínio planetário do grande capital depara com uma resistência crescente da classe operária e dos trabalhadores em geral, mas também de outras classes e camadas sociais, adquirindo uma dimensão social e geográfica muito diversificada. A maior parte situa-se naturalmente no plano nacional, e tem mesmo uma dimensão simplesmente sectorial. Mas o seu conteúdo é significativo e mais amplo. Ao mesmo tempo, o avanço dos processos de internacionalização, de integração e cooperação, a própria «globalização» imperialista, tendem a aproximar e a estabelecer um nexo objectivo de interdependência cada vez mais estreito entre as lutas

dos trabalhadores e dos povos a nível regional, continental e mundial. Os chamados **movimentos «antiglobalização»**, poderosas acções de massas como em Génova ou amplos fóruns como em Porto Alegre, envolvendo organizações e forças muito diversificadas na sua natureza e objectivos, são expressão do estreitamento da base de apoio do capitalismo na sua forma actual com a entrada na luta de novos sectores e camadas sociais (juventude, intelectuais, camadas intermédias, etc.) atingidas pelo rolo compressor do neoliberalismo.

Como se assinala na Resolução Política do XVI Congresso do PCP «é dever dos comunistas e de todos os revolucionários actuar no sentido de ampliar a dimensão internacional e internacionalista da sua intervenção e procurar os problemas, reivindicações e objectivos gerais comuns, susceptíveis de fazer confluir numa **ampla frente anti-imperialista** sectores sociais e políticos muito diversificados que lutam pela democracia, a independência nacional, a paz, a preservação do meio ambiente, o progresso social e o socialismo». A acção comum ou convergente em torno de problemas concretos amplamente mobilizadores – por exemplo, contra o desemprego e pela redução do horário de trabalho, contra a guerra de agressão no Afeganistão ou pela dissolução da NATO, pela anulação da Dívida Externa aos países do Terceiro Mundo, ou outros – é da maior importância para fazer aumentar a consciência da importância decisiva da solidariedade internacionalista. A convergência das forças progressistas em torno de objectivos limitados e por reformas concretizáveis nos marcos do sistema, em caso algum deve ser subestimada. Os comunistas portugueses não rejeitam compromissos, mesmo que limitados e transitórios para defender os interesses dos trabalhadores e do povo. Simultaneamente consideramos absolutamente necessário, sob pena de poder resvalar para um imediatismo possibilista inconsequente, não perder de vista a exigência de profundas transformações económicas e sociais de natureza antimonopolista e a **perspectiva da necessária superação revolucionária do capitalismo**.

A «família» social-democrata

Uma questão nos parece merecer exame: o que é realmente hoje e para onde caminha a social-democracia? A experiência mostra que partidos socialistas e social-democratas quando envolvidos pela acção das massas, podem ser conduzidos a alianças e políticas positivas para as camadas populares. A verdade, porém, é que, globalmente considerada, a social-democracia está gravemente comprometida com o capital. A ofensiva neoliberal e as guerras nos Balcões ou no Afeganistão não teriam sido possíveis sem o seu concurso. É significativo que seja precisamente quando a maioria dos países da União Europeia tem governos dirigidos por esta «família» política, que a integração europeia assume ainda mais nítido carácter de classe e as características de bloco político-militar hegemónico pelos países mais poderosos, numa configuração que, a nosso ver, nada tem de exemplar para a América Latina e para a luta contra o ALCA e a recolonização do continente pelos EUA. Por isso nos parece que deve merecer particular cuidado a extensão do conceito de «esquerda» a concretos partidos que praticam sistematicamente políticas de direita, como tem sido o caso do PS português.

O capitalismo, revelando embora surpreendente capacidade de resistência e adaptação, é incapaz de ultrapassar as suas contradições, de evitar devastadoras crises de sobreprodução como a que hoje atinge simultaneamente os três grandes centros do imperialismo ou a que devastou a Argentina, de resolver os dramáticos problemas que percorrem o mundo contemporâneo. Dez anos após a desagrega-

ção da URSS e a avassaladora campanha sobre a «morte do comunismo», é patente o fracasso e condenação cada vez mais generalizada do neoliberalismo, da «globalização», do capitalismo. Cresce a exigência de profundas transformações de natureza antimonopolista e anti-imperialista. O socialismo, num projecto necessariamente renovado pelas lições da experiência, recupera força como alternativa necessária ao capitalismo e condição indispensável à utilização de extraordinárias conquistas da ciência e da técnica, hoje submetidas à lógica do lucro, em benefício de toda a humanidade.

Reforçar a unidade e a solidariedade

Este Seminário tem lugar numa situação de **crise internacional** particularmente inquietante, que encerra perigos enormes para os trabalhadores e os povos, para todas as forças de esquerda e do progresso social.

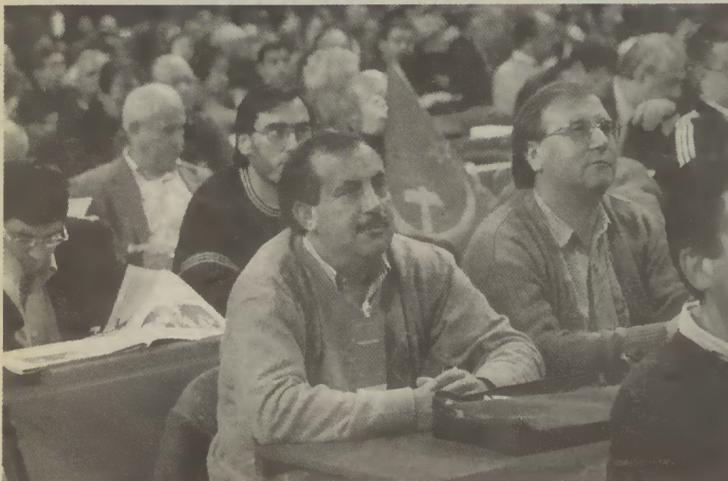
Sob o pretexto do combate ao terrorismo, está em marcha uma violenta ofensiva do imperialismo visando a desestabilização das relações internacionais, o desmantelamento da ordem jurídica e institucional basicamente antifascista saída da 2.ª Guerra Mundial, a imposição de uma «nova ordem» hegemónica pelos EUA contra os trabalhadores e contra os povos.

O PCP tem de há muito uma clara e firme posição de princípio em relação ao terrorismo e condenou firmemente os atentados de 11 de Setembro. Simultaneamente condenou a guerra de agressão contra o povo do Afeganistão que claramente se insere nos propósitos norte-americanos de domínio planetário. O PCP intervém para mobilizar o povo português contra a guerra e o intervencionismo agressivo e desmascarar a campanha de intoxicação ideológica visando a banalização da guerra e da agressão, da utilização das armas mais criminosas incluindo a nuclear, do recurso à tortura e à prisão arbitrária, da repressão violenta das lutas populares e revolucionárias. Lutamos contra a corrida aos armamentos, o reforço da NATO, o inquietante processo de militarização da União Europeia, o renascimento assumido do militarismo alemão. Alertamos para o insidioso ataque aos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos que está em desenvolvimento por todo o lado, incluindo na UE, orientada para a criminalização da luta política e social e, como vimos em Génova, das acções «antiglobalização». Denunciamos as tentativas de amalgamar e confundir o terrorismo com a justa e necessária resistência à exploração, opressão e agressão, como na Colômbia ou na Palestina onde o terrorismo de Estado israelita apoiado pelos EUA pratica diariamente crimes sem nome contra o povo palestiniano.

A nosso ver uma constatação se impõe: perante a crise em que se debate, o brutal agravamento das injustiças e desigualdades, a inevitável perspectiva de violentas explosões de protesto social e revolucionário, o imperialismo escolheu uma resposta de força que encerra grandes perigos e que exige o reforço da unidade e da solidariedade anti-imperialista.

Estamos convencidos que este Seminário é uma contribuição muito valiosa para um tal objectivo. A reflexão e a cooperação dos comunistas não se contrapõe, antes é indispensável para uma mais larga cooperação de forças da esquerda, democráticas e progressistas, para convergências e alianças, ainda que pontuais e limitadas, de resistência ao capital e em defesa da democracia e pela paz.

* Intervenção de Albano Nunes, membro do Secretariado do CC, em representação do PCP, no Seminário Internacional «Os Comunistas reflectem e debatem sobre política de alianças no novo século», realizado na capital do Uruguai de 27 a 29 de Janeiro p.p. A situação na Colômbia e na Venezuela não permitiu a presença dos secretários-gerais dos respectivos partidos comunistas nesta iniciativa.



• Rui Namorada Rosa

Educação e Formação



A pós o Tratado de Maastricht, a educação entrou na agenda política da União Europeia, depois confirmada e aprofundada no Conselho Europeu de Nice (Dezembro de 2000), designadamente nos artigos 149 e 150 do Tratado.

Convulsão silenciosa

O Conselho Europeu de Lisboa (Março de 2000) propusera ao Conselho da Educação «proceder a uma reflexão geral sobre os objectivos futuros concretos dos sistemas educativos, que incida nas preocupações e prioridades comuns e simultaneamente respeite a diversidade nacional...». Esta proposta foi retomada pelo Conselho da Educação e trabalhada pela Comissão das Comunidades Europeias, sendo entendida como abrangendo também os sistemas de formação e também extensivo aos países em vias de adesão à União Europeia, resultando no relatório COM(2001)59 final, aprovado no Conselho Europeu de Estocolmo (Março de 2001) já sob a designação «Os Objectivos Futuros Concretos dos Sistemas de Educação e Formação», propondo cinco objectivos concretos a serem prosseguidos no horizonte de dez anos.

Agora sob a presidência espanhola, está em elaboração um «programa detalhado para acompanhamento da implementação dos objectivos dos sistemas de educação e formação», que procurará identificar as questões-chave, enumerar e calendarizar as acções de acompanhamento, as metas a atingir e os indicadores qualitativos e quantitativos a aplicar, na prossecução dos seus objectivos. Esse programa foi agora apreciado no Conselho da Educação em Janeiro de 2002 será levado ao Conselho Europeu de Barcelona (Março de 2002).

A propósito deste processo deve recordar-se que, na sequência da Conferência de Ministros da União Europeia e dos países candidatos (Praga, Junho de 1998), mas já em Maio de 2000, a Comissão das Comunidades Europeias elaborou um «relatório europeu sobre a qualidade do ensino básico e secundário», baseado em indicadores de qualidade. Também em Setembro de 1998 o Conselho (Educação) adoptara uma recomendação relativa à cooperação em matéria de garantia de qualidade do ensino superior; e posteriormente, em Novembro de 2000, adoptou uma outra

recomendação semelhante no relativo ao ensino básico e secundário. Os sistemas de garantia de qualidade como factor essencial para a eficácia dos sistemas de educação e formação são referidos com insistência e a progressivo nível de decisão política. Por outro lado, a comunicação da Comissão COM(2000)594 final (Setembro de 2000) estabelece indicadores estruturais, designadamente nos domínios da educação e da formação.

No que respeita ao ensino superior, a Declaração da Sorbonne (25 Maio de 1998), reformulada pela Declaração de Bolonha (19 Junho 1999) e consagrada na Declaração de Praga (18 Maio 2001), são momentos sucessivos dum percurso em marcha para a construção do «Espaço Europeu do Ensino Superior», cujos objectivos e prazos estão fixados, devendo a sua implementação ser apreciada em Berlim (2.º semestre de 2003).

Os protagonistas do processo

A par do Conselho de Ministros da Educação, acompanhado activamente pela Comissão das Comunidades Europeias, a Associação das Universidades Europeias (EUA) e a Associação das Uniãoes Nacionais de Estudantes na Europa (ESIB) constituíram-se rapidamente nos principais protagonistas deste processo. Os sindicatos de professores e as associações científicas e profissionais têm tido intervenção mais discreta, exceptuando as associações profissionais que representam profissões regulamentadas, em domínios como Engenharia e Ciências da Saúde.

A par desta movimentação, independente dela mas com ela relacionada, regista-se uma evolução análoga para o «Espaço Europeu da Investigação», objecto das comunicações da Comissão COM(2000)6 final (Janeiro de 2000) e COM(2000)612 final (Outubro de 2000), particularmente dirigidas para os jovens, a formação científica e as carreiras cien-

tíficas. O conceito de Espaço Europeu de Investigação surge explicita e plenamente enunciado na «Proposta de Programa-Quadro plurianual 2002-2006 da Comunidade Europeia de Acções em matéria de Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Demonstração» (Doc. COM.2001.94 final) aprovado pelo Conselho de Ministros e o Parlamento Europeu. Neste âmbito, a intervenção não governamental é muito escassa, não obstante as posições institucionais assumidas pela Associação das Universidades Europeias, pelas Academias Europeias de Ciências (ALLEA) e pela Fundação Europeia para a Ciência (ESF).

Mercantilização dos saberes

De âmbito mais alargado é a «Aprendizagem ao Longo da Vida», objecto de um memorando da Comissão, SEC(2000)1832, presente ao Conselho da Educação (Novembro de 2000) e agora objecto da comunicação da Comissão, COM(2001) 678 final, (Novembro 2001). A «aprendizagem ao longo da vida» é o conceito-chave adoptado para lidar, no quadro da agora designada «sociedade do conhecimento», com um universo de questões socioeconómicas em contínua transformação.

Mas é patente o relativo alheamento dos «parceiros sociais» – sindicatos, sociedades científicas, associações profissionais, outras organizações não governamentais – face a estes processos, conduzidos em gabinete e nas instâncias de decisão política. O ritmo a que são conduzidos e a diversidade de frentes abrangidas tornam pouco compreensível o sentido geral da sua evolução, o que dificulta ou obsta a intervenção.

Podemos aperceber-nos que este complexo de processos procura, por várias vias e em ritmo acelerado, moldar a formação da força de trabalho e a sua relação no seio do sistema económico europeu, na competição entre pólos de

acumulação capitalista, no quadro actual da globalização. No entanto, a Organização Mundial do Comércio reflecte os interesses que procurará integrar no âmbito de serviços transaccionáveis todo o tipo de formação e até a própria educação. Por um lado temos a mercantilização dos saberes. Pelo outro uma nova forma de exercício de domínio ideológico sobre os trabalhadores.

A realidade portuguesa

Segundo a Eurostat, na União Europeia existem actualmente 112 milhões de trabalhadores, dos quais 74 milhões em PME; e destes, 38 milhões em empresas com menos de 10 trabalhadores. A pulverização da força de trabalho é enorme e prossegue. O próximo alargamento da União Europeia a novos países é uma opção política e económica, no interesse do «centro» da União, que automaticamente «importará» força de trabalho com elevada qualificação.

A realidade portuguesa é frágil neste quadro. O nível médio de qualificação da população portuguesa é dos mais baixos da Europa; a nossa força de trabalho é particularmente débil em ciências e engenharias. Devemos questionar-nos: que educação e formação vamos oferecer a jovens e adultos, a trabalhadores estudantes e profissionais activos, e a desempregados? Que meios de aprendizagem e ensinamentos vamos oferecer e encorajar nas nossas escolas? Com um sector empresarial público quase totalmente dizimado, um sector empresarial privado quase todo gerido por capital internacional, que trabalho vão ter os portugueses?

Pesada é a responsabilidade de toda a sociedade – e dos seus órgãos políticos em particular – no dever de debater – na base da cidadania – e para decidir – no exercício de um poder democrático esclarecido e actuante – não só no plano político nacional mas activamente também no plano internacional.

Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

Vasco Pulido Valente (VPV) chamou-lhes sábios loucos. Referia-se, na oportunidade, cito-o, a Roberto Carneiro (RC) e ao seu colega e amigo Marçal Grilo (MG). Isto, a propósito de um estudo de RC sobre a Educação. Um estudo encomendado por MG, suponho que na altura em que este foi ministro da Educação. Não li o estudo e, portanto, não me vou pronunciar sobre os pressupostos nem sobre a correcção ou incorrecção das suas conclusões, incluindo a necessidade de se ter de vir a atingir gastos – ou investimentos, digo eu – com a Educação da ordem dos 5,8% do PIB, caso se pretenda que o nosso povo venha a alcançar um nível educacional semelhante a outros países desen-

apresentadas pelo nível de desenvolvimento económico. E por isso, VPV a desejar que Portugal não vá na conversa dos tais sábios loucos. Sim, porque já teremos uns 30 mil a 40 mil licenciados no desemprego. Que o nosso país deve abandonar a senda percorrida pelo liberalismo sempre que esteve no poder – os tais duzentos anos referidos também por RC, exceptuando o interregno em que esteve instalado o fascismo português, lembra-nos VPV –, isto é, a “errada” senda de querer pôr a ler, escrever e contar um povo tributário de uma agricultura arcaica e indústria primitiva!

Bom, e que fazer disto? De um lado, os sábios loucos a quererem que exista uma força de trabalho com formação suficiente para responder às exigências dos postos de trabalho de uma sociedade semelhante às desenvolvidas; do outro lado, um lúcido pragmático a dizer que o caminho é o de ir elevando a qualificação da força de trabalho a par-e-passo à medida que o País se for desenvolvendo, e

O lúdico pragmático e os sábios loucos

vale o mesmo que dizer manter o modelo de custos laborais baixos e ir aguentando por aí as comparações de competitividade. Ah, Valente! – Até parece um nome propositado!

Mas tanto os sábios loucos como o Valente têm uma noção dos outros, que consideram não ser tão sapientes nem cultos como eles e os do seu calibre, a meu ver, assaz redutora. Tudo parece reduzir-se à perspectiva da mercadoria força de trabalho e da discussão sobre qual é a mais conveniente para o nosso país para cobrir as necessidades da sua Economia.

Eu até podia dizer-lhes: não se esqueçam que o nível educacional médio da força de trabalho no nosso país está a alterar-se por virtude da emigração que nos chega de Leste. E dum momento para o outro aí temos o nível educacional que satisfaz os sábios loucos e o baixo nível

de preço de força de trabalho que parece satisfazer ambos os lados, estes e VPV. Mas, este assunto é talvez demasiado sério para continuar num tom que podia ser entendido como chacota. E não é com o labéu de mal-vindo mas sim de bem-vindo que pretendo saudar a vinda de tantos e tantos milhares de emigrantes, independentemente da sua origem e nível educacional.

O que eu realmente queria assinalar é, pelo contrário, que, para além de serem donos da mercadoria que é a sua força de trabalho, os indivíduos são pessoas, homens e mulheres, na sua integralidade, são cidadãos, são trabalhadores, são pais e filhos, são artistas, são desportistas, eu sei lá que mais. E é por serem indivíduos de uma espécie que inventou a cultura que necessitam de possuir uma educação à sua altura e não apenas como peças dos processos de produção. E, se forem as pessoas para a sua época, serão, por arrastamento, também a força de trabalho ambicionada, que, para além do conhecimento humano adequado deve possuir conhecimentos sólidos de matemática, biologia, química, física, literacia digital...



volvidos. Ficou-me na memória um período de 20 anos para atingir o nível actual de tais países – período para o qual, de tão dilatado, já não consigo raciocinar acerca de tais futuros.

O que me interessa aqui é antes agarrar o touro pelo que VPV disse sobre os gastos com a Educação e os objectivos para o nosso país nesta matéria. Pois VPV – pareceu-nos – para além de bastante estimulado contra o despesismo nesta área, decidiu contrariar a tese corrente de que um povo com um elevado nível na área da Educação acaba por conduzir a sociedade a que pertence a um correlativo nível de desenvolvimento económico. Para VPV as coisas dão-se exactamente ao contrário: «desenvolvimento económico e mercado é que puxam pela Educação». Além disso disse, após uma tal claríssima opção por um determinismo económico a fazer lembrar as chamadas interpretações vulgares do marxismo (pobre Marx!), e talvez para não incorrer na acusação de uma visão estática, que é de natureza adaptativa o processo em que a Educação vai correspondendo às necessidades

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Teses

A organização é a condição suprema. Na revolução no poema.



Transforma o conteúdo em forma. Faz do seu assistir teu resistir.



A História tem memória. Pergunta, e já ela responderá.



Alimenta a lua cheia como o sangue da tua veia. Que outro modo encontrar de haver luar?



Subserviente. Sem sentido. Vale a pena ser gente? Ser Partido?



Descrer. – Devir? O nada...

Forma dourada de não querer ir.



A ideia te conforta de ver o mar passar à tua porta.

E ninguém dentro de ti se ri?



O amor insisto é entre nós, sozinhos. Por favor não metas os vizinhos nisto.



Fala-barato. Gato a brincar com o rato.



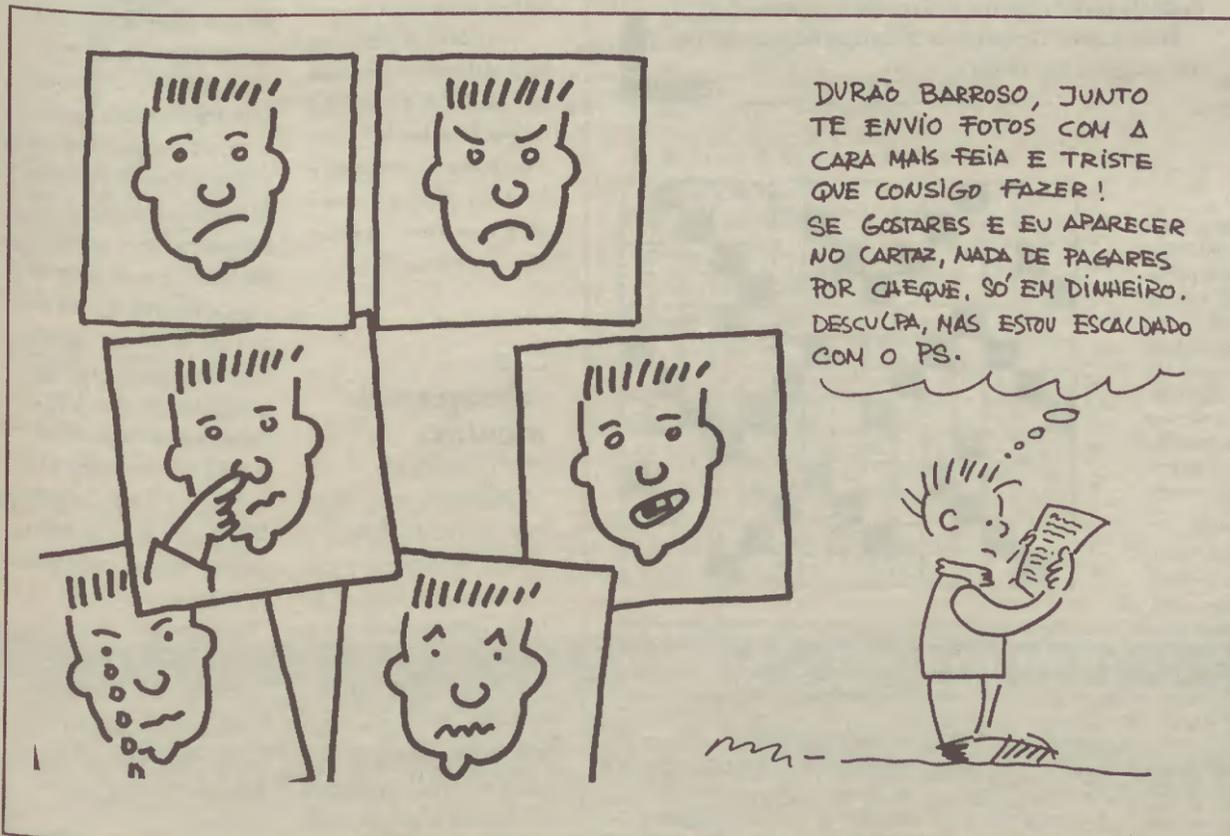
Assim a vida te quer além do fogo e do cansaço um malmequer feito de aço.



O Dia há-de nascer. Não há nenhum feitiço. O parto está a ser mais difícil. Só isso.

Cartoon

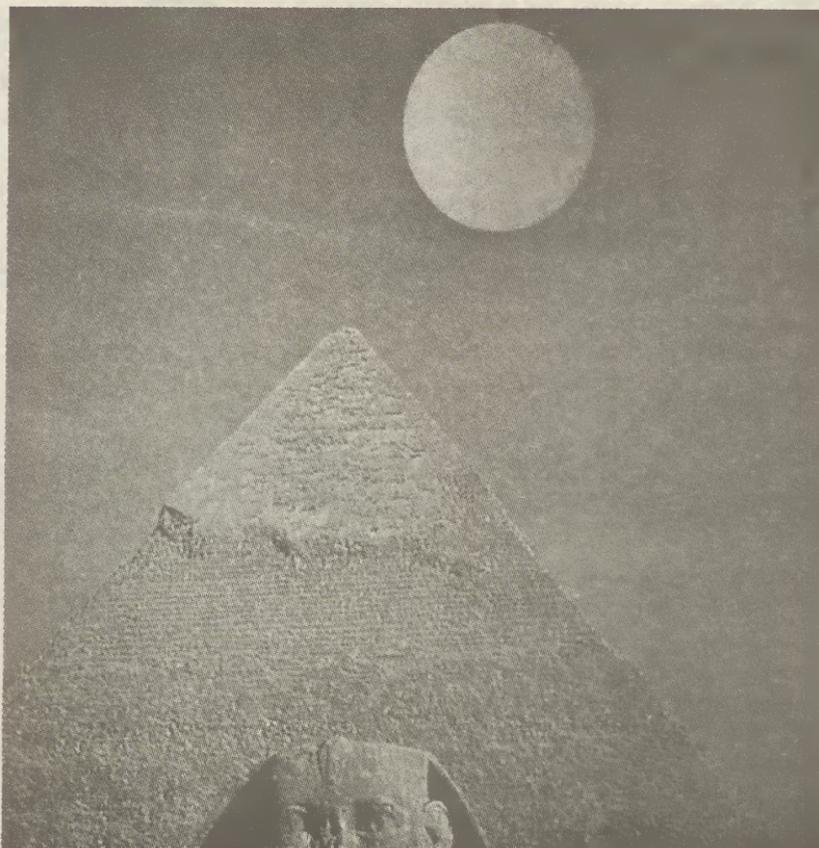
• Monginho



Religiões

• Jorge Messias

Só no IV milénio aC a noção de Estado se viria a afirmar. Nas margens do mar Mediterrâneo, verdadeira matriz da Europa, fundaram-se sucessivamente os impérios do Egipto, da Assíria e da Babilónia. Todos eles com sistemas económicos baseados na servidão. O *esclavagismo* era, nesses tempos, fenómeno natural. Até morrerem, os vencidos deviam servir os vencedores. Representavam força, sempre disponível, do trabalho gratuito. No Egipto, tornava-se preciso dominar as cheias



O sentido religioso do voto (2)

do Nilo e irrigar os campos; na Assíria e na Babilónia, com a construção das grandes cidades, fixavam-se as populações nómadas. O comércio florescia. O recurso à mão-de-obra escrava (cativos de guerra, devedores insolventes, condenados em juízo) permitiu concretizar ambiciosos projectos. Geraram-se fortunas e cerca do ano 2000 aC as populações mesopotâmicas já se organizavam socialmente em classes distintas: *livres*, *semi-livres* e *escravos*. O poder pertencia às elites dirigentes dos *monarcas* (todo o poder numa só pessoa) e dos *sacerdotes*, servidores dos ritos seguidos nas cidades-sede da governação. Para além da administração pública e da manutenção da ordem, políticos e ministros da religião organizavam a produção, controlavam as obras públicas e as finanças e detinham extensos latifúndios.

O ordenamento político do Estado avançou rapidamente. Comparativamente, as religiões caminhavam com maior lentidão. Persistiam, neste caso, os rituais antigos dos sacrifícios totémicos tribais, as liturgias agrárias da fertilidade, dos adoradores do Sol e dos deuses animais – como o falcão, o carneiro, o boi, o touro, a vaca, o leão, a serpente, o chacal, o cão, o abutre, o gato – ou os cultos dos mortos e da salvação. Começavam, então, a formar-se em torno dos templos núcleos de *intelectuais* (astrónomos, matemáticos, arquitectos, contadores, colectores e escribas). Com o tempo, os técnicos passaram a tecnocratas, ao serviço comum do estado e da religião oficial. Constituíram-se novas minorias. O aparelho do Estado ficou a depender dos quadros técnicos e políticos que os templos lhe forneciam. Por volta de 1800 aC, Hamurabi, condutor das guerras e sacerdote do deus Marduk, assumiu o poder na cidade assíria de Babel. O acontecimento ditou o curso de toda uma civilização. A pequena localidade transformou-se em capital de um império e a sua obscura divindade – Marduk – foi declarada

«senhor do mundo». Hamurabi fez então editar a primeira grande recolha de leis de Estado que a história conhece – o *Código de Hamurabi*. No novo código, a importância relativa dos deuses é disciplinada. O deus *Marduk* é politicamente protagonizado pela divindade *Enlil*; *Nergal* é o Marduk da guerra; *Nebo*, o Marduk do comércio; *Ardad*, o Marduk que controla as chuvas; etc. Tal como, política e socialmente, se encontrara a passagem do poder disperso (pessoal, de grupo, de tribo, de clã) ao poder central (monarca, imperador, sumo sacerdote), assim também, a nível religioso se verificou uma clara centralização do poder. Na Babilónia contava-se cerca de 2500 divindades (caneleas, fenícias, sírias, aramaicas, hebraicas e árabes). A situação religiosa era verdadeiramente caótica e impedia a consolidação da unidade e a expansão do império. Os sacerdotes de cada divindade constituíam cortes pessoais formadas pelos seus ministros, filhos e servos. Com Hamurabi, todo este cenário se alterou profundamente: *Marduk*, o deus de Babel, absorveu os títulos, as funções e os mitos das restantes divindades e passou a ser também conhecido como *Baal* (o patrão); a hierarquia sacerdotal reformou-se tomando como imagem o poder político dominado pelo rei (*melek*), pelo senhor (*adon*) ou pelo regente executivo (*ilah*, mais tarde *al-ilah*, finalmente *Allah*, o único deus). Assim se conseguiu, na cidade e império de *Babel* (que significa «Porta dos Deuses») – mais de dois milénios antes do aparecimento do cristianismo e da sua organização canónica – um primeiro alinhamento entre o Estado e a Religião. Não se tratava ainda, evidentemente, do processo acabado que viria a afirmar-se, nas hierarquias monoteístas futuras, com a fusão do poder imperial e do poder religioso.

Mas ficavam lançados os alicerces de uma fortíssima estrutura teocrática.

Pontos Cardeais

«Lapsos»...

Segundo o *Semanário Económico*, «um lapso da Administração Fiscal num processo judicial com o Banco Comercial Português (BCP) pode ter custado mais de 30 milhões de euros (seis milhões de contos) ao Estado».

Em causa está um processo que se arrastou nos tribunais por mais de cinco anos, onde as Finanças exigiam ao BCP um montante de impostos que, contados o tempo transcorrido e os respectivos juros de mora, ascendem aos tais seis milhões de contos. A questão andou a transitar de instância em instância até 2000/2001 devido a impugnações requeridas pelo BCP, altura em que a Administração Fiscal deveria fazer seguir o processo para o Supremo Tribunal Administrativo (STA), última instância a decidir. E foi aí que se deu o «lapso»: a Administração Fiscal, «por lapso» (sic) deixou passar o prazo legal para fazer seguir o processo, anulando assim a possibilidade de pagamento por parte do BCP – possibilidade bem real, visto já haver precedentes na condenação a pagamento do BNU e da Central de Investimentos por sentença do STA em recursos semelhantes da Administração Fiscal.

Extraordinária foi, entretanto, a «explicação» dada por «fonte oficial do Ministério das Finanças» ao *Semanário Económico*: houve «lapso» mas «já estão a estudar alternativas para que estas situações não voltem a ocorrer».

«Lapsos»? A custarem seis milhões de contos ao Estado? E ninguém é responsabilizado? Pior: a resposta é «estamos a estudar alternativas» para que «estas coisas não se repitam»?!

... e «desaparecimentos»

Entretanto, surge também a notícia de que o desaparecimento – por uns escassos dias – de uma contestação levou à prescrição de uma dívida fiscal calculada em três milhões de euros (600 mil contos) por parte de uma empresa chamada Beltrónica relativa ao

IVA e IRC só do ano de 1995. O documento «desapareceu» misteriosamente no 8.º Bairro Fiscal de Lisboa em finais do ano 2000 e, mais estranho ainda, voltou a «aparecer» quando os prazos para a cobrança já estavam ultrapassados e, em definitivo, as Finanças se encontravam impossibilitadas de procederem à execução coerciva, como determina a lei e estava perfeitamente ao alcance das Finanças, não fosse o misterioso «desaparecimento» (e posterior «reaparecimento» com as datas certas... mas fora de prazo) da tal contestação...

É claro que já foi lançado um «rigoroso inquérito», mas a coisa é séria e dá aso a perguntarmos, também muito seriamente, em que país estamos e que administração fiscal impera em Portugal...

Transparências

Também nesta onda de estranhezas está o Tribunal de Contas, que acusa o Governo, nem mais nem menos, de «falta de transparência» na compra de 12 helicópteros destinados à Força Aérea Portuguesa e que foi um dos últimos negócios decididos pelo ministro da Defesa, Rui Pena. Tudo resumido e concluído, os juros a pagar ao longo de 15 anos quase quadruplicaram a verba a desembolsar pelo Estado para pagar os aparelhos, tudo isto num complicado negócio onde, também segundo o Tribunal de Contas, o Governo nunca deixou claro quem realmente intervém no negócio, sabendo-se apenas que foi criada uma sociedade anónima de capitais públicos que funciona como empresa locadora (que «aluga» em *leasing* os helicópteros à Força Aérea e, assim, dilui os custos por vários anos e «desorçamenta-os» dos Orçamentos de Estado) e formado um «sindicato bancário» liderado pelo BPI e que irá «alimentando» o financiamento ao longo dos 15 anos.

Confusos? Pois é... Tudo isto não deixa de ser uma grande confusão onde, mais uma vez, parece não haver responsáveis nem respos-

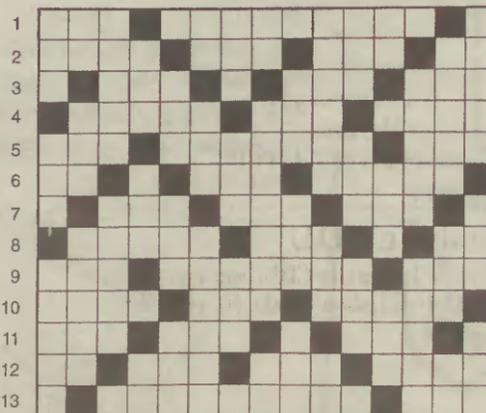
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Doçura (fig.); transgredir. 2 – Paixão; desloca-se para fora; unidade de pressão no sistema CGS correspondente à pressão de um dine por centímetro quadrado; perversa. 3 – Autocarro; que não está cozido; chiste (fig.). 4 – Lugar em que se guarda pólvora e outros apetrechos de guerra; ruminante bovino empregado em serviços de lavoura, na alimentação do homem, etc.; que não é salgado e que tem sabor semelhante ao do mel ou do açúcar. 5 – Serenidade de espírito; vitelo; o bagaço de que se faz a água-pé. 6 – Sorri; chefe etíope; com asas. 7 – Filtra; ecoa; patrão. 8 – Condimento indiano em pó, para tempero da comida; espécie de boi selvagem; a si mesmo. 9 – Certamente; antigamente; indica várias relações, como companhia, instrumento, ligação, modo, oposição, etc. (prep.). 10 – Aversão; voz do gato; espíritos. 11 – Partícula de negação; apetite sexual dos animais em determinados períodos; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 12 – Compaixão; estrada; camareira; utensílio com que se junta e recolhe o dinheiro nas mesas de jogo. 13 – Articulação móvel, que permite o movimento dos ossos em todas as direcções; existir.

VERTICAIS: 1 – Nocivo; a favor; ordeno. 2 – Prep. que indica lugar, tempo, modo, causa, fim e outras relações; progenitor; casarão. 3 – Lobo grande; quilha e costado de navio. 4 – Nome próprio masculino; prep. designativa da relação de meio, qualidade, modo, forma, lugar, causa, duração de tempo, continuação, substituição, etc.; observei. 5 – Debaixo de; escudeiro; nome de duas espécies de cotovias. 6 – Aqueles; compreender; tirar a água de Inverno (de um campo). 7 – Grande embarcação; interj. imitativa de pancada ou designativa de procedimento rápido, decidido; irmão dos pais ou dos avós. 8 – Planta liliácea da China; insecto coleóptero; atmosfera. 9 – Coloração da face; argola; cordel delgado. 10 – Destampara; além disso; aquelas. 11 – Baixo; remoinho de água; fileira. 12 – Dirigir-se; desejo; contracção de maior. 13 – Vencimento dos militares; acontecimentos. 14 – Suave ao tacto; sozinhos; prep. que designa diferentes relações, como posse, matéria, lugar, providência, etc. 15 – Capacete; virtude; sofrimento físico ou moral.

SOLUÇÃO: HORIZONTAIS: 1 – Mel; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 2 – Do; via; at; tod. 3 – Diatrose; ser. 4 – Caril; ur; se. 5 – Mas; outora; com. 6 – Asc; mit; almas. 7 – Naç; cig; aos. 8 – D; v; at; at; at; at. 9 – Paz; bezerro; lit. 10 – R; Rás; alado. 7 – Coa; soa; amo. 11 – M; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 12 – M; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 13 – M; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 14 – M; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.). 15 – M; contr. da prep. a com o art. def. o (pl.).

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**ALCANENA**

Convívio CDU com a presença dos candidatos **Luísa Mesquita** e **Valdemar Henriques** e de **Jorge Ferreira**, da DORS do PCP: dia 16 às 16h no CT do PCP em Alcanena.

ALHOS VEDROS

Reunião geral de eleitos e activistas da CDU sobre a situação no plano autárquico e a preparação das eleições legislativas, com a participação de **Heloísa Apolónia** e **Jorge Pires**: no Clube Recreativo Sport Chinquilho Arroteense, em **Arroteias**, sábado, 16, das 10h30 às 18h.

COIMBRA

Fórum «Nova Força para o Distrito de Coimbra – Desenvolvimento, Progresso e Direitos de Cidadania»: sábado, 16, a partir das 14h30, no Hotel Tivoli. Na sessão de encerramento, prevista para as 17h30, participa **Carlos Carvalhas**, secretário-geral do PCP.

MARINHA GRANDE

Noite de Fados no CT do PCP, com as fadistas **Arminda Santos** e **Deolinda Bernardo**, o guitarrista **Tó Silva** e convidados: sábado, 16, a partir das 22 horas. Estarão presentes dirigentes do PCP e candidatos da CDU.

OEIRAS

Plenário de activistas da CDU, com a participação de **Arménio Carlos**, para discussão da situação política e social e eleições legislativas: no Centro de Trabalho de Algés, dia 15 às 21h.

OURIQUE

Apresentação dos candidatos CDU pelo Círculo de Beja em **Garvão** (almoço às 13h no Centro Cultural e Social) e jantar em **Santa Luzia** (às 19h, no Café do Sr. Manuel Jacinto Medeiros).

SANTIAGO DO CACÉM

Sessões de esclarecimento eleitoral, com a presença de eleitos CDU na Câmara e Juntas de Freguesia, em **Pouca Farinha** (dia 15 às 20h30, na Escola Primária), em **Val de Água** (dia 15 às 20h30, na Sala de Convívio), em **S. Domingos da Serra** (dia 15 às 20h30, no Salão da Junta de Freguesia), em **Vendas de Roncão** (dia 16 às 16h, na Sala de Convívio) e em **Ermidas-Aldeia** (dia 19 às 20h30, no Clube de Futebol).

SINES

Plenário CDU sobre as eleições legislativas, com a participação da deputada e candidata **Odete Santos**: dia 16 às 15h, no Salão da Música.

VILA DO CONDE

Sessão de divulgação da candidatura CDU no círculo eleitoral do Porto, com a participação dos candidatos **Honório Novo** e **Jorge Marques**: dia 15 às 18h, na Cervejaria Barca (frente ao Cine Neiva)



Bragança – Plenário da Organização Regional do Ensino Secundário da JCP (domingo, 17, às 14h, no CT de Bragança), seguido – às 16h, no mesmo local – de uma reunião de Jovens Trabalhadores da JCP, com a presença de **Paulo Marques** e **Vanessa Silva**.

Sintra – 8.º Encontro Concelhio de Sintra da JCP: sábado, 16, às 14h30, no Centro de Trabalho de Rio de Mouro. Após o encontro: jantar e convívio, com animação.

Vila Real – Plenário da JCP, com a presença de **Paulo Marques** e **Vanessa Silva**: sábado, 16, 15h, no CT de Vila Real.

**Baixa da Banheira**

Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Valdemar Santos**: sexta-feira, 15, às 21h, no CT do PCP.

Caneças

Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Francisco Pereira**: dia 16, a partir das 16h, no Centro de Trabalho local.

Cascais

Alcabideche - Plenário de militantes da freguesia, antecedido de almoço-convívio, com a participação do camarada **Francisco Pereira**: no CT local, dia 16 a partir das 12h30. (Inscrições até hoje, dia 14, tel. 214692145).

Cascais - Plenário de militantes, organizados ou não na freguesia, sobre o trabalho eleitoral: sábado, 16, 15h, no CT de Cascais

S. Domingos de Rana - Plenário de militantes da freguesia, antecedido de almoço-convívio, com a participação do camarada **Dias Coelho**: domingo, 17, 13h, no Centro de Trabalho de Tires.

Parede - Plenário de militantes da freguesia, com a participação do camarada **Carlos Grilo**: dia 16 às 16h, no restaurante «Belo Sol».

Couço

Reunião de mulheres para discussão da situação política, eleições legislativas, comemorações do 8 de Março e de 81.º aniversário do Partido: dia 16, às 15h30, no Centro de Trabalho, com a participação da camarada **Luísa Araújo**.

Lisboa

Plenário de militantes da Zona Norte sobre a situação política, tarefas do Partido, eleições legislativas: sábado, 16, 15h, no CT Vitória, com a participação da camarada **Fernanda Mateus**.

Plenário de militantes da Zona Oriental: sábado, 16, 15h, no salão da JF de S. João.

Palmela

Plenários de militantes das seguintes freguesias: **Marateca** (dia 14, 21h), **Quinta do Anjo** (dia 15, 21h30), **Pinhal Novo** (dia 16 às 15h30), **Poçoirão** (dia 19, 21h30). Plenário da célula da **Autoeuropa**: dia 16.

Queluz

Almoço-convívio e debate sobre as Legislativas promovido pela Organização da Cidade, com a participação do camarada **José Casanova**: na Escola Básica n.º 1 de Monte Abraão (Inscrições: R. Menezes, tel. 91963278).

Vila Franca de Xira

Plenários de militantes das freguesias de **Castanheira do Ribatejo** (dia 15 às 21h30, no CT local, com a participação do camarada **Octávio Augusto**), de **Bom Sucesso/Alverca** (dia 16 às 15h, no CT, com a participação do camarada **José Ernesto Cartaxo**) e de **Póvoa de Santa Iria** (dia 17, às 17h, no CT, com a participação da camarada **Adelaide Pereira**).

Plenário do Sector de Empresas de V. Franca, com a participação dos camaradas **Arménio Carlos** e **José Neves**: dia 16 às 15h, no Centro de Trabalho de Alhandra.

Plenário de militantes de V. Franca, com a participação do camarada **Domingos Abrantes**: dia 16, às 15h, no Centro de Trabalho.

Lisboa

Jantar comemorativo do 81.º aniversário do Partido Comunista Português promovido pelo Sector de Transportes Dia 1 de Março, às 18h30, no CT Vitória

Baixa da Banheira

Almoço-convívio do 71.º aniversário do Avante! com a presença do camarada **Leandro Martins** Domingo, 17, às 13h, no CT do PCP

Juventude CDU

Sacavém – Noite de convívio da Juventude CDU, com a presença dos Candidatos Jovens na lista CDU de Lisboa: sábado, 16, às 21h30, no CT do PCP de Sacavém

Marinha Grande – Plenário distrital de Leiria do Ensino Secundário: sábado, 9, às 15h, no Centro de Trabalho da Marinha Grande

LEGISLATIVAS ● 2002**Carlos Carvalhas em iniciativas da CDU**

Hoje, dia 14
No Funchal

às 13h00 • **Almoço** com dirigentes e activistas sindicais apoiantes da CDU, no Restaurante Vila Teresinha (Rua das Cruzes)

(Carlos Carvalhas intervirá sobre «Direitos do Trabalho e a Justiça Social»)

às 16h00 • **Visita** a localidades integradas no centro histórico do Funchal – Núcleo Museológico da Quinta das Cruzes –, incluídas na proposta do PCP de «Funchal, Cidade Património Mundial»

às 17h30 • **Percursos** pelo centro da cidade até à zona velha

às 19h00 • **Participação no debate público** «Justiça Social – propostas da CDU: medidas relativas ao combate à evasão fiscal, fuga aos impostos e branqueamento de capitais» no Hotel Porto Santa Maria

Sexta-feira, dia 15
Vila Nova de Famalicão

às 15h30 • **Encontro** com a direcção do CITEVE

Braga

às 17h00 • **Encontro** com a direcção do Centro de Formação Profissional de Braga (Mazagão)

às 20h00 • **Jantar** Distrital de apoio à CDU, no Restaurante Europa, Ferreiros, Braga (programa com a participação de **Agostinho Lopes**, cabeça de lista da CDU pelo círculo eleitoral de Braga)

Sábado, dia 16
Almeida, Guarda

às 12h30 • **Almoço** de apoiantes da candidatura CDU, na Pousada Nossa Senhora das Neves, Almeida

Coimbra

às 18h00 • **Sessão de encerramento** do Fórum CDU, no Hotel Tivoli Coimbra (R. João Machado, Lote 1-4)

Vila Nova de Gaia

às 20h00 • **Jantar** de apoiantes da candidatura CDU, na Escola Secundária Almeida Garrett

Domingo, dia 17
Águeda, Aveiro

às 12h30 • **Almoço** de apoio à candidatura CDU, no Restaurante «Pôr do Sol», em Ois da Ribeira, Águeda

Segunda-feira, dia 18
Palmela

às 20h00 • **Jantar** de empresários de apoio à CDU, na Colectividade «Os Loureiros»

Terça-feira, dia 19
Alhandra

às 15h30 • **Visita** ao Centro de Dia «CURPIFA» - Centro Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos da Freguesia de Alhandra (com intervenção de Carlos Carvalhas)

Dia 23 de Fevereiro

Vamos encher o Coliseu dos Recreios em Lisboa

ATVer

De Olhos Bem Fechados, o último filme de mestre Stanley Kubrick anunciado para a RTP: uma estreia absoluta

Na Máxima Força

(Quinta-feira, 14.02.02, RTP-1)

Na **Máxima Força**, um filme de E. S. Mintz de 1997, é anunciado como um percurso da cena musical «underground» e do rock alternativo de Detroit, tendo por palco um célebre clube no centro da cidade para onde convergem músicos, intérpretes, gangs rivais, personalidades do submundo e etc., numa caldeirada suficiente para fazer andar o filme que, de concreto, conta com as prestações de **David Carradine** e **Traci Lords** e uma série de temas musicais de algumas bandas alternativas de Detroit, como «By Mog», «Big Block», «Speedball», «Walk on Water» ou «Slot».

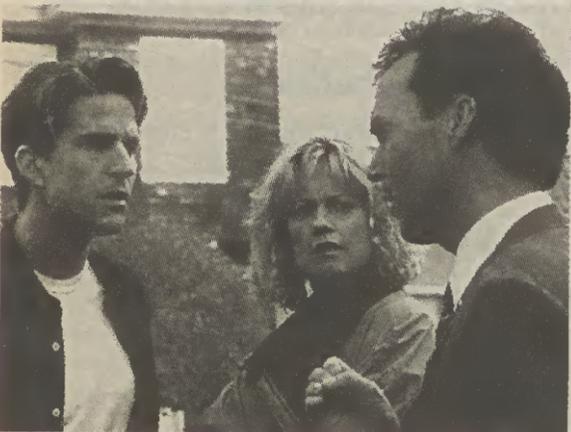
Vacas Loucas

(Sexta-feira, 15.02.02, RTP-1)

Vacas Loucas é-nos referida pela programação da RTP como uma tresloucada comédia inglesa sobre as atribuições de uma australiana na Inglaterra com um bebé de dois meses, uma acusação de furto, uma amiga com tendência para a fraude e um ex-amante na política. Dará isto, pelas mãos da realizadora Sara Sugarman, a «comédia movimentada em tom *nonsense*, recheada de situações hilariantes e servida por um diálogo mordaz que se diverte a caricaturar os britânicos»? A confirmar.



Força Aérea Um, uma tonteira em grande formato para afagar o chauvinismo dos EUA...



O Inquilino Misterioso, um grande filme de suspense com Michael Keaton e Melanie Griffith

Querida, encolhemos!

(Sábado, 16.02.02, SIC)

O já conhecido cientista que «encolheu» os filhos com uma fórmula descoberta acidentalmente, desta vez engana-se e reduz-se a si próprio, ao irmão, à mulher e à cunhada a um tamanho quase microscópico. Uma típica comédia à americana... e para americanos! Com **Rick Moranis**, **Eve Gordon** e **Bug Hall**.

De Olhos Bem Fechados

(Domingo, 17.02.02, RTP-1)

Bom: lá anunciada está pela programação da RTP, esta última obra do genial realizador britânico **Stanley Kubrick** – resta esperar que o anúncio se confirme e o filme passe, mesmo, nos nossos televisores! Se assim for, estaremos realmente perante uma estreia absoluta em televisão no nosso país, apresentando-nos a última obra do mestre, que Kubrick demorou mais de dois anos a rodar no meio do maior secretismo, secretismo que o par de actores escolhido – **Nicole Kidman**



e **Tom Cruise** (na altura ainda casados) – aceitou de bom grado, apesar do estatuto de estrelas que já gozavam. Refira-se como apontamento que Kubrick morreu quando estava a fazer a montagem do filme, não o tendo visto na versão final com que estreou. Quanto ao filme, propriamente dito, é uma poderosa reflexão – à Stanley Kubrick – sobre os caminhos do amor e do desejo.

Força Aérea Um

(Domingo, 17.02.02, SIC)

Agora que o mundo é unipolar e se encontra subordinado a uma única superpotência, chegou o tempo de disparates como este **Força Aérea Um**,

onde o «herói» é nem mais nem menos o próprio presidente dos EUA que, a murro e pontapé, arruma pessoalmente um bando de terroristas (duma ex-república soviética, pois claro!) em pleno avião presidencial (o «Força Aérea Um»), cujo havia sido extraordinariamente ocupado com o próprio presidente e família lá dentro, imagine-se! Para dar algum brilho a este disparate chauvinista e belicoso a produção (que não poupou no investimento) contratou nem mais nem menos que **Harrison Ford** para vestir a pele presidencial, o qual se portou como de costume: um **Indiana Jones** engravata-do e travestido de presidente dos EUA.

Gargantua

(Domingo, 17.02.02, SIC)

Também para Domingo, a SIC anuncia este **Gargantua** que, pelo menos, tem a vantagem de ser vagamente ambientalista e ecológico, a fazer fé no guião proposto: um biólogo marinho e o seu filho vão para uma ilha da Polinésia a fim de estudarem os efeitos da actividade sísmica naquelas zonas marinhas; em parceria com o médico local, apercebem-se da ocorrência de estranhos afogamentos e decidem explorar a ilha; para seu grande espanto, descobrem que a ilha é também habitada por estranhos e enormes animais marinhos e, contra tudo e contra todos, vão lutar pela preservação desta espécie animal! Obviamente, um filme para entreter. E a conferir, é claro.

O Inquilino Misterioso

(Quarta-feira, 20.02.02, SIC)

O realizador **John Schlesinger** (que já nos dera, por exemplo, *O Cowboy da Meia-Noite* ou *O Homem da Maratona*) apresenta-nos com **O Inquilino Misterioso** uma intriga de verdadeiro suspense onde um estranho (**Michael Keaton**, tão perturbante quanto maléfico), que aluga um quarto na mansão vitoriana de um jovem casal em dificuldades económicas (**Melanie Griffith** e **Matthew Modine**), se insinua a pouco e pouco na sua vida e acaba a manipular o casal em tal grau e profundidade que quase o leva à destruição. A dona de casa revela-se então uma verdadeira «mulher de armas» e, apesar da sua aparente fragilidade, propõe-se ajustar contas com o inteligente psicopata, fazendo-o passar pelo mesmo tipo de sofrimentos que, por sistema, costuma infligir aos outros. Empolgante do princípio ao fim, este filme de John Schlesinger.

Quinta, 14

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.30 Vilas de Sal
15.30 Pícaro Sonhadora
16.20 A Senhora das Águas
17.20 Pedra sobre Pedra
18.15 Quebra-Cabeças
18.50 Riscos
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
21.30 Fábrica das Anedotas
22.00 O Jogo da Espera
22.50 «Impulso para Matar» (de Sondra Locke, 1889, com Theresa Russell, Jeff Fahey, George Dzundza. «Thriller»)
00.50 Operação Triunfo
01.20 Serviço de Urgência
02.20 24 Horas
02.45 «Na Máxima Força» (de E. S. Mintz, EUA/1997, com David Carradine, Michael Mathys, Traci Lords. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Sinais do Tempo
14.00 Euronews
16.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa 19.00 2010
20.20 Querido Bebê
20.40 Sete em Miami
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «Storefront Hitchcock» (de Jonathan Demme)
01.20 Conversa Privada

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas



Filmes dos **Irmãos Lumière** voltam esta semana ao «Onda Curta»

13.00 Primeiro Jornal
14.00 Às Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Hora Extra
00.30 «A Última Palavra» (de Tony Spiridakis, com Timothy Hutton, Joe Pantoliano, Richard Dreyfuss. Drama)

▼ TVI

Infantil
11.30 Chiquititas
13.00 TVI Jornal
14.00 Super Pai
16.00 Todo o Tempo do Mundo
17.00 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Anjo Selvagem
21.30 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «Pilotos de Elite» (Longa-metragem)
01.45 Ally McBeal

Sexta, 15

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.30 Vilas de Sal
15.30 Pícaro Sonhadora
16.20 A Senhora das Águas
17.20 Pedra sobre Pedra
18.15 Quebra-Cabeças
18.50 Riscos
19.15 O Preço Certo
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 O Jogo da Espera
22.30 Mr. Bean
23.30 Crónica do Século (Último programa da II Série)
00.30 24 Horas
01.00 «Vacac Loucas» (de Sara Sugarman, G.Br./2000, com Anna Friel, Joanna Lumley. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
12.30 Fronteira Ocidental
13.00 Retratos - «Emanuel Nunes»
14.00 Euronews
16.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa 19.00 2010
20.20 Querido Bebê
20.40 Sete em Miami
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Evolution
24.00 «New York, New York» (de Martin Scorsese, com Robert De Niro, Lisa Minelli. Drama)

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Às Duas por Três
16.15 Malhação



O último programa da II série de «Crónicas do Século» é transmitido nesta sexta-feira

17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Sai de Baixo
00.30 Sexo e a Cidade
01.15 Amante Latino
02.30 «As Gémeas» (de Eric Gibson. Erótico)
04.00 Espaço Cinema



O último programa da II série de «Crónicas do Século» é transmitido nesta sexta-feira

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
13.00 TVI Jornal
11.30 Chiquititas
12.00 Nunca Digas Adeus
13.00 TVI Jornal
14.00 Super Pai
16.00 Crianças SOS
17.00 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Bora Lá, Marina
22.00 Anjo Selvagem
22.30 Filha do Mar
23.30 Nunca Digas Adeus
00.30 «A Secretária» (Longa-metragem)
02.30 Informação
03.15 «Sexo e Corn Flakes» (de , com Anthony Hopkins, Bridget Fonda, John Cusack.)

Sábado, 16

▼ RTP 1

07.30 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Milionários à Força
15.00 Top +
16.15 O Fugitivo
17.15 «Amor e Basquetebol» (de Gina Prince. Comédia)
20.00 Telejornal
21.00 Futebol: Setúbal-Porto
23.00 «Cyberjack - Plano Diabólico» (de Robert Lee, 1995, com Michael Dudikof. Ficção Científica)
00.50 Sociedade Anónima
01.45 24 Horas
02.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
02.10 «A Grande Aventura de Pee-Wee» (de Trim Burton. Comédia)

▼ RTP 2

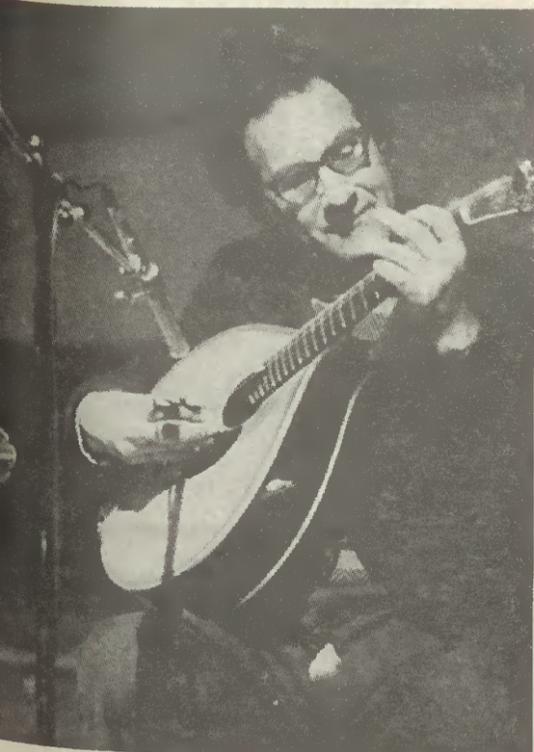
07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Sobrevivência
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Bombordo
20.30 Segundos Sísmicos
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
22.30 O Lugar da História
23.30 Britecom
00.45 Artes de Palco - «Concerto de Carlos Paredes e Charlie Haden»
02.10 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Walter, o Ranger do Texas
16.00 «O Meu Gigante» (de Michael Lehmann, EUA/1998, com Billy Crystal, Kathleen Quinlan, Joanna Pacula. Comédia)
18.00 «Querida, Encolhemos» (de Dean Cundey, EUA/1997, com Rick Moranis, Eve Gordon. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Os Malucos do Riso
22.00 A Minha Família É uma Animação
23.00 Rex, o Cão Polícia
24.00 «A Primeira Vez» (de Paul Weitz, 1999. Comédia)

▼ TVI

10.15 Survivor
11.00 Filha do Mar
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Contra-Ataque
15.15 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.00 Filha do Mar
22.00 Ilha da Tentação
23.30 «Albino Alligator» (com Matt Dillon, Faye Dunaway)
01.30 «Um Herói Americano» (Longa-metragem)
03.30 As Feiticeiras



Retrato de Carlos Paredes (domingo no "Artes e Letras" da RTP2, às 21h)...

... e a gravação do seu concerto com Charlie Haden no Coliseu dos Recreios (sábado ao fim da noite na RTP2)



Domingo, 17

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Operação Triunfo
14.30 Made in Portugal
15.45 O Fugitivo
16.45 «As Loucas Noites do Disco» (de Whit Stillman. Musical)
19.00 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
21.00 Operação Triunfo
23.45 «De Olhos Bem Fechados» (de Stanley Kubrick, com Nicole Kidman. Ver Destaque)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Turma das Ciências
12.30 Clube da Europa
13.00 Horizonte
14.00 Desporto 2
18.30 Antes que Seja Tarde
19.30 Onda Curta
20.00 Insólitos
20.30 Futurama
21.00 Artes e Letras - «Carlos Paredes - Crónica de um Guitarrista Amador»
22.00 Jornal 2
23.00 A Terra Nova
24.00 Sinais do Tempo
01.00 2010

▼ SIC

06.45 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Paixão pela Vida» (de Carl Schultz. Aventura)
16.00 «Gargantua» (de Bradford May, EUA/1998, com Adam Baldwin, Julie Cameron. Ver Destaque)
18.00 «Força Aérea Um» (de Wolfgang Peterson, EUA/1997, com Harrison Ford, Gary Oldman, Glenn Close. Ver Destaque)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Fora de Série
22.00 Herman SIC
24.00 «A Minha Festa» (de Randal Kleiser, EUA/1996, com Eric Roberts. Drama)
02.00 Jerry Springer

▼ TVI

08.30 «Uma Cama para Dois» (com Patrick Dempsey, Helen Slater, Brad Pitt. Comédia)
10.00 Filha do Mar
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 «Harriet, a Pequena Espia»
16.00 Domingo Fantástico
20.00 Jornal Nacional
21.30 Super Pai
22.30 Nunca Digas Adeus (de Michael Caton-Jones, com Robert De Niro, Ellen Barkin, Leonardo Di Caprio. Drama)
01.45 «Um Toque de Esperança» (Longa-metragem)
03.45 Os Médicos

Segunda, 18

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.30 Vidas de Sal
15.30 Picara Sonhadora
16.20 A Senhora das Águas
17.20 Pedra sobre Pedra
18.15 Quebra-Cabeças
18.50 Riscos
19.15 O Preço Certo
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Jogo da Espera
22.20 Sorte Grande
23.20 Jogo Falado
00.45 Operação Triunfo
01.45 24 Horas
02.40 «Amigas e Rivais» (de Jocelyn Moorhouse, EUA/1997, com Michelle Pfeifer, Jessica Lange, Jason Robards, Jennifer Jason Leigh. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 O Lugar da História
14.00 Euronews
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 Veterinário de Emergência
20.20 Querido Bebê
20.40 Sete em Miami
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 A Família Green
24.00 «Menino Malquinho, o Filme» (de Helvécio Ratton, Brasil/1995. Comédia)
02.00 Conversa Privada

▼ SIC

08.00 Buércé
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 «Força de Vingança» (de Sam Firstenberg, 1986, com Michael Dudikoff. Acção)
01.45 Apanhadas em Flagrante
03.00 Jerry Springer

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.00 Super Pai
16.00 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «Um Passo nas Nuvens» (de Alfonso Arau, com Keanu Reeves, Aitana Sanchez-Gijon. Drama)
01.45 Informação
02.30 «Cyborg III - Zona de Guerra» (de Michael Shroeder. Acção)

Terça, 19

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.30 Vidas de Sal
15.30 Picara Sonhadora
16.20 A Senhora das Águas
17.20 Pedra sobre Pedra
18.15 Quebra-Cabeças
18.50 Riscos
19.15 O Preço Certo
20.00 Telejornal
21.00 Fábrica das Anedotas
21.30 Jogo da Espera
23.00 Futebol: Real Madrid - Porto (Liga dos Campeões)
00.10 «O Ano de Todos os Perigos» (Longa-metragem)
02.00 Operação Triunfo
02.30 24 Horas
02.45 Jogos Olímpicos de Inverno 2002

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
14.10 2010
16.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.50 Turma das Ciências
20.20 Querido Bebê
20.40 Sete em Miami
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Poltergeist: o Legado
24.00 «Aqueles Longos Dias» (Drama)
01.30 Conversa Privada

▼ SIC

08.00 Buércé
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «Didier» (Longa-metragem)
16.30 Herman no Rio
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 Ficheiros Clínicos
00.30 «O Enigma da Múmia» (Longa metragem)
02.30 Afeganistão, Idade das Trevas

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.00 Super Pai
16.00 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «As Mentiras do Coração» (de Michael Uno, EUA/1994, com Jennie Garth. Drama)
01.45 A Juíza

Quarta, 20

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
13.50 Regiões
14.30 Vidas de Sal
15.30 Picara Sonhadora
16.20 A Senhora das Águas
17.20 Pedra sobre Pedra
18.15 Quebra-Cabeças
18.50 Riscos
19.15 Futebol: Boavista - Bayern de Munique (Liga dos Campeões)
21.30 Telejornal
22.30 Fábrica das Anedotas
23.00 Jogo da Espera
24.00 Liga dos Campeões (Resumo)
01.00 Operação Triunfo
23.00 Sociedade Anónima
01.30 24 Horas
01.55 «Eastside» (de Lorena David, 2000, com David Lopez. Drama)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
10.00 Euronews
13.00 Por Outro Lado
14.00 Euronews
16.00 Jogos Olímpicos de Inverno 2002
17.00 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.50 Turma das Ciências
20.20 Querido Bebê
20.40 Sete em Miami
21.05 Dharma e Greg
21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
23.00 Mentes Assassinas
24.00 «O Rei das Crianças» (de Chen Kaige, China/1987. Drama)
01.40 Conversa Privada

▼ SIC

08.00 Buércé
11.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 As Duas por Três
16.15 Malhação
17.30 A Padroeira
18.30 New Wave
19.00 Filhas da Mãe
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Fúria de Viver
22.30 O Clone
23.30 «O Inquilino Misterioso» (de John Schlesinger, EUA/1990, com Michael Keaton, Melnie Griffith, Mathew Moodine. Ver Destaque)
01.45 Escravos no Paraíso
03.00 Jerry Spinger

▼ TVI

08.30 Animação Infantil
09.30 As Manhãs de Sofia
13.00 TVI Jornal
14.00 Super Pai
16.00 Todo o Tempo do Mundo
16.45 Animação Infantil
18.00 Filha do Mar
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
21.45 Filha do Mar
22.45 Nunca Digas Adeus
23.45 «As Mentiras do Coração» (de Michael Uno, EUA/1994, com Jennie Garth. Drama)
01.45 A Juíza

Nota:
A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

• Correia da Fonseca

Notícias da tortura «made in USA»

Um dia destes disse-me um jovem, numa síntese que

me parece feliz, que a Net é um gigantesco monte de lixo onde é possível encontrar verdadeiros tesouros, a questão é pesquisá-los. Cada vez mais me parece ser possível dizer o mesmo da TV, e com verdade, sobretudo se se tiver acesso a mais que os quatro canais portugueses «tradicionais». Por exemplo: no passado domingo deparei no «Muzzik», canal distribuído por cabo, com a transmissão do Requiem da Guerra, de Britten, e não numa execução qualquer: era um filme de 64 com o próprio Benjamin Britten na regência. Semifanático deste Requiem, senti-me um pouquinho como se o televisor me tivesse trazido um impossível filme com Beethoven a reger a Nona. Mas nem tudo na vida e na TV são músicas e Brittens e, noutra escala e noutra dimensão, há amplas diversidades.

Guardadas as devidas proporções, acho que são pequenos tesouros, se avaliados relativamente, um ou outro programa que um telespectador atento não deixe escapar. Até na área da informação, que é terreno minado; e aí convém estar atento ao «60 minutos», o programa que Mário Crespo terá descoberto durante a sua estada nos Estados Unidos e teve a boa ideia de trazer para a SIC-Notícias porque com material destes é que se credibiliza um sector informativo. Infelizmente, só lhe tem acesso os minoritários que recebem a televisão por cabo, mas essa é uma outra estória.

O «60 minutos» que vi mais recentemente incluía uma peça extremamente significativa acerca da democracia norte-americana, das suas práticas já nada recentes e das tentações que hoje a assediam. A questão era verdadeiramente escaldante: a aplicação da tortura no interrogatório de «suspeitos», convindo lembrar que em qualquer sítio civilizado o suspeito é um sujeito que pode muito bem estar inocente pois o seu suposto crime ainda não está provado. Mais: que ao longo dos tempos, e até dos tempos mais recentes, é longa e nunca encerrada a lista de suspeitos que foram condenados estando inocentes, o que só mais tarde veio a ser demonstrado. Nem será de mais sustentar o que aliás resulta do mero bom senso: entre todos os suspeitos, sempre serão mais numerosos os inocentes que os culpados. E é claro que este dado é de primeiríssima relevância quando se fala da «conveniência», se não da «legitimidade» da aplicação de tortura a suspeitos.

Inocentes: os uns e os outros

Foi com o «60 minutos», programa *made in USA*, que aprendi haver nos Estados Unidos uma elevada percentagem de pessoas que preconizam o uso da tortura contra «suspeitos», pelo menos em determinados casos. Entre essa gente conta-se directores e agentes do FBI, promotores de Justiça e professores universitários. Mais: um «Manual de Treino e Recursos Humanos» distribuído a forças de segurança em 83 previa a utilização da tortura, e o facto de o livrinho ter sido abandonado em 96 não terá modificado substancialmente a situação. Excepto porventura num ponto: os States preferem que o serviço sujo seja feito por outros embora para seu proveito, por «agências» de países «amigos». Foi assim, por exemplo, com o muçulmano Murad que, preso e torturado nas Filipinas pela polícia local, confessou tudo: a sabotagem de um avião de que terá sido o responsável e também a sabotagem planeada de mais meia dúzia que nunca chegaram a ser sabotados, até do famoso atentado de Oklahoma City que, como depois se soube, foi perpetrado por um americano branco de extrema-direita. É que um homem sob tortura pode confessar tudo o que os torcionários quiserem, é assim desde há muitos séculos e continua a sê-lo no império americano.

Perante tudo isto é importante, ainda que não decisivo, saber-se quem é o «suspeito» que pode ser torturado. Eu sei: é um sujeito de quem eu não gosto porque não tem as minhas opiniões, nem os meus hábitos, nem a minha cor de pele, e presumivelmente trabalha para objectivos políticos contrários aos meus. Se eu mandar que o torturem, o homem não muda de convicções, nem de raça, nem de cor da pele, mas muitas vezes confessará o bastante para que a aplicação da tortura seja justificada «a posteriori». Compreende-se que isso seja o suficiente e até me agrade se o torturado for um indivíduo com quem eu embirre, ou despreze, ou tema, ou tudo isto junto. Depois, basta citar o prof. Dershowitz, de Harvard, quando ele diz que «a tortura já impediu a tortura de pessoas inocentes». Embora não dizendo quantos inocentes foram já selvaticamente torturados. Nem quantos milhares de outros inocentes foram já chacinados por terroristas com farda, bandeira, armas sofisticadas e um governo «democrático» a dar-lhes as ordens.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

Manifestações

Um tal Pedro Soto, coronel da Força Aérea venezuelana, apareceu em todos os telejornais a encabeçar uma manifestação que era anunciada como de «milhares de venezuelanos», era noticiada como de «centenas de venezuelanos» e era finalmente mostrada, na crua evidência das imagens, com algumas dezenas de pessoas mais ou menos sorridentes a dar espectáculo para as câmaras.

Entre essas pessoas destacava-se o tal Pedro Soto, fardado a preceito e gesticulando imenso no meio de planos apertados para encher o ecrã de rostos.

Que gesticulava Soto?

Reclamava por «liberdade» — isto apesar de, manifestamente, se exibir não apenas com total liberdade, mas sobretudo em completa impunidade frente ao palácio presidencial a quem verberava, fardado, de longe e aos berros.

A par, os escassos manifestantes batiam em panelas e caçarolas gritando pelo mesmo — liberdade... —, ficando sem se saber se estas imagens dos manifestantes a caçarolar eram da manifestação liderada esta semana pelo coronel Soto ou de uma outra realizada em 23 de Janeiro passado na capital, Caracas, também com reduzida e pouco convicta participação: na verdade, as diligentes multinacionais de informação, que tão livremente colheram todas estas imagens para as difundir pelo mundo, não se deram ao trabalho de as separar umas das outras — preferiram misturá-las para delas retirar a «contestação» ao governo do presidente Hugo Chavez.

Entrevistado por uma cadeia radiofónica espanhola, o coronel Soto desmentiu entretanto o que também nesta manifestação afirmara (que «70% dos militares venezuelanos estavam com ele»), esclarecendo que «os militares venezuelanos são oficiais com um pensamento democrático» (isto após o rotundo silêncio das Forças Armadas à sua caricatura de sublevação com estas discursatas frente ao palácio presidencial), acrescentando que «só pedimos ao presidente que renuncie, que convoque eleições para que se reinstaure um sistema democrático, com livre participação de todos».

Acontece que Hugo Chavez já foi eleito presidente duas vezes — a última das quais em 1998 — em eleições vigiadas internacionalmente por quem tem, neste mundo, o poder de decidir o que é e não é democrático, onde todos participaram livremente e Chavez esmagou os seus adversários num escrutínio confirmado como exemplar pelos EUA e decorrentes vigilantes internacionais...

Acontece também que, desde a promulgação da nova Constituição venezuelana em 2000 — de longe, a mais progressista da América Latina e, quiçá, do mundo —, que a grande burguesia local estrebucha em busca de pretextos para derrubar Chavez.

Para isso, tanto servirão os coronéis Sotos (que o presidente denunciou como um ressentido por não ter sido promovido a general), como as manifestações de panelas que a CIA já pagou e promoveu, no Chile, contra o governo eleito de Salvador Allende...

Morreu Carlos Aboim Inglez

Faleceu, anteontem, em Lisboa, com 72 anos, Carlos Aboim Inglez, membro do Comité Central do PCP e da Comissão Central de Controlo.

Muitas centenas de pessoas, entre as quais o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e vários outros membros da direcção do Partido, passaram pela capela mortuária da Igreja de S. João de Deus, onde o seu corpo esteve em câmara ardente, prestando-lhe uma última homenagem. O seu funeral seguiu ontem, à hora do fecho da nossa edição, para o cemitério do Alto de S. João.

O Secretariado do CC do PCP, em nota à comunicação social, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento deste «destacado militante e dirigente comunista» que «dedicou desde muito jovem a sua vida à causa dos trabalhadores e aos ideais do socialismo e da democracia».

Estudante do Curso de Histórico-Filosóficas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, empregado de livraria e delegado de propaganda médica, Carlos Aboim Inglez empenhou-se desde muito jovem na luta antifas-



cista, desenvolvendo intensa actividade em colectividades populares e tornando-se dirigente do Movimento Associativo Estudantil, do Movimento da Paz e do MUD-Juvenil.

Membro do PCP desde 1946 e funcionário do Partido na clandestinidade desde 1953, assumiu diversas responsabilidades, tendo estado preso nas cadeias fascistas durante dez anos. Tornou-se membro suplente do Comité Central em 1958 tendo passado a membro efectivo em 1974.

Foi membro do Executivo e do Secretariado da Direcção de Organização Regional de Lisboa e responsável pelo Sector Intelectual. Desde 1990 que era membro da Secção

Internacional.

Aboim Inglez foi deputado à Assembleia da República e vice-presidente do Grupo Parlamentar do PCP, e também deputado ao Parlamento Europeu.

Foi membro da Comissão Central de Controlo e Quadros e pertencia actualmente ao Comité Central e à Comissão Central de Controlo.

Contra o desmantelamento da empresa

Petrogal em greve a 1 de Março

Os trabalhadores denunciam a intenção da administração e do Governo de desmantelar a Petrogal e defendem a participação do Estado nesta empresa para salvaguardar a independência nacional no sector.

Reunidos em plenário, os trabalhadores da Petrogal decidiram fazer uma greve de 24 horas no próximo dia 1 de Março, em resposta às acções da administração e do Governo no sentido de desmantelar a empresa.

São cinco as reivindicações dos trabalhadores. As primeiras são a suspensão imediata do processo de privatização e a renegociação do Acordo Parassocial entre Portugal e a ENI, de forma a garantir a manutenção da posição estratégica do Estado no capital da empresa. Segundo o sindicato do sector, a Fequimetal, trata-se de um «instrumento necessário para a defesa dos interesses do País, da Petrogal e dos seus trabalhadores».

Outra exigência é o investimento urgente para a consolidação, a dinamização e o desenvolvimento do aparelho refinador das fábricas do Porto e de Sines, para salvaguardar a independência nacional neste sector.

Os operários reivindicam ainda a defesa dos postos de trabalho, os direitos e as regalias sociais, bem como a garantia do exercício do direito de negociação colectiva.

Postos de trabalho e serviços foram destruídos, alerta o sindicato

Desmantelamento evidente

A Fequimetal dá exemplos do desmantelamento em curso da Petrogal, como o congelamento de investimentos fundamentais para o desenvolvimento do aparelho refinador nas fábricas do Porto e de Sines e a venda de parques comerciais, de estações de serviço da empresa e dos terrenos de Cabo Ruivo, do Parque de Sacavém e da Sacor Marítima.

Mais há mais. O sindicato fala no abandono da actividade de produção de petróleo, alienando a participação em campos petrolíferos com exploração garantida, depois

de anos de avultados investimentos. Outro exemplo é a degradação de serviços e equipamentos, «visando justificar medidas de desinvestimento e encerramento».

Quanto à situação social dos trabalhadores, acentuam-se os aspectos negativos decorrentes de práticas que a Fequimetal classifica como «elitistas, selectivas e discriminatórias», como o desrespeito das categorias profissionais e a tentativa de impor

condições de trabalho à revelia da regulamentação colectiva.

Verifica-se ainda a destruição de postos de trabalho e serviços, com a introdução de *outsourcings* e consultorias externas, e a retirada de trabalhadores dos seus postos, incluindo quadros técnicos altamente qualificados. De referir ainda a precarização de vínculos laborais e as substituições de lugares com base no «compadrio».

Israel ataca Faixa de Gaza

Aviões F-16 e helicópteros de assalto Apache israelitas bombardearam, segunda-feira, com bombas e mísseis, um complexo de edifícios, no centro da cidade de Gaza, visando a prisão central e os serviços de segurança palestinianos. O ataque fez cerca de 37 feridos, entre membros dos serviços de segurança palestinianos, polícias e jornalistas.

No mesmo dia, dois carros de combate e um *bulldozer* do exército israelita penetraram no campo de refugiados de Maghazi, na Faixa de Gaza. Durante a incursão

não se registou troca de tiros.

Durante o fim-de-semana, cerca de 10 mil pacifistas israelitas manifestaram-se em Telavive, em protesto contra a ocupação dos territórios palestinianos e a política do primeiro-ministro israelita, Ariel Sharon.

Encabeçada por Uri Avneri, dirigente do movimento Gush Shalom, coligação de organizações de esquerda, os milhares de manifestantes entoaram palavras de ordem denunciando a ocupação e apelando à retirada de Israel dos territórios palestinianos.

«A opinião pública israelita está em choque, porque Sharon, o seu chefe de Estado-Maior, Shaul Mofaz, e os seus ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, Shimon Peres e Binyamin Ben Eliezer, levaram-nos ao desespero», disse Avneri.

Manifestação de apoio a Milosevic

Mais de três mil pessoas reuniram-se durante o fim-de-semana no centro da cidade de Belgrado para protestar contra o processo do antigo presidente jugoslavo, Slobodan Milosevic, no Tribunal Penal Internacional para a ex-Jugoslávia.

Os manifestantes reuniram-se na Praça da República, a praça principal da cida-

de, respondendo ao apelo do Partido Socialista (SPS), de Milosevic.

Os manifestantes reclamaram a «libertação imediata de Milosevic» e exigiram às autoridades de Belgrado que ofereçam garantias de que o antigo dirigente compareça livre no Tribunal.

«Estamos aqui para apoiar Slobodan Milosevic e todos

os que foram acusados injustamente pelo Tribunal de Haia», disse Ivica Dacic, um alto responsável do SPS.

Os manifestantes gritavam palavras de apoio a Milosevic e ostentavam bandeiras do SPS, da Sérvia e da Jugoslávia. Na ocasião foram assinadas petições a favor da abolição do TPI e pela libertação do antigo presidente.

